Esta coletânea é composta pelos livros:

Migração e Ambiente em São Paulo
(Aspectos relevantes da dinâmica recente)

Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas

Migração e Ambiente no Centro-Oeste

A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96: o Esgotamento de um Processo de Ocupação

Imagem da capa:
Papel reciclado com ervas aromáticas produzido por Ivana Cubas

No final dos anos 60, a Região Centro-Oeste passou por um intenso processo de modificação de sua base produtiva, impulsionado pela ação estatal, através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e de integração da Região aos mercados internos e externos. A Região, por constituir-se numa importante área de fronteira agrícola, foi amplamente afetada pelo que se convencionou denominar a "marcha modernizadora do oeste".

Na verdade, esta *modernização* acabou por gerar significativos impactos para as relações sociais rurais.

No que se refere à migração interna, tanto o "caminho" para a fronteira quanto o "inchamento" dos maiores centros nos anos 80 foram processos decisivos para explicar o comportamento diferencial de crescimento demográfico dos Estados do Centro-Oeste e, principalmente, de suas microrregiões.

As perspectivas para a presente década, apontadas pelos dados do Censo 2000, são de que todas as Unidades da Federação do Centro-Oeste tenham deixado de ser áreas nitidamente de atração migratória para se tornarem regiões de alta circulação de população (ou até mesmo de expulsão), onde imigração e emigração teriam volumes consideráveis.

Uma vez passado o momento de ocupação mais intensa, o Centro-Oeste terá que enfrentar novos desafios, como o de manter parte de sua população que ainda resiste nas áreas de fronteiras em consolidação, principalmente viabilizando a pequena e média propriedade rural e, portanto, tentando neutralizar ou contrabalançar os impactos inevitáveis de processos mais vigorosos, como o avanço da pecuária e da soja, para citar alguns, e a conseqüente concentração de terras.

Inegavelmente, a superação destes desafios implica em sérias dificuldades, sendo que a imagem mais clara disso é o grande aumento da emigração na Região, fenômeno, em boa medida, explicado pela migração de retorno. O mais irônico é que esses migrantes, frutos de processos de estagnação econômica ou transformações produtivas e fundiárias em suas áreas de origem, acabam cedo ou tarde defrontando-se, no destino escolhido, com situações parecidas que os obrigam, uma vez mais, a buscarem alternativas, como que num "conto sem fim"...

UNICAMP

NEPO

Demografia e Meio Ambiente

CNPq

ISBN 85-88258-06-4

A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96: o Esgotamento de um Processo de Ocupação

A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96: o Esgotamento de um Processo de Ocupação

José Marcos Pinto da Cunha

PROJETO REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE: SÃO PAULO E CENTRO-OESTE - PRONEX/FINEP/CNPq
Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP

Este livro representa uma síntese das análises das migrações na Região Centro-Oeste, realizadas no âmbito do Projeto Redistribuição da População e Meio Ambiente: São Paulo e Centro-Oeste. O projeto, um dos primeiros a serem financiados no programa de núcleos de excelência - Pronex - do Ministério de Ciência e Tecnologia, foi realizado no Núcleo de Estudos de População da Unicamp, entre 1997 e 2001.

O autor amplia o seu campo de estudos anteriores, com uma ênfase em São Paulo, para uma região que nas últimas décadas foi o palco de transformações demográficas extraordinárias. No início do período estudado aqui, a região era um destino privilegiado de migrantes em busca de oportunidades abertas pela expansão de atividades agropecuárias. Hoje, esse processo mostra claros indícios de esgotamento colocando em discussão as perspectivas futuras de ocupação da região. Nesse contexto, a mobilidade populacional interna e o crescimento de algumas aglomerações urbanas passariam a ganhar maior importância na dinâmica demográfica regional. O projeto maior indaga sobre as conseqüências ambientais desses movimentos e sobre as novas oportunidades de ocupação sustentável da terra. Para este objetivo, o presente livro é fundamental. Sua publicação em separado visa atingir leitores de diversos campos, tanto científicos quanto aqueles ligados ao planejamento regional.

A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96: o Esgotamento de um Processo de Ocupação

Reitor
Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz

Vice Reitor
Prof. Dr. José Tadeu Jorge

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário
Prof. Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
Prof. Dr. Rubens Maciel Filho

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. José Luiz Boldrini

Pró-Reitor de Pesquisa
Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa

Pró-Reitor de Pós-Graduação
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Coordenador do Núcleo de Estudos de População
Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96: o Esgotamento de um Processo de Ocupação

José Marcos Pinto da Cunha

Colaboradores:
Gisele Maria Ribeiro de Almeida
Fernanda Raquel
Fábia Adriana Silveira Duarte

CAMPINAS, SETEMBRO DE 2002

NEPO/UNICAMP
Caixa Postal 6166 - CEP 13081-970 - nepo@nepo.unicamp.br
Campinas - SP - Brasil - Fone: (19) 3788-5890 - Fax: (19) 3788-5900

Apoio:
Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX)
FINEP/CNPq

Projeto Redistribuição da População e Meio Ambiente: São Paulo e Centro-Oeste
Daniel Joseph Hogan (Coordenador)
José Marcos Pinto da Cunha (sub-Coordenador)

Capa e Produção Editorial:
Fabiana Grassano e Flávia Fábio

Diagramação:
Cláudia Fábio

Revisão de texto:
Paulo Roberto Tremacoldi

Equipe Técnica:
Daniel Banca Alves Corticeiro
Fábia Adriana Silveira Duarte
Fernanda Raquel
Gisele Maria Ribeiro de Almeida
Katy Garcia
Patrícia Viana Silva
Sharon Narimatsu (in memorian)

Fotolito e Impressão:
MPC Artes Gráficas

Catalogação: Adriana Fernandes

Cunha, José Marcos Pinto da.

A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação / José Marcos Pinto da Cunha. – Campinas: Núcleo de Estudos de População/ UNICAMP, 2002.

168 p.

ISBN 85-88258-06-4

1.Migração. 2.Centro-Oeste Brasileiro. I. Título.

Autor

José Marcos Pinto da Cunha
Demógrafo, Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Coordenador do Núcleo de Estudos de População (NEPO)/UNICAMP

Colaboradores

Gisele Maria Ribeiro de Almeida
Economista, formada pelo Instituto de Economia
da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Mestranda em sociologia no Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas (IFCH)/UNICAMP

Fernanda Raquel
Socióloga, formada pelo Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas (IFCH) da Universidade
Estadual de Campinas (UNICAMP)

Fábia Adriana Silveira Duarte
Socióloga, formada pelo Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas (IFCH) da Universidade
Estadual de Campinas (UNICAMP)
Mestranda em geografia pela FFLCH – Departamento
de Geografia da Universidade de São Paulo (USP)

A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96: o Esgotamento de um Processo de Ocupação

Introdução 9

I. Dinâmica de Ocupação do Centro-Oeste: uma breve caracterização e suas implicações na dinâmica demográfica 13

I.1. A Dinâmica Demográfica Regional: Estados e Microrregiões 18
I.2. A Migração segundo Lugar de Origem e Destino dos Migrantes 28
I.3. Algumas Características da Migração no Centro-Oeste: a Relação entre o Processo de Ocupação Econômica e o Perfil do Migrante 36

II. A Dinâmica Migratória no Interior dos Estados do Centro-Oeste: uma análise ao nível das microrregiões 51

II.1. Goiás 53
II.2. Mato Grosso do Sul 73
II.3. Mato Grosso 90
II.4. Tocantins 118
II.5. Rondônia 135
II.6. Distrito Federal 152

Conclusões 158

Bibliografia 161

Introdução

No final dos anos 60 a Região Centro-Oeste iniciou um intenso processo de modificação de sua base produtiva, fortemente impulsionado pela ação estatal através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e integração da região aos mercados internos e externos. Como mostram Guimarães e Leme (1998)[1], as décadas de 70 e 80 foram marcadas pela implantação de importantes empresas agro-industriais, de capital nacional e internacional, muitas vezes associada a investimentos estatais em infra-estrutura, incentivos fiscais, crédito subsidiado e atuação de órgãos oficiais de apoio.

A década de 70 foi fundamental para compreender a estrutura produtiva e a urbanização do Centro-Oeste. É neste período que se fazem sentir os efeitos da modernização agrícola e da chamada *revolução verde*. A região, por constituir-se numa importante área de fronteira agrícola, foi amplamente afetada pelo que se convencionou denominar a "marcha modernizadora do oeste". Como bem destaca Lavinas (1986), o período que precede a modernização da agricultura de grãos na região foi o de sua maior expansão demográfica, o que coloca em evidência o impacto deste processo para a dinâmica demográfica e migratória regional.

Na verdade, esta *modernização* acabou por gerar significativos impactos para as relações sociais rurais. Segundo Guimarães (1988), onde o processo de modernização da agricultura foi mais intenso, os abalos sobre as relações sociais foram maiores, no que tange os pequenos proprietários[2]. O resultado é que este processo provocou um intenso direcionamento dos fluxos migratórios.

---

[1] Cumpre salientar que o estudo de Guimarães e Leme é parte de uma série de análises voltadas a entender a dinâmica de ocupação do Centro-Oeste, realizadas no âmbito de um projeto mais amplo do programa PRONEX, do qual o presente projeto faz parte. Por esse motivo, boa parte da contextualização do Centro-Oeste está baseada no referido estudo.

[2] Segundo o autor, este período foi chamado de "modernização conservadora" ou a "modernização dolorosa", já que os pequenos produtores tinham dificuldades para acessar as linhas de crédito sendo, portanto, excluídos do processo de modernização.

A partir dos anos 80, o Centro-Oeste se integra à economia nacional, ao mesmo tempo em que se consolida como área produtora de bens para exportação. Em termos da presente análise, é importante entender como ocorrem estas transformações e quais os seus impactos na dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população.

Após esse período, observa-se uma diminuição da migração, tendo em conta o esgotamento ou, simplesmente, a redução dos recursos destinados ao incentivo à colonização e ocupação das fronteiras agrícolas e ao processo de modernização da agricultura, associado às mudanças de cultivo e às modificações na estrutura fundiária (Martine, 1994). Embora esperada, a redução da migração líquida do Centro-Oeste nos anos 80, em relação às décadas anteriores, ainda carece de uma melhor avaliação sobre a sua natureza, sobretudo no que se refere à magnitude e às áreas mais afetadas. Os dados aqui analisados mostram que a queda da migração não foi assim tão acentuada na região e, alguns de seus Estados, principalmente o Mato Grosso – fronteira não totalmente consolidada –, foram ainda palco de grandes contingentes de migração ao longo dos anos 80 e 90.

Deve-se esclarecer ainda que, apesar de privilegiar aspectos demográficos, este estudo considera fundamental não desvincular o processo de redistribuição espacial da população ocorrido no Centro-Oeste da análise das relações de produção e sociais estabelecidas no meio rural. Como mostram Sawyer (1986) e Suzuki (1996), as modificações na região foram muito intensas, particularmente no que se refere ao processo de formação dos assentamentos humanos, com o crescimento cada vez mais intenso de cidades em detrimento dos espaços rurais, fenômeno que tem sido rotulado como "urbanização da fronteira" (Lavinas, 1986; Ipea/Ibge/Nesur, 2000). Somam-se a estas mudanças estruturais, outras que se deram em função de uma resposta à ampliação e (re)criação de condições necessárias ao desenvolvimento das novas modalidades ou modificações das atividades produtivas pré-existentes. De fato, como salienta Suzuki (1996), a transição do rural ao urbano só pode ser compreendida na intrínseca relação que há entre agricultura e urbanização, já que as atividades agrárias, como se estruturam após a modernização, só podem se desenvolver com a infra-estrutura proporcionada pelos aglomerados urbanos.

Nesse contexto, é que a discussão sobre o "novo rural" e os impactos das lavouras, como a soja, no cerrado sobre a dinâmica populacional deverão ser revisitados. Segundo Graziano, o "novo" que habita o mundo rural deve ser entendido como um processo duplo: a "urbanização" do meio rural (como resultado do processo de industrialização da agricultura); e o transbordamento do mundo urbano para o espaço tradicionalmente definido como rural (Silva, 1997).

Seguindo este raciocínio, é possível visualizar na Região Centro-Oeste este caminho, qual seja, a industrialização da agricultura e consolidação dos complexos agro-industriais, no qual, em paralelo ao processo crescente de concentração de terra, os pequenos e médios proprietários vão deixando de ser, como no passado, os personagens que caracterizariam a região, particularmente em termos do mundo rural.

Uma das questões centrais a ser considerada seria investigar em que medida as transformações desta nova dinâmica de produção agrícola no meio rural impactaram o processo de absorção ou manutenção no campo da população em geral e dos migrantes em particular? E a partir daí, qual ou quais foram as conseqüências sobre o processo migratório regional.

O Mato Grosso pode ser um caso exemplar para se pensar a complexidade da relação entre estrutura produtiva e ocupação demográfica. Ao se acompanhar sua história de ocupação e os dados sobre a produção e concentração da propriedade agrícola, percebe-se que as modificações da estrutura produtiva do Estado, em particular após a entrada da soja, tiveram pelo menos dois efeitos contraditórios do ponto de vista dos processos demográficos. O primeiro deles implicou claramente em uma redução significativa dos pequenos proprietários e, portanto, das possibilidades de inserção dos indivíduos no mundo rural, com impactos visíveis na redução do crescimento demográfico de várias áreas. Por outro lado, o mesmo fenômeno tem mostrado seu poder de ocupação, embora seja de forma diferente do que se observou tradicionalmente no Mato Grosso, como acontece na microrregião de Parecis, onde, ao que tudo indica, a soja e seus efeitos desencadeadores deram novo dinamismo demográfico a uma área antes pouco habitada.

De qualquer forma, embora hoje dominada por atividades extensivas como a pecuária, a soja, o algodão e o milho, e por seus rebatimentos nos demais setores da economia, a dinâmica socioeconômica e demográfica do "Centro-Oeste Ampliado"[3] é um tanto mais complexa em seus condicionantes, que passam tanto pelo processo de constituição de importantes aglomerados urbanos, como são os casos do Distrito Federal e Goiânia, como ainda pela expansão da fronteira agrícola – mesmo que em ritmo muito reduzido – em Estados como Mato Grosso e Rondônia.

[3] Incorporou-se os Estados de Rondônia e Tocantins, da Região Norte, para atender os objetivos da análise, que nos leva a ultrapassar a divisão geopolítica tradicional. Como será visto, estes Estados possuem *inter-relações histórico-sociais* com a Região Centro-Oeste. Ver Guimarães e Leme (1998).

É sobre este pano de fundo que este livro analisa os processos migratórios relacionados à trajetória demográfica da região e seus Estados nas décadas de 70, 80 e 90, a partir dos dados censitários. Tendo em vista as relações do fenômeno com a dinâmica de desenvolvimento econômico e formas de ocupação do espaço regional, este estudo busca apreender em que medida as modificações da estrutura econômica e das políticas governamentais influenciaram o processo migratório regional e de cada um dos Estados e suas respectivas microrregiões[4].

São analisadas as tendências migratórias de um período de quase 30 anos (1970 a 1996) que, sem dúvida, foi marcado por uma grande arrancada de ocupação e desenvolvimento do Centro-Oeste, assim como por uma clara inflexão em seu comportamento demográfico. O esforço aqui despendido propõe-se a permitir uma maior visibilidade do processo mais amplo que condicionou a ocupação da área.

Este livro desenvolve-se em duas partes. A primeira, dedicada a apresentar ao leitor uma visão geral dos processos migratórios no Estados do Centro-Oeste Ampliado, onde as preocupações estão mais voltadas ao comportamento de cada Unidade da Federação em termos de suas trocas migratórias com outras regiões do Brasil e às características dos aqui chamados migrantes interestaduais. Já na segunda parte, as análises preocupam-se em conhecer as várias dinâmicas intra-estaduais, no sentido de melhor perceber o papel de cada sub-espaço nas características apresentadas pelos Estados, buscando assim um conhecimento mais aprofundado sobre as tendências e possibilidades da migração na região.

Como argumento central, este livro tem como objetivo indicar que o processo responsável pela intensa ocupação demográfica do Centro-Oeste até mais ou menos meados dos anos 80 mostra claros sinais de desgaste e esgotamento em função das grandes transformações ocorridas na região. Embora a urbanização na área se dê em ritmo elevado e, particularmente nas grandes aglomerações urbanas, ainda se registre um crescimento demográfico importante, os dados aqui analisados mostram que há muito tempo as condições para manutenção do ímpeto de ocupação de décadas passadas já não mais existem, fato que teve reflexos diretos na forma de absorção da população e, portanto, no processo migratório de maneira mais ampla.

[4] O estudo aqui apresentado, de certa forma, integra e amplia três estudos preliminares realizados ao longo do projeto (Cunha, 1997, Cunha e Silveira, 1999 e Cunha, 2000), onde foram feitas análises sobre dinâmica migratória dos Estados do Centro-Oeste utilizando períodos e questões diferenciadas.

I. Dinâmica de Ocupação do Centro-Oeste: uma breve caracterização e suas implicações na dinâmica demográfica

Desde os tempos coloniais, toda a história da ocupação do Centro-Oeste passa pelo ouro e pelo diamante. As riquezas minerais foram importantes e determinaram os caminhos desbravados pelos pioneiros na época das bandeiras, que ainda no século XX apresenta seus reflexos. Segundo Guimarães e Leme, não se tratava de uma área desocupada, *um imenso vazio:*

> Em função do legado histórico, dispunha de núcleos e experiências de vida urbana importantes, ainda que dispersas, expressão de uma ocupação descontínua e sustentada por uma base econômica tradicional, subproduto característico da atividade mineratória originária e, posterior e secundariamente, do ciclo da borracha, ao norte da região *(Guimarães e Leme, 1988: 27)*.

A ocupação dispersa foi baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. Derivou-se daí um regime de posse da terra e trabalhadores agregados que configuraram uma base de relações socioeconômicas bastante resistentes às transformações e aos estímulos da "economia de mercado". Isso explica, em grande medida, a importância de contemplarmos em nossa análise sobre a *marcha modernizadora*, a questão da "expulsão" de camponeses e pequenos produtores e da falência das economias tradicionais e das relações que sobreviveram, conseguindo se reproduzir nas novas relações que são instauradas.

Com o avanço do complexo cafeeiro paulista, o Centro-Oeste foi palco de uma nova configuração na divisão territorial do trabalho. A lavoura cafeeira, praticada de forma extensiva, necessitava de ampla disponibilidade de terras e acabou por incorporar novas áreas. A penetração no oeste de São Paulo deu-se com a abertura de novas rotas com a construção das ferrovias. Quando o transporte ferroviário chega ao Triângulo Mineiro – última década do século XIX –, os influxos dinamizadores da economia paulista atingem a Região Centro-Oeste.

Nos anos 30, a Revolução marca o fim da República Velha e o país inicia uma dinâmica baseada no padrão de acumulação urbano-industrial. A reboque da ação estatal, afloram possibilidades de acumulação com a unificação do mercado nacional, que encontra condições institucionais favoráveis à expansão do mercado interno. O novo modelo tem efeitos expressivos sobre o Brasil e em particular sobre o Centro-Oeste, tendo em vista que o novo modelo econômico estimula a demanda por alimentos e aumenta os vínculos com a produção agropecuária.

No governo Vargas (1930-1945) praticou-se uma política deliberada de ocupação do território, sobretudo das áreas de fronteira, conhecida como *Marcha para o Oeste*. Na verdade, o modelo de Vargas pretendia instalar um novo padrão de desenvolvimento econômico, superando o capitalismo agrário e mercantil. O impacto para a ocupação do Centro-Oeste foi decisivo. Entretanto, a dificuldade de incorporar o interior à economia nacional estava calcada num mercado interno inexpressivo e na precariedade das estruturas de transporte, de energia e de comunicações. As más condições de infra-estrutura não deixavam alternativas econômicas diferentes das praticadas tradicionalmente na região: extensivas, com baixo valor agregado e pouco diversificadas.

O processo de ocupação "tradicional", caracterizado pelas frentes de subsistência e as frentes de pecuária extensiva e rudimentar, sofre uma grande ruptura com o Plano de Metas. Dá lugar a essa dinâmica uma "moderna incorporação do Centro-Oeste", que pode ser identificada pelas novas frentes de agricultura comercial, bovinocultura tecnificada e frentes especulativas.

Neste período, a fronteira agrícola é redefinida como suporte ao mercado interno e é possível – a algumas áreas estratégicas, beneficiadas com investimentos de infra-estrutura – a acumulação de capitais e a diversificação produtiva. A grande mudança que se deve ao Plano de JK é a centralidade da questão da infra-estrutura como principal dispositivo deste processo inovador, que previa a consolidação de um novo padrão de industrialização:

> As décadas de 50 e 60 marcaram, então, a arrancada no desenvolvimento do Centro-Oeste, puxada no primeiro momento pela intensa imigração atraída pela nova capital e pelos grandes projetos de migração, que promoveram rápido adensamento no interior dos Estados (...). Com a infra-estrutura e a expansão populacional iniciou-se a transformação das estruturas produtivas e, em particular, a ampliação da circulação de mercadorias e diversificação dos setores produtivos nos núcleos urbanos estrategicamente posicionados como entrepostos comerciais. *(Guimarães e Leme, 1988: 42)*.

Os anos 60/70 constituem-se no período fundamental para a compreensão da estrutura produtiva e da urbanização no Centro-Oeste. Neste período houve um esforço, por parte do governo e empresas colonizadoras, para que os pequenos produtores de outras regiões do país, sobretudo da Região Sul, pressionados pelo processo de modernização da agricultura se engajassem em programas de colonização (privados ou públicos):

> O processo social em que se constitui a diferenciação socioeconômica da pequena produção, freqüentemente inclui a ocorrência de movimento

> migratório. Tanto mais significativo quanto o número de migrantes envolvidos, as distâncias percorridas e as razões que o provocaram, este movimento se constitui em uma tentativa de romper com as relações sociais que, ao se modificarem, assinalam um aumento das tensões que essas relações encerram e das dificuldades em superá-la. *(Guimarães e Leme, 1988: 58).*

Como efeito da nova dinâmica da agricultura, as parcerias agrícolas e os pequenos arrendamentos foram muitas vezes dissolvidos. Mesmo na condição de proprietários rurais, não havia trabalho suficiente para todos empregar. O resultado foi que uma grande parcela da população rural dessa região viu-se na contingência de migrar.

> Para a grande parcela de pequenos proprietários que não tiveram acesso ao crédito rural, a deterioração de suas unidades de produção foi patente, pois, não conseguindo incorporar o progresso técnico, não conseguiram reunir condições para competir com aqueles que o fizeram. Seus produtos perderam mercado, e passaram a depender da rede de intermediação que se formou para dar suporte ao crescimento dos negócios da agricultura, rebaixando muito os preços recebidos, deixando de remunerá-los adequadamente. *(IPARDES, 1983: p.18* apud *Guimarães, 1988: 56).*

Desta forma, o pequeno produtor precisou abandonar a produção em busca de trabalho externo. Neste contexto, os programas de colonização, levados a cabo no Centro-Oeste e Norte brasileiros assumem para o migrante a idealização de uma inserção social mais efetiva, que o motiva a romper com a sociedade de origem em busca de uma nova sociedade, onde seu "modo de vida" seria preservado.

Maso (1990), ao tratar da política de colonização do governo brasileiro na década de 70, pensa a colonização como uma intervenção do Estado na sociedade tentando superar a crise gerada pelas desigualdades e antagonismos intrínsecos ao próprio desenvolvimento capitalista. Essa intervenção, segundo a autora, funcionava como uma reordenação de forças sociais em conflito com as necessidades de reprodução e expansão da relação capitalista. Neste sentido, as causas estruturais seriam geralmente encobertas pelas motivações individuais.

Assim, como Caio Prado, a autora analisa o processo de colonização como uma dimensão do movimento global da formação econômica do Brasil. Desta maneira, a migração para a fronteira constitui-se em uma forma de expansão do capitalismo no campo e de encaminhamento da questão agrária incorporando novas regiões ao mercado. É interessante notar que Caio Prado escreve os artigos que compõem o livro *A Questão Agrária* anterior ou concomitantemente ao

processo de modernização citado, no início dos anos 60. Desta forma, suas palavras são verdadeiras profecias sobre os rumos da nossa história:

> (...) a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população. *(Prado Jr., 2000: 48-49)*

Muito já se conhece sobre o processo de ocupação ou "colonização" do Centro-Oeste: seus determinantes, conseqüências e particularmente o seu esgotamento enquanto política explícita de ocupação territorial (Sawyer, 1984; Martine, 1992 e 1994; Kinzo, 1986; Salim, 1980 e Silva, 1984). Neste sentido, para se entender a distribuição espacial da população no Centro-Oeste Ampliado é preciso que se tenha presente que a região passou nos anos 80, por um período de inflexão do modelo "tradicional" de ocupação, com implicações importantes no comportamento dos fluxos migratórios e, portanto, nas possibilidades da região em manter um ritmo de ocupação e crescimento demográficos dos anos 60 e 70.

Se, por um lado, as transformações produtivas operadas no país em geral, e na região em particular, modificaram sobremaneira as condições de fixação do homem ao campo, por outro lado, a brusca redução, a partir de meados dos anos 80, da participação do Estado como indutor da ocupação territorial através da desativação de programas de desenvolvimento, redução de subsídios, etc. – e, com isso, o quase "fechamento" das fronteiras –, reduziu significativamente qualquer alternativa de manutenção da população que passasse pelo mundo rural.

É bem verdade que, nos anos 90, na esteira dos custos sociais desse padrão de desenvolvimento que repercutiram na concentração de terras e tremenda redução do emprego agrícola (Mattei, 1998)[5], as políticas públicas nacionais se voltam um pouco mais para a questão da Reforma Agrária, o que teve como conseqüência um aumento do número de assentamentos no país. Nota-se, por exemplo, o "*boom*" que o Estado de Mato Grosso teve neste período: em 1994 haviam sido realizados cerca de 50 assentamentos pelo INCRA, enquanto em 1999 esse número cresce para cerca de 275 (Gomes, 2000)[6].

[5] A Região Centro-Oeste é a única a apresentar um aumento, ainda que pequeno, no número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Mas cabe destacar que, de acordo com os dados das PNADs analisados por Mattei, há uma certa restrição à expansão da agricultura familiar na região. Ver Mattei (1998).

[6] Parte destes assentamentos tratam de regularização de áreas antigas, e não assentamentos novos propriamente ditos. Estes 274 assentamentos, do INCRA e Intermat, existentes em 1999 significam 10% da área em propriedades rurais e beneficia 64.024 famílias. Ver Gomes (2000).

Embora não seja objeto deste estudo a análise da política de Reforma Agrária no país, não se pode deixar de reconhecer as dificuldades que tal projeto enfrenta e, portanto, suas limitadas possibilidades de se configurar em uma verdadeira saída para a população que ainda subsiste no campo, na região ou no resto do país (Leite, 1998). Sendo uma política importante para atenuar os conflitos e tensões do campo, impedir ou, ao menos, minimizar as pressões nos centros urbanos, além de ocupar o território, estes programas de assentamentos têm enfrentado vários desafios tais como: a regularização das terras ocupadas, como vem fazendo o INCRA, para que o assentado não se torne um posseiro; a viabilização econômica destes assentamentos, já que somente a posse do lote não garante a inserção econômica e a reprodução social das famílias assentadas (Ferreira, Fernández e Silva, s.d.). Na verdade, a falta de financiamento, assistência técnica e infra-estrutura – particularmente viária – têm sido comumente os fatores que tornam ainda muito mais vulnerável a condição de assentado, tornando-o muitas vezes presa fácil para os grandes latifundiários ou grileiros (Gomes, 2000).

Assentamentos em terras desgastadas, de má qualidade para fins agrícolas, sem a mínima infra-estrutura, ou lotes em áreas de mata fechada com péssima acessibilidade, além dos constrangimentos das leis ambientais, são realidades com que convivem os migrantes que ainda hoje optam pela vida no campo.

Nessas condições precárias não resta ao assentado senão buscar outras alternativas, como trabalhar na cidade, sendo que em muitos casos isto envolve uma mudança definitiva para os centros urbanizados. Porém, isso não diminui a relevância dos assentamentos como uma possibilidade real de atenuar o processo de exclusão social das cidades. Hoje, a pluriatividade – renda agrícola e renda não-agrícola – é quase uma exigência para a fixação das famílias em suas propriedades. Políticas eficientes e articuladas para o enfrentamento da questão agrária são extremamente imprescindíveis para garantir a sobrevivência de parcelas significativas da sociedade, que pelo baixo nível de escolaridade e de renda não conseguem espaço no livre mercado.

É dentro deste quadro de modernização da atividade produtiva e, ao mesmo tempo, deterioração das possibilidades de manutenção dos migrantes nas áreas rurais, que a dinâmica migratória regional deve ser estudada. Embora com duas importantes aglomerações urbanas e certamente ainda demonstrando grande poder de absorção de população, boa parte da problemática migratória do Centro-Oeste Ampliado passa necessariamente pelas possibilidades concretas de reprodução do pequeno proprietário no campo e do poder de absorção dos centros urbanos que, em última análise, é bastante limitado, tendo em vista a complexidade da estrutura produtiva e as escalas requeridas para a manutenção das atividades predominantes nestas áreas.

I.1. A Dinâmica Demográfica Regional: Estados e Microrregiões

Crescimento Demográfico

Como mostram Fernandes e outros (1997), a Região Centro-Oeste permaneceu estagnada até por volta dos anos 40. Os anos 50 marcaram o início de um processo de intenso crescimento demográfico que, durante a década de 60, tornou-se ainda mais veemente, posto que foram iniciados projetos de desenvolvimento e colonização, destinados a promover a ocupação da área. O incremento populacional continuou forte até meados dos anos 80, quando a taxa de crescimento demográfico da região sofreu significativa redução, fato que, não por acaso, coincidiu com a interrupção dos incentivos governamentais fartamente oferecidos até então para projetos de colonização e expansão da fronteira agrícola (Martine, 1994). Mesmo assim, o Centro-Oeste, juntamente com a Região Norte, foi uma das áreas que maiores taxas de crescimento experimentaram na década de 80, com níveis bem acima da média nacional.

Levando em conta o Centro-Oeste Ampliado, suas taxas de crescimento começaram a sofrer incrementos significativos já a partir dos anos 50, quando de patamares próximos a 3,5% nos anos 40, passava a crescer a mais de 5,4% a.a. Na seqüência, a população dessa região experimentou um crescimento ainda maior, da ordem de 5,6%[7]. Como mostra a Tabela 1, nas décadas seguintes o crescimento sofreu uma certa queda, embora nos anos 70 e 80 a região ainda crescesse a mais de 4,5% a.a. e 3,3% a.a., respectivamente. Na verdade, somente nos anos 90 essa área experimentou uma redução realmente importante no seu crescimento demográfico, na medida em que o incremento anual médio reduziu-se para pouco mais de 2,3%.

É interessante notar que o comportamento dessas taxas de crescimento demográfico reflete, de maneira distinta, a trajetória de cada um dos Estados no processo de ocupação e colonização da região. Enquanto nos anos 60, as dinâmicas de Goiás e do que hoje conhecemos como Mato Grosso do Sul eram as que davam, em maior medida, o ritmo de incremento da população regional, a partir dos anos 70 começa a haver uma maior predominância de Rondônia e Mato

[7] É importante ter em conta que as taxas de crescimento demográfico também são sensíveis aos volumes de população que, no início da ocupação do Centro-Oeste, não eram tão elevados. Portanto, dependendo do contingente inicial da população, pequenas alterações nesses volumes podem implicar em taxas significativas. Apenas para exemplificar, no período 70/80 a região cresceu cerca de 2,6 milhões de pessoas, enquanto na década seguinte esse aumento foi de mais de 4,4 milhões. No entanto, as taxas de crescimento foram muito próximas uma da outra. Assim, há que se ter muita cautela ao interpretar as cifras, sobretudo as relativas, que devem ser, via de regra, avaliadas também à luz dos volumes.

Grosso, apontando os rumos que a população passou a tomar no processo de configuração do espaço do Centro-Oeste Ampliado[8].

Esse "caminho" da população do Centro-Oeste rumo ao norte também pode ser percebido, conforme veremos mais adiante, quando se avaliam as taxas de crescimento populacional das microrregiões dos Estados considerados. Além daquelas que abrigavam as capitais que, naturalmente, de maneira progressiva vieram concentrando a maior parte da população de seus Estados, outras regiões se destacam por seus crescimentos demográficos, particularmente aquelas situadas ao longo dos "eixos" de expansão da fronteira ou ao longo das principais rodovias.

Tabela 1
População Total e Taxa de Crescimento Médio segundo Unidade da Federação
Centro-Oeste Ampliado
1970, 1980, 1991 e 2000

UF	1970			1980			1991		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Distrito Federal	96,0	4,0	537.492	96,8	3,2	1.176.935	94,7	5,3	1.598.415
Goiás	45,9	54,1	2.414.325	67,5	32,5	3.125.354	80,8	19,2	4.012.562
Mato Grosso	38,8	61,2	598.879	57,7	42,3	1.134.230	73,3	26,7	2.022.524
Mato Grosso do Sul	45,3	54,7	998.211	66,8	33,2	1.393.019	79,4	20,6	1.778.741
Rondônia	53,6	46,4	111.064	46,5	53,5	491.069	58,2	41,8	1.130.874
Tocantins	24,8	75,2	516.447	40,1	59,9	743.750	57,7	42,3	920.116
Total	48,2	51,8	5.176.418	66,5	33,5	8.064.357	77,1	22,9	11.463.232

(continua)

(continuação)

UF	2000			Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	Urbana	Rural	Total	70/80	80/91	91/2000
Distrito Federal	95,7	4,3	2.043.169	8,15	2,82	2,77
Goiás	87,9	12,1	4.994.897	2,61	2,30	2,46
Mato Grosso	79,4	20,6	2.498.150	6,59	5,40	2,37
Mato Grosso do Sul	84,1	15,9	2.075.275	3,39	2,25	1,73
Rondônia	64,1	35,9	1.377.792	16,03	7,88	2,22
Tocantins	74,3	25,7	1.155.251	3,71	1,95	2,56
Total	83,5	16,5	14.144.534	4,53	3,25	2,36

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

[8] Os dados do Censo 2000 mostram que no Norte, Estados como Roraima e Amapá ainda apresentaram crescimento significativo nos anos 90, contudo, esse processo nem de longe se compara ao que ocorreu no Centro-Oeste.

De qualquer maneira, o que se percebe pelos dados apresentados é que a "inflexão" em termos do ritmo de crescimento demográfico que vinha sendo anunciada para a região, de fato ocorreu e foi bastante significativa, particularmente para aqueles Estados onde o processo de avanço da fronteira foi mais recente, como Mato Grosso, ou mais duradouro como em Rondônia. Cumpre salientar que as características peculiares do Distrito Federal, por sua importância e função política/administrativa, e de Tocantins, por sua instalação no final dos 80, fazem destes dois Estados casos particulares e, de certa forma, explicam a pequena variação do crescimento demográfico nos anos 90.

Embora a queda da fecundidade na região tenha certamente influenciado esta tendência[9], não há como negar que foi o comportamento da migração que definitivamente provocou tamanha modificação do crescimento e distribuição populacional na região nos últimos 20 anos. Nesse sentido, uma análise pormenorizada deste fenômeno permite não apenas revelar as peculiaridades da ocupação de cada um de seus sub-espaços, mas também pensar na estrutura de condicionantes e até mesmo perspectivas para a região.

A Migração Interestadual nos Estados do Centro-Oeste

Os dados relativos à migração interestadual[10] para os Estados do "Centro-Oeste Ampliado" indicam que houve uma importante modificação do fenômeno ao longo do período aqui enfocado. Se o número desses migrantes identificados pelos Censos nos diversos Estados somava em torno de 1,8 milhões nos anos 70, esse valor passa para 2,3 milhões na década seguinte, apresentando uma tendência de queda nos anos 90. Na verdade, considerando os dados da Contagem Populacional de 1996, pode-se dizer que, a continuar a mesma tendência, a região chegaria a um volume de imigração de cerca de 1,7 milhões de pessoas. Já pelo lado da emigração, a tendência foi bastante semelhante à imigração, ou seja, sofreu

[9] De fato, dados do IBGE mostram que a fecundidade do Centro-Oeste atualmente gira em torno de 2,15 filhos por mulher contra um valor próximo a 4,5 em 1980.

[10] Tendo em vista as várias fontes utilizadas por esse estudo, foram adotadas pelo menos duas definições de migrantes interestaduais. A primeira, válida para os Censos de 1980 e 1991, que considera migrante "aquele indivíduo que residia a menos de 10 anos na UF onde foi recenseado" e a segunda, válida tanto para o Censo de 1991 como para a Contagem de 1996, ou seja, "o indivíduo que cinco anos antes do levantamento vivia em outra UF que não aquela onde foi recenseado". Na verdade, estas duas definições, decorrentes das formas como foram levantadas as informações sobre migração, não são estritamente comparáveis e, portanto, os volumes delas resultantes – ainda considerando-se o mesmo período de referência – serão tanto mais distintas quanto mais intensos forem os movimentos migratórios de curto prazo, para sermos mais exatos, dentro do período de 5 anos (ver por exemplo, Carvalho e Rigotti, 1998). A despeito disso, a comparação dessas informações, sobretudo expressa por médias anuais, se usada com cautela, pode suscitar indagações interessantes e coerentes com o que se conhece da região.

um aumento considerável na década de 80 para depois se reduzir nos anos 90 a patamares bem próximos aos dos anos 70. Nesse caso, os volumes alcançados foram, respectivamente, 900 mil, 1,4 e 1,1 milhões (supondo a uniformidade nos anos 90). Deve-se destacar que, como será mostrado mais adiante, o aumento do volume de emigração esteve ligado, em boa medida, ao retorno de migrantes para suas áreas de origem.

Vistos de forma particularizada, o comportamento de cada Unidade da Federação suscita considerações interessantes. Assim, seja tendo em conta a distribuição da migração (imigração e emigração) interestadual entre os Estados da região, seja pela avaliação dos volumes médios de migrantes registrados[11] ou mesmo pelas taxas, pode-se perceber a existência de pelo menos dois períodos distintos no processo migratório do Centro-Oeste nos últimos 25 anos: o primeiro entre a década de 70 e meados da de 80, e o segundo a partir daí.

Do ponto de vista da imigração, os dados da Tabela 2 mostram que, dos anos 70 para os anos 90, ocorreram transformações não apenas quanto à participação de cada um dos Estados nos movimentos migratórios interestaduais, mas também com relação à intensidade do fenômeno.

Quanto ao primeiro aspecto, ou seja, o peso relativo de cada UF na imigração interestadual recebida pela região, observa-se que, enquanto nos anos 70, o Distrito Federal respondia por mais de um quarto dos migrantes interestaduais da região, nos anos 90 essa participação caiu para menos de 20%. Rondônia também perde progressivamente peso relativo na imigração regional, seja durante a década de 80 ou mesmo nos anos 90, o mesmo passando-se com o Mato Grosso do Sul. Por sua vez, Goiás chegava a abrigar, no final do período considerado, mais de 34% dos imigrantes, cifra bem superior aos 20% dos anos 70. Os Estados do Mato Grosso e Tocantins foram, depois de Goiás, os que ganharam importância relativa.

Essas tendências podem ser melhor compreendidas a partir da observação dos volumes e taxas de imigração. Pode-se dizer que, de maneira geral, todos os Estados da região reduziram suas taxas de imigração nos anos 90. Contudo, algumas diferenças puderam ser constatadas ao longo do processo. Enquanto, no Estado de Tocantins, essa queda foi muito reduzida e acompanhada de uma pequena elevação dos volumes de imigração, nas demais áreas, particularmente Rondônia, a queda da intensidade e volume migratórios foi bastante significativa.

[11] Visando facilitar a compreensão do leitor, resolveu-se apresentar os volumes migratórios relativos a períodos de 10 ou 5 anos em termos de médias anuais. Obviamente que tal procedimento pode trazer problemas, na medida em que se tenham motivos para pensar que o processo não foi uniforme ao longo do tempo.

Vale realçar o caso do Mato Grosso. Nota-se uma trajetória bem particular, característica já observada quando da análise das taxas de crescimento. Esse Estado, embora nos anos 70 não tenha sido a mais importante área de atração migratória da região, foi o único a manter, nos anos 80, praticamente a mesma intensidade imigratória apresentada na década anterior. Da mesma forma, merece destaque o Estado de Rondônia, que teve reduzida sua taxa de imigração em menos da metade entre os anos 70 e 80, fato que espelha seu período de decadência enquanto fronteira agrícola e importante palco de projetos de colonização.

No caso específico do Distrito Federal, deve-se chamar a atenção para o fato de que seu grande crescimento nos anos 70, seguido de uma drástica redução, não significa que a capital brasileira tenha perdido importância como área de atração. Como será mostrado mais adiante, este fenômeno expressa muito mais a "expansão" do DF em direção à sua periferia, que se estabelece justamente nos municípios de Goiás – que, por sua vez, registra um incremento da imigração (Tabela 2) –, o que possibilita a manutenção da intensidade do fenômeno. De fato, como será mostrado, boa parte dessa imigração teve como origem o próprio DF.

Pelo que mostram os dados, pode-se deduzir que os anos 80 foram, para a maioria dos Estados da região, um período de importantes perdas populacionais, merecendo destaque o Distrito Federal com uma taxa de emigração superior a 2,3% a.a. e Rondônia, 2,0% a.a. Mais adiante será visto que esse aumento, não apenas das taxas, mas também dos volumes, coincide com o incremento sem precedentes da migração de retorno, sobretudo de nordestinos e sulistas.

Do ponto de vista demográfico, as diferenças entre imigração e emigração na Tabela 2, para as décadas de 70 e 80, não podem ser consideradas, formalmente, como saldos migratórios (Carvalho, 1987). Contudo, por conveniência e falta de estimativas mais adequadas, as diferenças entre imigração e emigração foram calculadas de forma a mostrar, de maneira aproximada, o resultado do processo migratório nos vários momentos em cada um dos Estados. Dessa forma, o Gráfico 1, que apresenta as médias anuais para essas diferenças, evidencia que os maiores ganhos populacionais obtidos nos anos 70 foram apresentados pelos Estados de Mato Grosso, Rondônia e pelo Distrito Federal. Já na década seguinte, dessas três áreas, apenas o Distrito Federal não manteve a performance. No entanto, o Estado de Goiás passa a figurar como forte área de atração, o que não chega a surpreender, tendo em vista o comentado anteriormente sobre as trocas migratórias entre estas duas Unidades da Federação.

Mato Grosso do Sul e Tocantins, embora com baixos ganhos populacionais para os padrões regionais, apresentaram tendências distintas. O primeiro com progressiva diminuição dos ganhos, e o segundo sofrendo um incremento da década de 70 para a de 90, o que coincide com o período de seu desmembramento do Estado de Goiás.

Tabela 2
Volumes e Taxas de Imigração e Emigração por Unidades da Federação
Centro-Oeste Ampliado
70/80, 81/91 e 91/96

UF	Imigração (*)			Emigração (*)		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Distrito Federal	475.807	349.190	166.849	176.079	340.098	147.697
Goiás	308.196	518.147	288.648	323.859	345.181	137.313
Mato Grosso	325.804	541.743	150.421	121.456	244.434	110.026
Mato Grosso do Sul	291.766	262.615	87.374	204.669	237.430	73.748
Rondônia	285.494	411.795	64.928	20.988	157.951	67.428
Tocantins	92.724	159.019	84.747	87.210	144.704	55.901
Total	**1.779.791**	**2.242.509**	**842.967**	**934.261**	**1.469.798**	**592.113**

(continua)

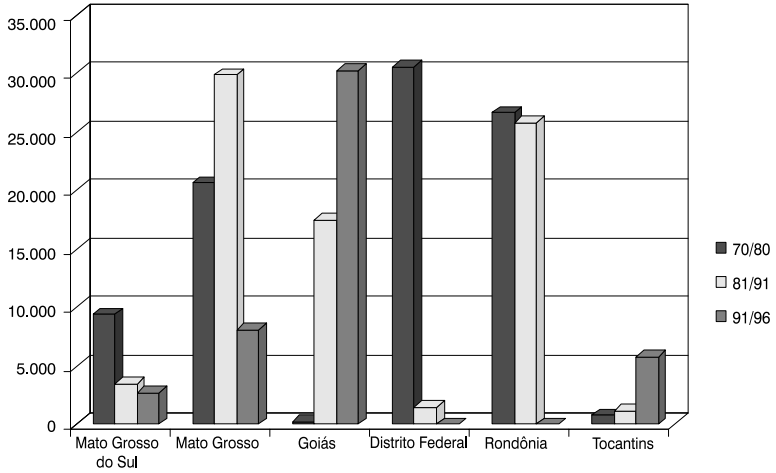
(continuação)

UF	Taxas Médias Anuais(**)					
	Imigração			Emigração		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Distrito Federal	5,98	2,31	1,96	2,21	2,25	1,73
Goiás	1,12	1,33	1,36	1,18	0,89	0,65
Mato Grosso	3,95	3,25	1,41	1,47	1,47	1,03
Mato Grosso do Sul	2,47	1,52	0,94	1,74	1,37	0,80
Rondônia	12,22	5,02	1,11	0,90	1,93	1,15
Tocantins	1,50	1,75	1,73	1,41	1,59	1,14
Total	**2,75**	**2,12**	**1,39**	**1,45**	**1,39**	**0,98**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.
(*) para 70/80 e 81/91, o dado refere-se à informação sobre última residência, enquanto, para 91/96, sobre a residência 5 anos antes do levantamento. Ver nota 4 para as diferenças entre elas.
(**) O denominador da taxa foi a média geométrica da população no período.

Os dados da Tabela 2 e Gráfico 1 encerram ainda uma questão muito interessante e coerente com o que se conhece do processo de ocupação da região. Trata-se do fato da migração (seja imigração ou mesmo a migração líquida) média calculada para o período 81/91 ter sido superior à do período 91/96 para Mato Grosso e Rondônia e menor para o Estado de Goiás. Mesmo que os dados, como já observado, não sejam totalmente comparáveis para ambos os

Gráfico 1
Volume de Migração Líquida Média Anual* por Unidades da Federação
Centro-Oeste Ampliado
70/80, 81/91 e 91/96



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.
(*) considerar a limitação metodológica do dado para os anos 70 e 80.
Obs.: os dados para o Distrito Federal para o período 91/96 foram excluídos, pois há estudos preliminares mostrando uma série de inconsistências decorrentes da forma de levantamento da informação.

períodos, esse resultado está em total acordo com o que se sabe sobre o fluxo de recursos e incentivos governamentais para a área, decisivos para a sua ocupação.

Martine (1994) já apostava na redução da atração migratória da fronteira agrícola a partir de 1986 em função de uma série de ocorrências, entre elas o fim de projetos importantes como o Polonorte, de subsídios, falta de soluções tecnológicas adequadas, etc. Além disso, de acordo com Pacheco (1998), os anos 80 foram marcados por uma mudança substancial no setor agropecuário do Centro-Oeste, com o ganho de importância das culturas ditas mais dinâmicas e das formas modernas de produção, como a soja, o que juntamente com a expansão da pecuária pode ter tido impactos significativos no poder de absorção do migrante, que deixou de ter as possibilidades anteriormente existentes na região. Trabalhos como o de Sawyer (1984) também apontavam para o "fechamento" da fronteira agrícola no Centro-Oeste no sentido de que, com a redefinição do espaço econômico nessas áreas, ocorreu uma:

> (...) progressiva eliminação de um espaço social que se colocava como alternativa para a população que não podia ser absorvida pelas estruturas arcaicas no campo ou pelas relações de produção capitalistas ou que não queria se submeter à espoliação ou à exploração (*Sawyer, 1984: 29*).

Contudo, o mais surpreendente dos dados até aqui analisados é que, a despeito do aumento da emigração em muitos Estados da região, os volumes de imigração ainda continuaram importantes até mesmo nos anos 90, sobretudo se considerarmos as principais áreas de expansão da fronteira, em particular o Estado de Mato Grosso. Mesmo no caso de Goiás, no qual a problemática migratória estaria mais calcada nas questões ligadas ao processo de urbanização e concentração demográfica nos grandes centros urbanos, a circulação da população foi bastante intensa, significando dizer que os anos mais recentes estariam mostrando a existência de uma maior instabilidade da população nas principais áreas de destino, estivessem elas no Centro-Oeste ou mesmo no Sudeste (Cunha, 1998; Pacheco, 1998).

Na verdade, tanto a redução das alternativas nas áreas de fronteira agrícola, como é o caso de vários Estados do Centro-Oeste, como os impactos da crise econômica dos anos 80 e o processo de reestruturação produtiva sobre o aparato industrial, especialmente do Estado de São Paulo, parecem ter tido implicações decisivas nas possibilidades concretas de absorção dos migrantes, inaugurando o que Faria (1992) chamou de período de "mobilidade travada", ou seja, a partir do qual as possibilidades de mobilidade social que tanto motivaram os fluxos migratórios estariam bastante reduzidas.

Os índices de eficácia migratória (IEM)[12], calculados para cada um dos Estados do Centro-Oeste para o primeiro qüinqüênio da década de 90, mostram que praticamente todos eles reduziram os seus valores para patamares próximos a zero; cifras que, pela interpretação do índice, identificam áreas de grande circulação de população. Para se ter uma idéia, no auge de sua ocupação, o IEM de Rondônia era de 0.86 sendo que, para o período em questão, o mesmo reduziu-se para –0.02; com Mato Grosso houve ocorrência semelhante: de 0,46 nos anos 70 passou para 0,16 nos 90. O maior valor registrado nos primeiros cinco anos de 90 ficou por conta de Goiás: 0,36.

Por último, vale a pena resgatar um aspecto do processo migratório que ganhou grande importância na década de 80 em todo o país: a migração de

[12] Trata-se de um índice calculado pelo quociente entre a migração líquida (I-E) e a bruta (I+E). Seus valores gravitam entre os extremos teóricos 1 (somente imigração) e –1 (somente emigração). Valores próximos a zero indicam áreas de circulação migratória (I próximo ou igual a E). Para fazer mais sentido, esse índice deve ser considerado sempre em conjunto com outras estimativas, como volumes, taxas, etc.

retorno. Pacheco (1993), já no começo da década de 90, previa esse fenômeno uma vez que, segundo ele:

> (...) o bloqueio à mobilidade, representado pela redução do crescimento econômico, pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno *(Pacheco, 1993: 22)*.

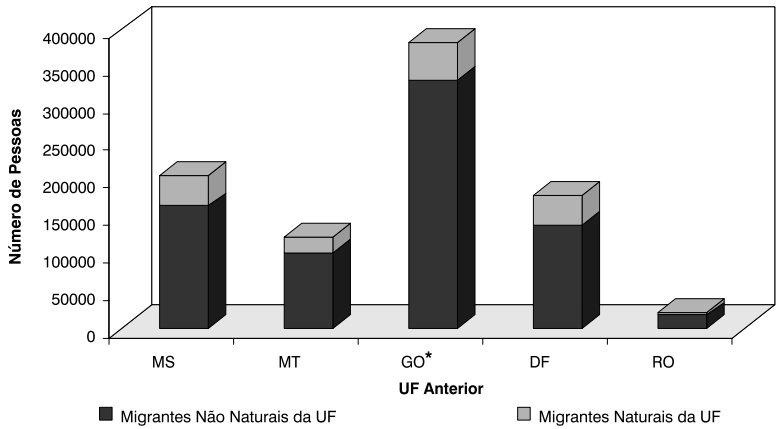
De fato, os dados computados para os Estados do Centro-Oeste mostram que, comparativamente à década de 70, a migração de retorno, tanto *desde* a região (retorno de naturais de outros Estados[13]) quanto *para* ela (retorno de naturais dos Estados do Centro-Oeste), teve um aumento importantíssimo. Considerando o total de pessoas que residiam em algum Estado do Centro-Oeste e que retornaram a seus Estados de nascimento, na década de 80, registrou-se cerca de 453 mil pessoas contra menos de 159 mil nos anos 70; o mesmo ocorreu com os migrantes que retornaram para algum dos Estados da Região, ou seja, pouco mais de 75 mil na década de 70 contra 219 mil no decênio seguinte.

Além desse aumento considerável, que marca uma das características típicas da migração brasileira nos anos 80, é interessante observar o peso do retorno nos volumes de imigração e emigração dos Estados. Desta forma, pode-se concluir que boa parte do aumento da emigração do Centro-Oeste nos anos 80 deveu-se a esse fenômeno, o mesmo não ocorrendo com a imigração, que sofreu impacto mínimo dos imigrantes que eram retornados.

Os gráficos 2 e 3 deixam clara a importância do retorno para explicar a emigração dos Estados da região. A comparação entre ambos revela a influência deste fenômeno na emigração total nos anos 80. Há que se ressaltar ainda que, como mostra Ribeiro (1997), esse impacto, chamado "direto", não permite que se estime a verdadeira magnitude da migração de retorno, uma vez que não capta os familiares (em geral filhos) que não tendo nascido no mesmo lugar que o pai (chamado efeito "indireto"), o acompanharam no momento da volta. Portanto, o que se vê no gráfico é, na verdade, uma indicação no mínimo conservadora da importância do retorno na emigração regional.

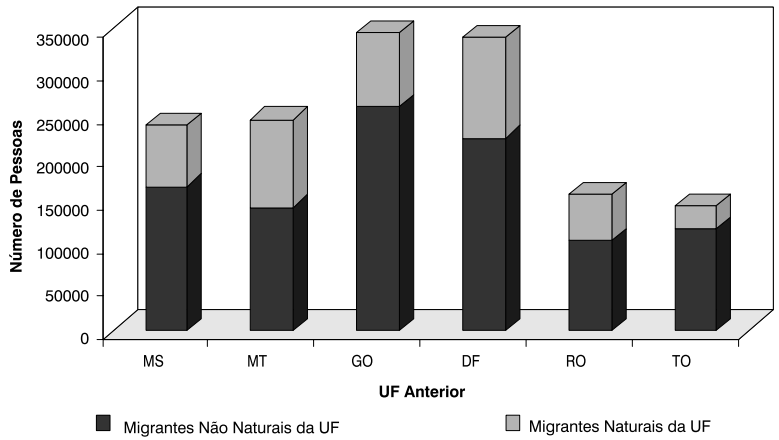
[13] Dentro desse grupo também se encontram os retornados para Estados do próprio Centro-Oeste, desde que vivessem em outro Estado distinto do de nascimento.

Gráfico 2
Volume de Emigrantes Interestaduais segundo Condição de Naturalidade - Total e Não Naturais
Centro-Oeste Ampliado
1970/1980



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.
Obs.: Nesse caso, Tocantins encontra-se contido no Estado de Goiás.

Gráfico 3
Volume de Emigrantes Interestaduais segundo Condição de Naturalidade - Total e Não Naturais
Centro-Oeste Ampliado
1981/1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

I.2. A Migração segundo Lugar de Origem e Destino dos Migrantes

Observando o conjunto dos Estados do Centro-Oeste Ampliado pode-se notar que, de maneira geral, na composição da imigração os fluxos originários do Nordeste e do próprio Centro-Oeste são os predominantes. Além disso, quando se considera o comportamento de cada Estado no tocante à imigração interestadual, os migrantes vindos de São Paulo, Paraná e Minas Gerais também mostram importância significativa.

Vale destacar que Minas Gerais e Paraná vieram diminuindo progressivamente suas participações como origem dos movimentos direcionados para a região, situação já esperada sabendo-se das bruscas reduções dos volumes de emigração desses Estados. Também é importante perceber que o grande peso das origens no próprio Centro-Oeste está ligado, por um lado, à expansão da fronteira para o norte da região, que implicou em trocas migratórias importantes entre os Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Rondônia e, por outro, às transferências populacionais ocorridas entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal.

Os dados da Tabela 3 evidenciam que as origens mais importantes, para os três períodos analisados, variam de Estado para Estado. Assim, embora, de maneira geral, perceba-se que as principais origens dos imigrantes do Centro-Oeste Ampliado eram os Estados do Nordeste, no Paraná, São Paulo, Minas Gerais e, em casos específicos, até mesmo alguns Estados da própria região, esta composição é diversificada, espelhando processos específicos de cada Estado.

Desta forma, por exemplo, a importância da migração sulista é maior apenas no caso do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, áreas onde sabidamente as experiências dos projetos de colonização foram mais intensas. Por outro lado, DF, Tocantins e, em menor medida, Goiás, apresentam um peso significativo de nordestinos entre os seus imigrantes.

No caso das origens "intra-regionais", o fenômeno certamente se deve a pelo menos dois fatores: o primeiro relacionado à "marcha" da ocupação das fronteiras, o que explicaria os fluxos de Goiás e Mato Grosso do Sul para Mato Grosso ou destes dois últimos para Rondônia; o segundo ligado à dinâmica urbana regional, especialmente no caso das trocas migratórias entre o DF e Goiás[14].

[14] Embora algumas regiões de Goiás tenham sido ocupadas durante a conhecida "marcha para o oeste" com o auxílio dos projetos de colonização oficial, como é o caso da região de Ceres (Ferreira, 1988), tal processo, já praticamente esgotado nos anos 70, não dá conta do comportamento migratório de Goiás que tem claramente nas dinâmicas de Goiânia, Entorno de Brasília e do chamado Sudoeste de Goiás (Rio Verde) seus principais sustentáculos.

Tabela 3
Distribuição da Imigração e Emigração por Origem e Destino dos Migrantes, respectivamente
Centro-Oeste Ampliado
70/80, 81/91 e 91/96

70/80

UF Anterior	Imigração UF Atual					
	GO	**MS**	**MT**	**RO**	**TO**	**DF**
Distrito Federal	21,6	0,6	0,5	0,2	1,4	0,0
Goiás	0,0	2,7	13,2	1,5	21,0	16,3
Mato Grosso	4,8	4,5	0,0	16,6	1,0	0,5
Mato Grosso do Sul	1,9	0,0	10,8	10,3	0,5	0,6
Minas Gerias	29,7	3,2	9,7	7,0	9,2	16,3
Nordeste	21,5	5,5	5,0	5,4	55,6	42,2
Norte	1,9	0,5	1,1	7,5	5,2	2,1
Outros Sudeste (ES e RJ)	1,9	2,5	2,1	9,6	0,6	11,7
Outros Sul (RS e SC)	1,1	7,4	7,9	1,5	0,9	1,9
Paraná	1,8	40,7	34,5	36,2	1,4	1,1
Rondônia	0,1	0,4	1,1	0,0	0,0	0,1
São Paulo	10,8	32,1	12,8	4,0	3,2	5,0
Tocantins	3,0	0,1	1,2	0,2	0,0	2,3
Total	**308.196**	**291.766**	**325.804**	**285.494**	**92.723**	**475.807**

(continua)

(continuação)

70/80

UF Anterior	Emigração UF Atual					
	GO	**MS**	**MT**	**RO**	**TO**	**DF**
Distrito Federal	23,9	1,3	1,9	2,4	12,8	0,0
Goiás	0,0	2,8	12,2	1,9	10,7	37,8
Mato Grosso	13,3	17,2	0,0	17,6	4,3	1,0
Mato Grosso do Sul	2,4	0,0	10,8	5,7	0,3	1,0
Minas Gerias	23,4	2,3	5,2	5,8	3,2	12,2
Nordeste	5,2	3,4	2,7	6,9	14,9	16,1
Norte	10,2	2,1	3,4	29,6	47,6	2,5
Outros Sudeste (ES e RJ)	1,6	3,2	2,4	7,8	0,6	12,5
Outros Sul (RS e SC)	0,4	2,0	1,4	2,8	0,1	2,1
Paraná	1,5	9,4	3,7	7,5	0,5	1,5
Rondônia	1,3	14,4	39,1	0,0	0,8	0,4
São Paulo	10,9	41,5	16,6	11,7	4,3	12,1
Tocantins	6,0	0,2	0,8	0,1	0,0	0,7
Total	**323.859**	**204.669**	**121.456**	**20.988**	**87.210**	**176.079**

(continua)

(continuação)
81/91

UF Anterior	Imigração UF Atual					
	GO	MS	MT	RO	TO	DF
Distrito Federal	29,7	0,7	0,9	0,8	3,0	0,0
Goiás	0,0	2,7	9,4	2,7	24,8	15,3
Mato Grosso	5,7	9,5	0,0	9,6	1,9	0,8
Mato Grosso do Sul	1,3	0,0	12,6	5,7	0,4	0,6
Minas Gerias	14,2	3,8	4,5	9,5	4,2	14,0
Nordeste	22,6	6,4	9,4	14,2	39,5	48,8
Norte	4,3	1,6	3,0	11,3	17,1	3,5
Outros Sudeste (ES e RJ)	2,3	3,5	1,2	10,9	0,8	7,2
Outros Sul (RS e SC)	2,3	7,8	9,9	2,6	2,2	2,1
Paraná	1,6	24,6	30,4	25,3	1,1	1,1
Rondônia	1,0	3,6	5,6	0,0	0,8	0,4
São Paulo	8,1	35,7	11,8	7,3	4,2	4,3
Tocantins	7,1	0,1	1,2	0,3	0,0	2,0
Total	**518.147**	**262.615**	**541.743**	**411.795**	**159.020**	**349.189**

(continua)

(continuação)
81/91

UF Anterior	Emigração UF Atual					
	GO	MS	MT	RO	TO	DF
Distrito Federal	15,5	0,8	1,1	1,0	4,8	0,0
Goiás	0,0	2,7	12,1	3,2	25,4	45,2
Mato Grosso	14,8	28,8	0,0	19,3	4,5	1,4
Mato Grosso do Sul	2,1	0,0	10,2	6,1	0,2	0,5
Minas Gerias	19,1	2,5	5,0	8,0	2,0	10,2
Nordeste	9,2	3,0	4,5	9,8	14,6	20,4
Norte	9,7	1,9	4,9	12,6	43,2	2,2
Outros Sudeste (ES e RJ)	1,6	2,4	1,8	6,9	0,3	7,9
Outros Sul (RS e SC)	1,7	3,9	6,2	2,9	0,9	2,1
Paraná	1,6	14,2	21,5	17,4	0,6	1,4
Rondônia	3,2	9,8	16,2	0,0	0,7	1,0
São Paulo	10,1	29,6	15,4	12,0	2,8	6,1
Tocantins	11,4	0,3	1,2	0,8	0,0	1,4
Total	**345.181**	**237.430**	**244.434**	**157.951**	**144.704**	**340.098**

(continua)

(continuação)
91/96

UF Anterior	Imigração UF Atual					
	GO	**MS**	**MT**	**RO**	**TO**	**DF**
Distrito Federal	30,2	0,8	0,7	0,7	3,0	0,0
Goiás	0,0	3,0	13,2	2,8	21,0	14,4
Mato Grosso	5,4	13,3	0,0	14,8	2,3	1,0
Mato Grosso do Sul	1,0	0,0	12,8	4,0	0,6	0,5
Minas Gerias	9,4	3,5	4,3	8,4	3,0	12,6
Nordeste	28,6	8,8	13,1	17,6	40,8	50,4
Norte	5,9	2,6	5,7	17,8	20,8	3,8
Outros Sudeste (ES e RJ)	1,8	4,4	1,5	9,9	1,0	6,6
Outros Sul (RS e SC)	1,3	6,7	8,4	2,7	1,2	2,3
Paraná	1,2	16,9	17,3	12,0	1,0	1,0
Rondônia	0,9	4,5	10,4	0,0	0,9	0,5
São Paulo	6,4	35,2	10,7	8,8	4,3	4,6
Tocantins	7,8	0,2	1,8	0,4	0,0	2,3
Total	**288.648**	**87.374**	**150.421**	**64.928**	**84.747**	**166.849**

(continua)

(continuação)
91/96

UF Anterior	Emigração UF Atual					
	GO	**MS**	**MT**	**RO**	**TO**	**DF**
Distrito Federal	17,5	1,2	1,5	1,3	6,8	0,0
Goiás	0,0	4,0	14,2	4,0	40,5	59,0
Mato Grosso	14,5	26,1	0,0	23,3	4,9	0,7
Mato Grosso do Sul	1,9	0,0	10,6	5,8	0,3	0,5
Minas Gerias	18,5	2,8	5,5	5,4	3,5	7,1
Nordeste	9,4	3,6	4,7	8,3	10,7	15,4
Norte	7,3	2,1	6,7	15,7	25,8	1,6
Outros Sudeste (ES e RJ)	1,9	2,8	2,0	6,5	0,5	5,3
Outros Sul (RS e SC)	1,6	5,3	6,5	3,0	1,0	1,7
Paraná	1,6	17,1	16,4	13,2	0,8	1,2
Rondônia	1,3	3,6	8,7	0,0	0,5	0,3
São Paulo	11,6	30,7	21,4	12,3	4,7	5,5
Tocantins	13,0	0,6	1,8	1,1	0,0	1,7
Total	**137.313**	**73.748**	**110.026**	**67.428**	**55.901**	**147.697**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Assim, para explicar a imigração interestadual de Goiás, além dos fluxos de nordestinos, mineiros e paranaenses, contribuíram também, em grande medida, a vinda de pessoas do Distrito Federal. Essa importância cresceu ainda mais, não apenas pelo aumento real da imigração proveniente dessa área (66 mil nos anos 70, 153 mil nos 80 e 87 mil nos primeiros cinco anos dos 90), mas também pela perda de força da imigração de mineiros. Note-se ainda que os nordestinos, de certa forma, preservaram sua posição, principalmente ao se considerar a influência relativa dos baianos, maranhenses, piauienses e potiguares, de acordo com os dados da Tabela 3.

Cabe ressaltar que dados levantados sobre o Estado de nascimento dos imigrantes de Goiás[15] revelam, como era de se esperar, que boa parte dos migrantes com última residência no DF são, na verdade, naturais principalmente de Estados do Nordeste e Minas Gerais; contabilizados os imigrantes dessa forma, a capital do país acaba ocupando uma posição residual como área de origem da migração para Goiás.

No caso do Distrito Federal, nos três períodos analisados, a maior parte dos fluxos migratórios tinha suas origens em Estados do Nordeste, com destaque para Bahia, Piauí, Ceará e Maranhão, nesta ordem. Da mesma forma, os Estados de Minas Gerais e São Paulo também figuram como áreas de origem dos movimentos, o primeiro, nas duas décadas e o segundo, sobretudo nos anos 80. Goiás também aparece como uma das mais importantes áreas de origem dos imigrantes para o DF, mostrando a grande integração entre essas duas Unidades da Federação. Nesse caso, os dados sobre lugar de nascimento mostram que boa parte da imigração de São Paulo é de naturais de outros Estados, em especial do Nordeste, cuja participação cresce significativamente quando se observam os migrantes segundo a naturalidade. Tal fato apenas atesta a relevância que a "circulação" de migrantes possui para definir e redefinir o processo de redistribuição espacial da população na região e no país.

No caso do Estado de Tocantins, além da migração de Goiás e Minas Gerais, este se notabiliza pelas trocas migratórias com a Região Norte e Nordeste, em particular Pará e Maranhão, fato que permite entender o crescimento demográfico tão elevado de áreas em seu extremo norte, como o Bico do Papagaio e Araguaína, maior até que a própria região da capital Palmas. Percebe-se, inclusive, que a relação com o Estado do Pará se intensificou nos anos 80 e 90,

[15] Os dados aqui utilizados sobre migração relativos à última residência, como o próprio nome já diz, refletem apenas o último movimento do indivíduo, dificultando conhecer a verdadeira trajetória do mesmo. Nesse sentido, tabular os dados desses migrantes segundo os seus lugares de nascimento é uma forma eficaz de se recuperar pelo menos mais uma etapa da migração (se ela existir, é claro).

embora as trocas populacionais tenham sido favoráveis para essa última área, ao contrário do que acontece com os fluxos estabelecidos com o Maranhão. As razões para tamanha importância demográfica ainda não puderam ser totalmente elucidadas, contudo, não há dúvidas de que o papel de Araguaína como importante entreposto comercial, sua localização estratégica em termos de acessibilidade e as atividades madeireiras intensas na região parecem ajudar a entender o processo.

Mato Grosso do Sul apresenta São Paulo e Paraná como as principais origens de seus migrantes, tendo o peso dos paranaenses caído significativamente ao longo do tempo. Nesse caso, pode-se dizer que o esgotamento da fronteira agrícola do Paraná, no final dos 60, e a implantação da pecuária extensiva, bem como o despontar da RM de Curitiba como nova área de atração nos 80, ajudam a entender tal comportamento. Quanto à relação com São Paulo, além de serem limítrofes, é possível que o avanço da pecuária de terras paulistas até o Mato Grosso do Sul e o desenvolvimento de áreas como as de Dourados e Três Lagoas tenham servido de atrativo para esses imigrantes. Deve-se notar ainda que os dados sobre lugar de nascimento permitem deduzir se tratarem realmente de paulistas e paranaenses aqueles que, predominantemente, migram paro o Mato Grosso do Sul.

Os dados da Tabela 3 demonstram ainda que um perfil semelhante quanto à origem dos imigrantes também é observado em Mato Grosso. Sendo este Estado uma das últimas áreas de expansão da fronteira, ele também vem registrando, com os demais Estados da Região, significativos ganhos populacionais. Assim, juntamente com Rondônia, acaba sendo a direção privilegiada dos tradicionais fluxos originados no sul do país[16] , os quais, na história contemporânea do Brasil, foram aqueles que com maior intensidade inflaram os movimentos "centrífugos"[17] de desconcentração demográfica.

Tendo o Paraná como grande fonte "exportadora" de migrantes, a migração para o Mato Grosso caracteriza-se também pelo peso dos indivíduos provenientes do vizinho Mato Grosso do Sul. Este fato leva a crer (embora os dados aqui analisados não sejam suficientes para afirmar) que se tratam daqueles que trilharam o caminho da fronteira para o norte do país. Nesse sentido, também chama a atenção o peso de migrantes vindos de Goiás e até mesmo de Rondônia. Como no caso anteriormente considerado, nesse Estado a migração nordestina segue

[16] Como será visto a seguir, os dados permitem observar que parte desse fluxo não era necessariamente de nativos, particularmente de paranaenses, mas de pessoas de outras regiões do país que ocuparam a antiga área de fronteira do Estado do Paraná.

[17] Tal nomenclatura pode ser encontrada em trabalhos como o de Martine (1997) e busca diferenciar duas grandes tendências redistributivas: a centrípeta, em direção aos Estados do sudeste e a centrífuga, em direção às fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Norte.

sendo bastante modesta, refletindo o que talvez seja uma das marcas registradas da migração nordestina: o destino preferencial são os maiores centros urbanos do país. Também aqui o Estado de São Paulo figura como uma área importante de migração, embora com bem menos intensidade que para o Mato Grosso do Sul.

Para Mato Grosso, dados sobre o lugar de nascimento dos migrantes mostram que os percentuais de paranaenses foram, nas décadas analisadas, inferiores ao percentual de indivíduos provenientes do Paraná, mostrando que parte dessa migração (provavelmente composta de paulistas, mineiros e nordestinos) teve, nesse último Estado, uma de suas etapas prévias. O mesmo ocorre com os indivíduos nativos do Centro-Oeste, o que sugere que parcela significativa dos imigrantes são pessoas que se deslocaram atrás das oportunidades que foram surgindo no Estado relacionadas à atividade agrícola ou mesmo ao garimpo.

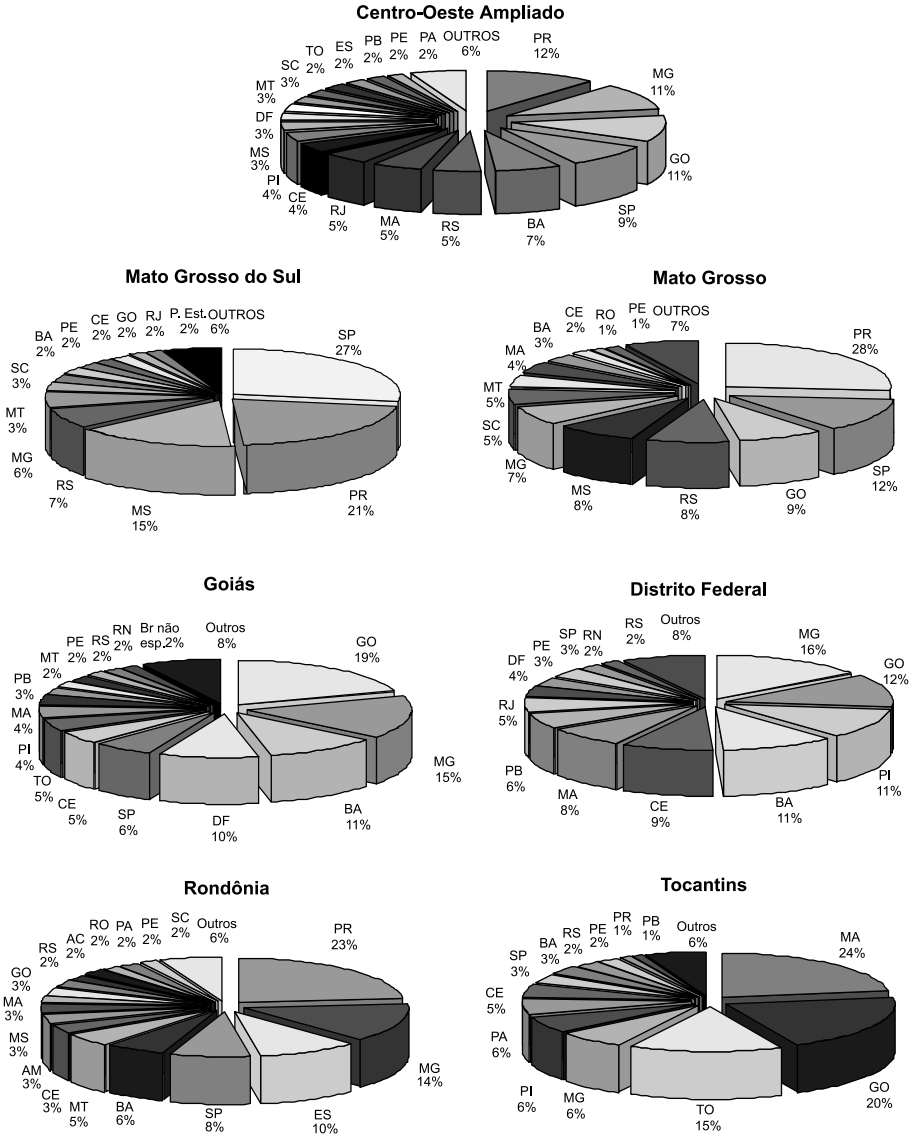
Finalmente Rondônia, *locus* principal da atuação governamental em termos de projetos de colonização (Martine, 1992), e cujo processo de ocupação continuou em níveis elevados até meados dos anos 80, caracteriza-se por uma maior diversidade das origens de seus imigrantes durante os três períodos aqui considerados. Como uma das mais importantes áreas de assentamento de pequenos e médios produtores, este Estado recebeu migrantes tanto da própria região – certamente em conseqüência do "trajeto" das fronteiras –, como também das Regiões Norte e Nordeste e, especialmente do Paraná. Nesse caso, contudo, nota-se que os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também tiveram contribuição significativa, assim como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

Também no Estado de Rondônia observa-se o arrefecimento da emigração do Paraná, claramente visualizado. No que diz respeito ao lugar de nascimento, a situação praticamente não se modifica, a não ser por pequenas alterações nos percentuais daqueles nascidos em São Paulo e Minas Gerais, que decorrem do Paraná ter sido etapa migratória de parte dos migrantes.

Do ponto de vista da emigração, pelos mesmos motivos anteriores, o Centro-Oeste surge novamente como um dos principais destinos para boa parte dos Estados, seguido justamente por aquelas áreas que anteriormente se configuraram como as principais "exportadoras" de migrantes para a região. Observando-se esses dados fica claro que o processo imigratório regional apresenta evidentes contrapartidas (contra-fluxos) que se intensificaram nos anos 80, principalmente pela elevação da emigração de retorno, sem, no entanto, modificar mormente o peso relativo das áreas de destino dessa emigração[18].

[18] Por esse motivo, não serão apresentados as composições da emigração para cada uma das UFs do Centro-Oeste.

Gráficos 4
Composição da Imigração Interestadual por Unidade da Federação segundo Lugar de Nascimento
Centro Oeste Ampliado
1981/91



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais NEPO\UNICAMP.

Com a Tabela 3 também se percebe que Minas Gerais e, especialmente, São Paulo figuram como áreas preferenciais para aqueles que deixam Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para estes dois últimos o Paraná, como já era previsto, também se destaca como o destino dos emigrantes. No caso de Rondônia, além de São Paulo e Paraná, as perdas também são significativas para os outros Estados do Norte do país. Estes últimos também se apresentam como o destino preferencial das pessoas que deixam o Tocantins, particularmente em direção ao Pará, seu Estado vizinho. Por último, o Distrito Federal apresenta um comportamento bastante diferenciado, sobretudo em função de suas perdas populacionais para o seu entorno que se localiza no Estado de Goiás, configurando, pelo menos para as estatísticas oficiais, uma migração interestadual.

I.3. Algumas Características da Migração no Centro-Oeste: a Relação entre o Processo de Ocupação Econômica e o Perfil do Migrante

A utilidade da análise das características de migração em termos socioeconômicos e demográficos configura-se não apenas por permitir estudar uma dimensão qualitativa do fenômeno, mas, sobretudo, porque possibilita, por um lado, entender a forma como as especificidades do processo de desenvolvimento econômico e ocupação territorial acabam influenciando no perfil da migração e, por outro lado, estudar o impacto que tais movimentos têm sobre as áreas de emissão e recepção. Na presente sessão, a ênfase será dada ao primeiro aspecto, ou seja, entender quais as relações que se poderiam estabelecer entre o processo migratório e o de ocupação (em seu sentido mais amplo) da Região Centro-Oeste, e em que medida as mudanças na economia, detectadas nos anos 90, estariam modificando as características dos movimentos dirigidos à região.

É importante frisar que a análise mais específica sobre cada Estado será feita a seguir com base nas mesmas informações que serão analisadas neste ponto, contudo, estarão disponíveis de forma desagregada, por microrregiões. O maior detalhamento permitirá averiguar quais as diferenças em cada Estado e quais as áreas que se aproximam ou se destacam em relação às "médias" estaduais. Neste momento, o objetivo é apenas traçar um panorama geral sobre os Estados que compõem a região pesquisada.

O impacto do processo de urbanização associado à modernização agrícola e, por conseqüência, à desestabilização das formas prévias de ocupação territorial no Centro-Oeste, pode ser captado de maneira muito eloqüente quando se

identifica, por exemplo, a evolução da migração segundo a situação do domicílio no destino dos migrantes no período estudado.

Como se observa pela tabela 4, a migração com destino rural experimentou significativa redução em sua participação no período analisado, particularmente naqueles Estados de fronteira menos consolidada como Mato Grosso e Rondônia, onde observa-se uma brusca modificação no seu perfil a partir da década de 80, muito embora, ainda nos anos 90, o destino rural fosse adotado por quase um terço dos imigrantes. Nos Estados de ocupação mais antiga, como Goiás e Mato Grosso do Sul, o destino urbano já era preponderante desde os anos 70.

Tabela 4
Imigrantes Interestaduais segundo Situação do Domicílio na Área de Destino
Centro-Oeste Ampliado
70/80, 81/91 e 91/96

UF	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Goiás	76,3	87,2	91,5	23,7	12,8	8,5
Mato Grosso	45,0	69,9	70,7	55,0	30,1	29,3
Mato Grosso do Sul	62,8	76,9	84,4	37,2	23,1	15,6
Rondônia	37,3	55,2	63,9	62,7	44,8	36,1
Tocantins	46,1	68,9	84,2	53,9	31,1	15,8
Total	**54,8**	**72,3**	**82,4**	**45,2**	**27,7**	**17,6**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tendo em vista que o processo de expansão da fronteira agrícola brasileira teve no Centro-Oeste seu grande espaço de materialização, e que as formas assumidas para a ocupação dos espaços foram, em grande medida, baseadas em projetos de colonização e assentamentos agrícolas envolvendo, via de regra, famílias, não surpreende que a maior parte das famílias de chefes migrantes, nas décadas de 70 e 80, fosse do tipo "casal com filhos".

A tabela 5, que apresenta os arranjos familiares dos chefes imigrantes interestaduais, confirma o sugerido, uma vez que revela um elevado percentual de famílias nucleares (com ou sem filhos). Note-se ainda que o peso dos "casais sem filhos" é muito significativo, mostrando claramente a seletividade do processo migratório e, portanto, a importância do ciclo vital dos migrantes em suas histórias migratórias.

Tabela 5
Famílias de Chefes Imigrantes Interestaduais segundo Tipo
Centro-Oeste Ampliado
70/80, 81/91 e 91/96

UF	Individual			Casal sem Filhos			Casal com Filhos		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Distrito Federal	14,5	12,3	17,5	8,8	11,0	13,2	38,1	40,3	14,6
Goiás	12,6	8,8	15,1	12,1	10,2	20,4	38,1	49,7	28,3
Mato Grosso	10,0	9,3	19,1	10,0	11,2	18,8	60,1	54,6	31,8
Mato Grosso do Sul	10,3	10,0	20,1	10,2	11,5	18,6	57,7	53,6	30,5
Rondônia	8,1	7,9	16,9	9,9	11,1	17,2	62,3	56,1	32,5
Tocantins	8,2	7,6	16,5	13,9	10,2	16,2	40,4	52,7	28,3
Total	**11,4**	**9,2**	**17,1**	**10,3**	**11,0**	**18,0**	**49,0**	**51,7**	**27,1**

(continua)

(continuação)

UF	Estendida			Chefe com Filhos			Outros		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Distrito Federal	16,9	9,6	13,6	8,4	11,5	3,3	13,3	15,4	37,8
Goiás	16,9	10,2	9,8	7,6	10,3	6,3	12,7	10,8	20,3
Mato Grosso	10,3	9,1	9,1	4,1	6,8	4,8	5,5	8,9	16,3
Mato Grosso do Sul	10,4	7,9	9,0	5,5	8,2	5,5	5,9	8,8	16,3
Rondônia	10,1	8,9	9,8	4,7	7,7	5,6	4,9	8,4	18,0
Tocantins	19	10,7	11	6,9	8,8	6,1	11,6	10	21,9
Total	**13,7**	**9,2**	**10,4**	**6,4**	**8,8**	**5,3**	**9,2**	**10,2**	**22,1**

(continua)

(continuação)

UF	Total		
	70/80	81/91	91/96
Distrito Federal	132.198	92.720	44.298
Goiás	85.351	144.594	86.954
Mato Grosso	83.595	160.565	48.057
Mato Grosso do Sul	78.368	82.690	30.525
Rondônia	69.590	121.030	19.275
Tocantins	20.589	43.373	24.163
Total	**469.691**	**644.972**	**253.272**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Nos anos 90, o perfil da imigração sofreu uma significativa alteração, com um aumento da participação de arranjos "individuais" e "outros" em detrimento dos familiares. Tal resultado mostra-se coerente com a redução da imigração para as áreas de fronteira e o arrefecimento dos fatores que contribuíram para esse grande fluxo de pessoas para a região, consubstanciado na redução da importância de famílias constituídas que, como se observou, seriam a forma predominante no processo de ocupação da fronteira. É importante deixar claro que, embora a migração individual possa preceder a migração familiar no processo de ocupação das terras (Sydenstricker, 1992),[19] sendo parte do processo descrito por Martins (1997) como a fronteira "demográfica", não há dúvidas quanto à predominância das famílias uma vez "consolidado" o assentamento. No entanto, existem ou existiram também outros elementos importantes para se entender a ocupação da região que podem envolver predominantemente a migração individual, como o garimpo, a própria atividade madeireira ou, como parece acontecer agora, as atividades desenvolvidas em função da chamada "urbanização da fronteira" (Ipea/Ibge/Nesur, 1999) em torno do setor terciário que, como se mostrará, tem se tornado o mais importante em termos da incorporação produtiva do migrante.

De fato, um dos elementos essenciais para compreender a forma de inserção do migrante em sua área de destino é a análise de sua situação produtiva. A partir dessa dimensão ficam muito mais visíveis e concretas as relações existentes entre os processos que estruturaram o espaço do Centro-Oeste Ampliado e os movimentos migratórios. Na verdade, o perfil da imigração registrado em cada uma das Unidades da Federação reflete, de certa forma, os papéis das mesmas no cenário regional. No presente estudo, como uma primeira aproximação, decidiu-se analisar a variável "condição de ocupação"[20] por entender-se que ela seria capaz não apenas de apresentar um quadro sintético sobre forma de alocação do imigrante na estrutura produtiva do Estado, mas também de sugerir relações entre o comportamento e os condicionantes do fenômeno migratório.

[19] Sydenstricker (1992) em um estudo sobre Machadinho, em Rondônia, mostrou que, embora muitas vezes o chefe da família chegasse antes para ocupar a terra obtida, a ocupação final dos lotes era quase sempre familiar, uma vez que logo minimamente instalado, o responsável (em geral, o homem) cuidava para recompor sua família, fragmentada no momento da decisão de mudança.

[20] Essa variável permitiria distinguir os empregados, empregadores, trabalhadores por conta própria, parceiros e meeiros e até mesmo empregados domésticos. Apenas no caso da categoria "empregado", onde o setor de atividade não é óbvio, decidiu-se especificar o tipo de atividade, utilizando a divisão tradicional de primário, secundário e terciário.

Tabela 6
Chefes de Família Imigrantes Interestaduais Economicamente Ativos segundo Condição da Ocupação
Centro-Oeste Ampliado
70/80, 81/91 e 1999

Microrregião		Distrito Federal			Goiás			Mato Grosso		
		70/80	81/91	Pnad 99	70/80	81/91	Pnad 99	70/80	81/91	Pnad 99
Trabalhador Agrícola Volante		0,1	1,0	2,2	3,3	3,9	4,7	2,6	3,2	2,8
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,0	0,9	0,2	0,6	1,5	0,4	0,4	5,8	0,8
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		0,1	0,3	1,2	1,7	1,0	0,3	0,9	2,6	0,8
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	7,3	6,1	-	4,2	3,4	-	1,9	3,6
Empregado	Agropecuária	1,8	2,7	1,2	13,8	6,7	7,2	16,3	9,2	7,5
	Indústria	18,5	11,9	8,1	17,8	16,2	11,2	10,0	13,0	13,8
	Comércio e Serviços	66,3	56,5	39,2	29,5	35,6	30,4	16,3	23,5	34,6
	Outros (mal definidos)	0,2	0,3	0,0	0,2	0,3	0,0	0,4	0,2	0,2
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		0,6	0,4	10,7	8,5	2,6	9,4	31,4	12,9	6,1
Autônomo ou Conta Própria Outros		10,2	15,3	23,4	18,8	22,3	23,7	16,2	18,3	22,3
Empregador		2,0	3,1	6,4	5,4	5,5	8,7	5,0	8,8	7,6
Sem Remuneração		0,3	0,3	1,2	0,4	0,3	0,5	0,4	0,5	0,0
Total		**120.884**	**82.708**	**251.471**	**73.072**	**122.651**	**427.854**	**78.123**	**147.994**	**216.102**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Mato Grosso do Sul			Rondônia			Tocantins			Total UF		
		70/80	81/91	Pnad 99	70/80	81/91	Pnad 99	70/80	81/91	Pnad 99	70/80	81/91	Pnad 99
Trabalhador Agrícola Volante		3,3	2,5	3,0	3,2	2,5	2,0	6,0	7,4	5,8	2,4	3,1	3,5
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,6	0,4	0,7	0,5	3,0	2,6	1,0	2,9	0,6	0,4	2,8	0,7
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		2,2	0,8	0,5	2,2	6,1	0,0	3,6	2,8	0,5	1,4	2,4	0,6
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	2,5	3,5	-	1,7	4,1	-	1,8	5,4	-	3,2	4,2
Empregado	Agropecuária	19,6	16,5	10,3	4,7	2,2	5,5	10,9	7,9	8,9	10,4	7,3	6,6
	Indústria	13,7	11,8	11,4	7,7	9,3	16,8	6,0	7,8	9,2	13,7	12,3	11,3
	Comércio e Serviços	25,6	33,6	32,0	12,6	26,5	32,7	9,7	23,3	23,8	33,0	32,7	32,7
	Outros (mal definidos)	0,5	0,3	0,0	0,5	0,2	0,4	0,1	0,2	0,0	0,3	0,3	0,1
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		12,6	5,7	5,7	50,9	25,5	3,3	40,3	16,7	8,7	19,3	10,7	8,0
Autônomo ou Conta Própria Outros		14,8	16,1	25,1	13,1	17,0	26,1	17,4	20,3	27,1	14,3	18,3	24,1
Empregador		6,7	9,5	6,6	3,8	5,1	6,6	4,8	8,4	10,1	4,3	6,6	7,7
Sem Remuneração		0,4	0,4	1,2	0,9	0,8	0,0	0,1	0,4	0,0	0,4	0,5	0,6
Total		**72.851**	**73.500**	**206.352**	**66.185**	**109.973**	**92.973**	**23.433**	**38.864**	**102.303**	**434.548**	**575.690**	**1.297.055**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 1999. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.
* Os dados para a categoria "Trabalhador Doméstico" não são possíveis de serem obtidos para o período 70/80, em função desta ter sido incorporada apenas no Censo Demográfico de 1991.
Obs.: Para Rondônia e Tocantins, a PNAD não considera a zona rural, portanto os dados não são comparáveis com os dos Censos Demográficos.

Assim, os dados obtidos para as Unidades da Federação do Centro-Oeste Ampliado mostram um quadro bastante peculiar que reflete claramente a forma de ocupação dessa área e os seus principais atrativos, em particular a expansão da fronteira e o crescimento de certos centros urbanos. Por outro lado, áreas de garimpo na região não podem ser desconsideradas quando se pretende entender a dinâmica dos fluxos populacionais. Como se sabe, na Região Centro-Oeste houve importantes áreas de garimpo de ouro e diamantes que quando descobertas atraíram um número expressivo de migrantes, principalmente garimpeiros de outras áreas de extração que estão declínio[21].

Percebe-se a relação entre a expansão da fronteira e o perfil da migração segundo a variável analisada, uma vez que, no período em questão, nos Estados onde esse processo era mais intenso (ainda que já em descenso), ou seja, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso, foram registrados os maiores percentuais de chefes de família na categoria "autônomo ou conta própria na atividade agropecuária". Deve-se salientar ainda que os percentuais desse tipo de inserção eram, nos anos 70, bem superiores aos registrados na década seguinte, fato que se mostra coerente com a tendência de esgotamento do tipo tradicional de ocupação da região. Essa redução do peso dos "conta própria" fez com que os percentuais de "parceiros, meeiros e trabalhadores volantes" aumentassem na década seguinte. Vale notar ainda que, pelo menos para Mato Grosso, para o qual sem tem dados comparáveis[22], os anos 90 parecem ter confirmado a tendência de queda da participação dos migrantes na categoria de "autônomo ou conta própria na atividade agropecuária", muito embora, em comparação à década de 80, a redução do percentual tenha sido bem pequena.

Somadas, as duas categorias mencionadas acima representam, para estes Estados, quase um quarto dos chefes de família imigrantes. Comparado ao menor peso dessas categorias nas demais Unidades da Federação, particularmente Distrito Federal – onde o processo de ocupação foi muito distinto e o peso das atividades urbanas é enorme – e Mato Grosso do Sul – onde o ciclo da fronteira já havia praticamente se esgotado nos anos 70 –, este dado mostra a importância da

[21] Na maioria das vezes os dados disponibilizados pelo Censo Demográfico não permitem uma análise efetiva do impacto deste tipo de atividade para a população e os movimentos de migração, considerando que a duração do "garimpo" é curta, e acaba ocorrendo entre os intervalos da pesquisa, já que depois de certo tempo de exploração a atividade requer alto investimento em tecnologia para a extração dos minérios. Cabe ressaltar que a atividade garimpeira gera uma série de distorções nas relações sociais locais, seja pela desestruturação causada pelo elevado número de imigrantes em busca de riqueza rápida, seja pelos impactos ambientais (poluição, assoreamento dos rios). Além disso, pode-se assinalar também as inúmeras doenças ligadas a essa atividade, principalmente as epidemias de malária.

[22] Não se pode esquecer que para os Estados da Região Norte (no caso deste estudo, Rondônia e Tocantins) a PNAD não recolhe informação sobre a zona rural.

atividade agrícola não assalariada nessas áreas. Aliás, tal questão fica ainda mais clara ao se observar o peso ínfimo da categoria "empregado agrícola" ou "empregado na pecuária". De qualquer forma, os dados analisados são transparentes no sentido de evidenciar o arrefecimento do processo de ocupação das fronteiras, haja vista que mais da metade dos imigrantes dessas áreas, nos anos 80, estavam ligados a atividades urbanas[23].

É interessante notar ainda algumas das especificidades que os mesmos dados, agora desagregados por fluxos migratórios[24], permitem observar. Além da tendência geral do peso significativo dos "autônomos ou conta própria outros" em todos os fluxos, sobretudo os numericamente mais importantes, e da maior participação no comércio e serviços daqueles direcionados para Goiás e DF, percebe-se também que, entre os migrantes provenientes do Sudeste e, em especial do Sul, o percentual de empregadores é bem maior que nos demais fluxos. Além disso, a participação de "parceiros, meeiros e volantes" é muito mais intensa nos fluxos com origem no Nordeste, especialmente naqueles direcionados para Rondônia e Mato Grosso. Esses fatos auxiliam na compreensão do caráter da migração para o Centro-Oeste, marcadamente diferente no tipo e nas formas de inserção dos migrantes.

Não se pode deixar de mencionar que os dados analisados são inequívocos quanto à tendência, generalizada no país, da precarização da inserção produtiva dos migrantes que chegam à região. Os elevados percentuais desses indivíduos na categoria "autônomo conta-própria em outras atividades" (estas predominantemente urbanas), de certa forma, sugerem tal situação, levando em conta que grande parte desses imigrantes é de baixa renda.

Desta maneira, os dados analisados são suficientemente claros para mostrar as relações existentes entre as características dos movimentos migratórios recebidos pelas diferentes Unidades da Federação do Centro-Oeste Ampliado e seus processos de desenvolvimento e estruturação produtiva.

A consideração do perfil educacional da imigração nas Unidades da Federação do Centro-Oeste Ampliado fecha um quadro que pretende conhecer melhor as características do processo migratório regional e suas inter-relações na dinâmica econômica e social.

Novamente nesse caso, dever-se-ia diferenciar o comportamento do DF com relação ao das demais Unidades da Federação. De fato, em termos do nível de instrução, essa área apresenta um perfil bem diferenciado, uma vez que os

[23] Não é demais lembrar que parte desses imigrantes, após um tempo na região, podem ter mudado de setor de atividade e, portanto, que os números captados no momento do Censo não conseguem espelhar a realidade em toda sua complexidade.

[24] Estas informações constam do banco de dados do projeto e, por serem muito volumosas, não foram apresentados neste estudo.

imigrantes possuíam um nível socioeconômico bem superior. Basta para isso perceber o percentual de pessoas com o "segundo grau completo ou mais" que chegava a quase 40% do total no período 91/96 (contra valores próximos a 20% na maioria das demais áreas – com exceção de Mato Grosso do Sul). É claro que tal perfil já seria esperado tendo em vista a particularidade do mercado de trabalho no DF, no qual as ocupações ligadas ao setor público representam grande parcela dos postos de trabalho e requerem pessoas de mais alta qualificação, como no caso das atividades parlamentares, dos Ministérios, sem contar as embaixadas, as ONGs, setor hoteleiro, etc.

Por outro lado, há que se considerar que a consolidação do "entorno de Brasília" como ponto de chegada dos imigrantes de mais baixa renda na área de influência da capital, também contribuiu para uma modificação significativa de migração recebida pelo DF, que principalmente a partir dos anos 80, passa também a "exportar" pessoas para esta nova periferia.

Já nos demais Estados da região, o perfil dos imigrantes apresenta uma maior concentração de pessoas nos níveis educacionais menos elevados, sendo os casos extremos Rondônia, Tocantins e Mato Grosso, onde mais de 40% desses indivíduos apresentavam uma escolaridade menor que o primário completo, dos quais boa parte sem instrução alguma. Já nos casos de Goiás e, particularmente Mato Grosso do Sul, observa-se uma situação intermediária, sobretudo em se tratando do percentual de imigrantes "sem instrução".

Os resultados da Tabela 7 apenas corroboram algumas das considerações já feitas ao longo desse trabalho, que davam conta das especificidades dos Estados de Rondônia, Tocantins e Mato Grosso, referentes ao momento em que se encontravam nos anos 80, e relacionados ao processo de ocupação da fronteira. Embora, *grosso modo*, a situação dos imigrantes fosse pouco satisfatória em todas essas áreas, os dados indicavam piores condições nestes Estados. A interpretação dessas diferenças deve levar em consideração as características dos processos migratórios estaduais que, ao ter na ocupação das fronteiras o seu elemento mais importante de compreensão, acabariam envolvendo indivíduos em piores situações (com menor escolaridade, por exemplo), tendo em vista as possibilidades concretas de inserção produtiva.

Nesse sentido, as discrepâncias apresentadas pelos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul poderiam ser interpretadas, por um lado, como conseqüência da perda de dinamismo em termos da expansão da fronteira e, por outro lado, pela mudança de características dessas áreas. No primeiro caso vê-se que o grande crescimento e dinamismo urbano estiveram muito atrelados ao dinamismo demográfico das regiões de Goiânia e do Entorno de Brasília. Já no segundo caso, o arrefecimento do crescimento demográfico do Estado reflete uma

Tabela 7
Chefes de Famílias Imigrantes Interestaduais segundo Escolaridade
Centro-Oeste Ampliado
70/80, 81/91 e 91/96

UF	Sem Instrução			Primário Incompleto			Ginásio Incompleto			2º Grau Incompleto		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Distrito Federal	24,1	14,3	7,9	15,6	14,0	13,2	24,3	25,8	24,8	10,3	12,6	13,3
Goiás	31,8	16,8	12,4	21,5	18,1	19,5	26,4	31,3	32,2	7,5	13,2	14,6
Mato Grosso	34,0	16,8	11,7	26,4	21,1	21,9	25,3	34,7	33,4	6,2	11,6	13,0
Mato Grosso do Sul	29,9	13,7	9,5	24,0	17,7	16,9	26,9	31,9	29,8	7,1	12,3	13,8
Rondônia	40,8	22,6	14,2	29,8	21,5	21,6	20,7	31,8	32,4	3,5	10,0	11,9
Tocantins	51,5	26,2	16,1	23,3	19,8	20,8	17,4	26,4	26,1	3,2	10,9	13,1
Total	**32,1**	**17,8**	**11,6**	**22,5**	**19,0**	**18,8**	**24,4**	**31,2**	**30,3**	**7,2**	**11,8**	**13,6**

(continua)

(continuação)

UF	2º Grau Completo ou mais			Alfabetização de Adultos			Menos de 1 ano	Não determinado		Ignorado
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	91/96	70/80	81/91	91/96
Distrito Federal	25,0	32,8	38,9	0,7	0,4	-	0,8	-	0,1	1,1
Goiás	12,1	20,2	19,8	0,6	0,3	-	0,7	-	0,0	0,7
Mato Grosso	7,7	15,3	18,5	0,4	0,4	-	0,5	-	0,1	1,0
Mato Grosso do Sul	11,6	24,1	28,7	0,5	0,3	-	0,6	-	0,0	0,7
Rondônia	4,6	13,2	17,9	0,6	0,7	-	0,8	-	0,2	1,2
Tocantins	4,0	16,1	22,4	0,6	0,6	-	1,0	-	0,0	0,5
Total	**13,3**	**19,7**	**24,1**	**0,5**	**0,4**	**-**	**0,7**	**-**	**0,1**	**0,9**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996 Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

importante modificação em sua estrutura econômica, na qual a proliferação da pecuária – poupadora de mão-de-obra – passa a ter papel predominante.

Cumpre notar ainda que, de acordo com os dados da Tabela 7, o perfil dos imigrantes segundo nível de instrução sofre uma sensível variação no período considerado, haja visto que os mais recentes apresentavam uma menor concentração na categoria "sem instrução", fato que pode ser interpretado sob dois ângulos distintos e não necessariamente excedentes. O primeiro relacionado com a melhoria do nível educacional da população de maneira geral, ou seja, um efeito de "corte". O segundo ligado à redução dos níveis de imigração, em particular para as áreas da fronteira, que poderia implicar em uma alteração do perfil da imigração, considerando os diferenciais entre aqueles migrantes e os que se dirigem para as zonas urbanas. Na verdade, é difícil apostar na real explicação, contudo, a segunda parece bastante razoável e, sendo verdadeira, teria implicações para outras características socioeconômicas.

Se tal resultado, por um lado, reflete as óbvias diferenciações regionais em termos socioeconômicos, por outro lado, alerta para a importância dos estudos da migração segundo os "fluxos migratórios" para uma melhor interpretação do fenômeno em termos de suas tendências e impactos nas características da população receptora. Revela ainda que as condições de inserção existentes no Centro-Oeste não seriam suficientes para explicar o perfil de sua imigração, como até aqui se vinha sustentando, na medida em que é claro o fato de que as condições das áreas de origem também são importantes.

Assim, embora correndo o risco de se caminhar no sentido de um "determinismo econômico" e, portanto, deixar de considerar as outras causas estruturais – entre elas os conflitos sociais que também se observam na origem – que estão por trás dos movimentos migratórios, não se pode negar que as características até aqui analisadas encontram uma correspondência muito clara nas transformações produtivas experimentadas pela região.

Assim, entre as características do Centro-Oeste que, por hipótese, tiveram impactos decisivos no comportamento da migração, pode-se mencionar a forma de estruturação da propriedade fundiária. Como se nota na tabela abaixo, segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, quase todas as propriedades rurais (99,8%) eram médias e grandes propriedades (acima de 10 ha), em detrimento dos minifúndios e das pequenas propriedades que somavam insignificante 0,2%[25] .

[25] Segundo o Sistema de Cadastro Rural do INCRA, as propriedades rurais são classificadas, conforme tamanho, nas seguintes proporções (em ha): menor que 1, minifúndio; 1 < 4, pequena propriedade; 4 < 15, média e, maior que 15, grandes propriedades. A subdivisão (em ha) utilizada nas tabelas disponíveis não corresponde exatamente a essa classificação, mas mesmo assim é possível evidenciar o nível da concentração de terras no Brasil, particularmente no Centro-Oeste.

A desigualdade e exclusão do acesso à terra no Centro-Oeste é ainda maior que no país como um todo. De fato, enquanto o Censo Agropecuário mostra que no Brasil em geral a maior concentração de terras está entre proprietários com estabelecimentos que vão de 100 a 1.000 ha (36,4%), no Centro-Oeste quase metade das terras está concentrada em propriedades ainda maiores, ou seja, entre 1.000 e 10.000 ha. Além disso, no caso dos grupos de áreas maiores que 10.000 ha (grandes latifúndios), o Centro-Oeste apresenta percentuais duas vezes maiores que os apresentados pelo país, 24,6% e 13,6%, respectivamente. Pode-se perceber, acompanhando esses dados que, muito mais que no resto do país, no Centro-Oeste, as pequenas propriedades estão cada vez mais escassas.

Tabela 8
Estabelecimentos Agrícolas por Grupos de Tamanho segundo Unidade Federativa Centro-Oeste Ampliado*
1995/1996

Grupos de Área	Goiás	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Rondônia	Tocantins	Total
Menos de 10 ha	0,3	0,1	0,1	1,0	0,1	0,2
10 a menos de 100 ha	8,8	2,1	3,2	20,5	5,3	5,5
100 a menos de 1000 ha	43,7	19,4	14,8	31,2	37,5	25,8
1000 a menos de 10000 ha	41,7	53,9	41,6	21,3	46,9	43,9
10.000 a menos de 100.000 ha	4,8	23,6	30,8	19,0	9,2	20,2
100.000 ha e mais	0,7	1,0	9,5	7,1	0,9	4,4
Total (ha)	**27.472.648**	**30.942.772**	**48.939.511**	**8.890.386**	**16.765.716**	**133.011.033**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário 1995/1996.
*Exceto Distrito Federal.

Tal comportamento obviamente é diferente entre os Estados, particularmente no caso de Rondônia que, ainda nos anos 90, mantinha a herança de seu processo de ocupação e apresentava certa importância das pequenas propriedades. Chama muita atenção, contudo, o alto nível de concentração da terra no Mato Grosso, última das áreas de fronteira da região, fato que mostra as poucas perspectivas para a ocupação territorial baseada no antigo esquema do pequeno e médio proprietário.

No Brasil, a pecuária praticada de forma semi-extensiva, sempre teve peso muito grande na configuração do uso da terra, sendo esta atividade a que ocupa as maiores extensões territoriais em todas as regiões do país. No Centro-Oeste não é diferente. O avanço dessa atividade na região, bem como – porém em menor medida – das culturas temporárias, como a soja e o algodão, coincide com o caminho praticamente inexorável da concentração fundiária, como é facilmente observável na Tabela 9.

Tabela 9
Formas de Utilização de Terras por Unidade Federativa
Centro-Oeste Ampliado*
1995/1996

UF	Utilização das Terras				
	Lavouras			Pastagens	
	Permantes	Temporárias	Temporárias em Descanso	Naturais	Plantadas
Goiás	10,8	31,7	19,9	21,8	27,0
Mato Grosso	32,7	41,5	37,8	26,2	28,5
Mato Grosso do Sul	3,1	20,5	9,2	25,8	29,7
Rondônia	49,1	2,7	5,4	1,5	4,9
Tocantins	4,3	3,7	27,8	24,6	10,0
Total (ha)	**518.181**	**6.684.930**	**1.291.600**	**23.544.592**	**52.921.457**

(continua)

(continuação)

UF	Utilização das Terras				
	Mata e Florestas		Produtivas não Utilizadas	Terras Inaproveitáveis	Total
	Naturais	Plantadas			
Goiás	9,8	20,0	14,2	23,2	20,7
Mato Grosso	54,3	18,7	35,4	36,3	36,8
Mato Grosso do Sul	14,8	49,9	10,5	25,2	23,3
Rondônia	13,2	11,3	6,1	1,8	6,7
Tocantins	7,9	0,0	33,8	13,5	12,6
Total (ha)	**38.481.299**	**362.679**	**3.852.972**	**5.353.323**	**133.011.033**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário 1995/1996.
*Exceto Distrito Federal.

Esses dados evidenciam a grande importância da atividade pecuária, que ocupa mais de 57% da área disponível na região, seguida em muito menor proporção pelas lavouras temporárias (cerca de 5%)[26]. Porém, esse comportamento é mais uma vez diferenciado por Estados sendo, por exemplo, muito distinto o perfil de Rondônia – cujo território detém quase metade da área dedicada à cultura permanente do Centro-Oeste, sendo outra grande parte ainda coberta por matas e florestas.

No Censo Agropecuário de 95/96 há outro dado que confirma a importância do gado para a economia regional: 46,4% do rebanho efetivo bovino

[26] Cumpre salientar, no entanto, que a marcha desse tipo de atividade, particularmente da soja, tem tido impactos decisivos na configuração e comportamento demográfico de certas áreas.

ligado à atividade pecuária localizam-se na Região Centro-Oeste Ampliada. O Estado do Mato Grosso do Sul possui o maior rebanho brasileiro (16,2%), seguido de Goiás (12,5%). Há que se considerar que o Mato Grosso tem o quarto maior rebanho bovino nacional.

> A expansão da criação de bovinos deu-se, em especial, pela disponibilidade de terras para formação de pastos plantados e de pastos naturais; pelas políticas de incentivos fiscais na década de 1970 (crédito rural, abertura de rodovias); e pela simbiose com a extração madeireira. A conseqüência foi o desmatamento e a queimada de florestas densas para a introdução de pastagens, os principais problemas ecológicos na Amazônia *(Egler, 2001: 30).*

Considerada uma atividade barata, por demandar poucos investimentos e também reduzida mão-de-obra, a expansão da pecuária no Norte e Centro-Oeste do país foi a principal responsável pela abertura de novas terras para uso agropecuário.

A partir de 1980 há um descolamento das tendências em relação ao crescimento das áreas ocupadas por lavoura e por atividades pecuárias. Enquanto no primeiro caso, essa área diminui, no segundo ela aumenta. Colaboraram nessas tendências a expansão da área urbana e os ganhos de rentabilidade na agricultura graças à incorporação do progresso técnico.

Na realidade, a transformação e modernização agrícolas no Centro-Oeste vêm ocasionando uma redução significativa no emprego rural. Dados publicados pela WWF (Fundo Mundial para a Natureza, Brasil) confirmam estes impactos no mercado de trabalho local: em 1985 eram aproximadamente 1,5 milhões de pessoas trabalhando no campo na Região Centro-Oeste e Tocantins. Em 1995, houve uma redução de 20% neste número, com o total de 1,2 milhões de trabalhadores[27].

A Tabela 10, ao apresentar dados sobre pessoal ocupado por grupos de atividade na região, deixa clara novamente a importância da pecuária para a economia do Centro-Oeste, já que emprega 56% daqueles dedicados à atividade dita primária. Goiás, Mato Grosso do Sul e Tocantins ficam acima da média da região. Rondônia, como já observado, é o único Estado que se destaca pela importância da atividade de lavoura permanente, uma vez que dessa atividade dependem cerca de um quinto dos trabalhadores rurais.

[27] O Estado que mais sofreu o impacto negativo em número de postos de trabalhos rurais foi Goiás, cujo índice teve uma retração de 23%.

Tabela 10
Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários por Unidade Federativa
Centro-Oeste Ampliado*
1995/1996

UF	Grupos de Atividade Econômica				
	Lavoura temporária	Horticultura e produtos de viveiro	Lavoura permanente	Pecuária	Produção mista (lavoura e pecuária)
Goiás	16,4	1,3	1,6	67,0	12,8
Mato Grosso	25,1	0,7	6,9	52,7	12,7
Mato Grosso do Sul	23,0	0,8	1,2	64,6	8,8
Rondônia	21,3	0,8	20,5	34,1	20,6
Tocantins	13,1	0,3	2,3	63,1	18,3
Total	**19,8**	**0,9**	**6,6**	**56,4**	**14,5**

(continua)

(continuação)

UF	Grupos de Atividade Econômica			
	Silvicultura e exploração florestal	Pesca e aquicultura	Produção de carvão vegetal	Total UF
Goiás	0,4	0,1	0,5	471.657
Mato Grosso	1,8	0,1	0,1	329.798
Mato Grosso do Sul	1,0	0,1	0,5	202.709
Rondônia	2,1	0,5	0,0	304.523
Tocantins	2,6	0,1	0,2	194.221
Total	**1,4**	**0,2**	**0,3**	**1.502.908**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário 1995/1996.
*Exceto Distrito Federal

Portanto, considera-se que os dados apresentados nessa seção foram suficientemente claros para mostrar a intrínseca relação entre o comportamento migratório do Centro-Oeste e as principais transformações em sua estrutura econômica e, particularmente, no processo de ocupação espacial.

A seguir, detalha-se um pouco mais a situação de cada um dos Estados do Centro-Oeste, buscando identificar especificidades em seus comportamentos migratórios, sub-espaços onde os processos anteriormente apontados foram mais visíveis e, finalmente, a dinâmica intra-estadual dos deslocamentos populacionais.

II. A Dinâmica Migratória no Interior dos Estados do Centro-Oeste: uma análise ao nível das microrregiões[28]

A simples observação das taxas de crescimento da população nos Estados e suas regiões é capaz de revelar que a dinâmica demográfica do Centro-Oeste é bastante heterogênea, não apenas se considerada do ponto de vista da comparação entre os Estados, mas também no que tange ao âmbito interno destes últimos. Tal diferenciação tem como um de seus elementos básicos o comportamento da migração. Como poderá ser visto nas tabelas que se seguem, à exceção de Mato Grosso, nos demais Estados registra-se uma forte concentração tanto da imigração quanto da emigração interestadual em algumas microrregiões, revelando a importância que estas áreas assumem no processo migratório de seus respectivos Estados.

Os dados da Tabela 11 não deixam dúvida de que, a despeito da importância da migração interestadual para o crescimento e ocupação demográfica dos Estados do Centro-Oeste, outro elemento não menos importante deve ser recuperado para se entender a dinâmica de ocupação dos territórios estaduais: a migração intra-estadual.

De fato, mesmo que em boa medida alimentados pelos movimentos provenientes de outros Estados, os deslocamentos intra-estaduais completam um quadro do fenômeno migratório que ajuda a revelar não apenas o "caminho" da população e da fronteira nos Estados, mas também as alternativas existentes à desarticulação das formas de ocupação responsáveis pela distribuição populacional da região ao longo do tempo. Nesse sentido, como será visto, esses movimentos ajudam a entender melhor o processo de ocupação do território na medida em que também contribuem para a intensificação da concentração em certas áreas e o esvaziamento de outras.

Os dados sobre a migração intra-estadual deixam claro, portanto, que a movimentação populacional no Centro-Oeste, particularmente em alguns Estados, foi muito elevada, tendo atingido quase um milhão de pessoas nos anos 80 e em torno de 700 mil apenas no qüinqüênio 91/96. Destacam-se os Estados de Goiás, certamente pela dinâmica de sua área metropolitana e do chamado "entorno de Brasília" e, uma vez mais, Mato Grosso, pela mobilidade da fronteira rumo ao norte do Estado.

[28] Deve-se alertar que, a partir daqui, a definição de migrante refere-se ao indivíduo que, no momento do levantamento, residia há menos de 10 anos no município. Tal definição, única possível com o Censo para movimentos intra-estaduais, tem implicações quando, como nesse estudo, analisam-se regiões, já que as estimativas de migração para áreas mais agregadas serão mais afastadas da realidade quanto mais intensos forem os movimentos intermunicipais dentro da região considerada.

Tabela 11
Imigração e Emigração Intra-estadual por Unidade Federativa
Centro-Oeste Ampliado
70/80, 81/91 e 91/96

UF	Migração Intra-estadual				
	Imigrantes			Emigrantes	
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91
Goiás	51,7	37,1	38,7	51,7	37,1
Mato Grosso	18,1	24,2	23,4	18,1	24,2
Mato Grosso do Sul	20,7	17,6	16,3	20,7	17,6
Rondônia	3,9	14,3	11,4	3,9	14,3
Tocantins	5,6	6,8	10,2	5,6	6,8
Total	**755.731**	**997.583**	**666.035**	**755.731**	**997.583**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Será demonstrado que, assim como na migração interestadual, há também uma tendência à concentração da migração intra-estadual (seja a imigração ou emigração) em certas áreas do Estado; via de regra, aquelas microrregiões mais importantes com relação à migração interestadual também o são quanto a estes fluxos migratórios. Tal tendência – que difere, por exemplo, do que acontece no Estado de São Paulo, onde esta coincidência não é necessariamente verdadeira em função do forte processo de redistribuição espacial da população para o interior – tem como corolário uma grande discrepância em termos de dinamismo demográfico de algumas áreas com relação às demais. No Centro-Oeste, por suas peculiaridades quanto ao processo de ocupação, além das microrregiões que abrigam as Capitais, algumas outras áreas também acabam destacando-se, tendo em vista seus papéis como áreas de colonização, expansão da fronteira agrícola ou de atividades de garimpo.

A seguir são apresentadas as principais particularidades de cada Estado segundo a participação de suas microrregiões na migração inter e intra-regional[29]. No entanto, tendo em vista as características da informação da Contagem de 1996, não será possível discutir as tendências da emigração ao nível das

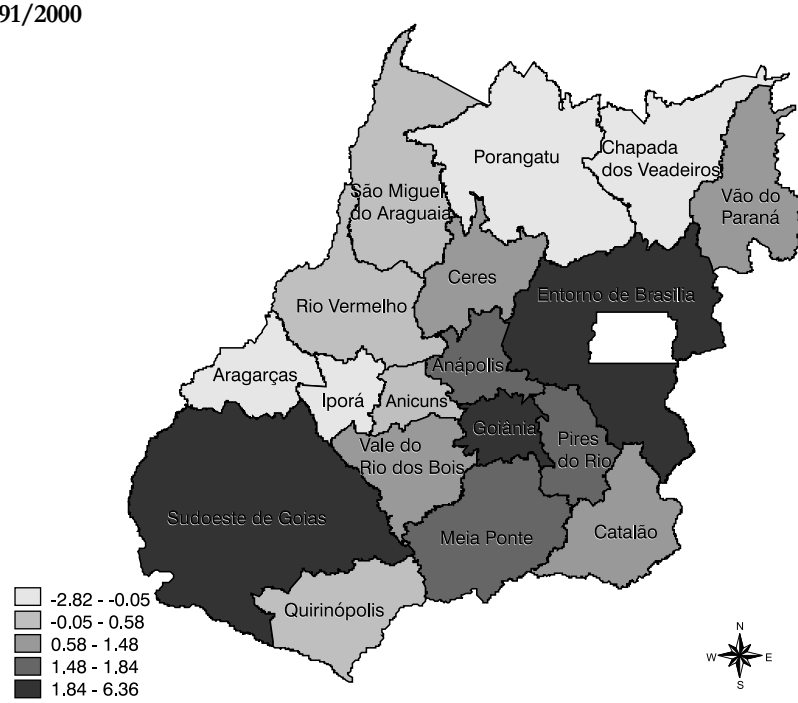
[29] Importante ter em conta que no contingente de migrantes intra-estaduais da década também podem existir migrantes interestaduais, sempre que estes tenham feito um movimento intra-estadual dentro do mesmo período de tempo considerado. Em percentuais, esses migrantes com ambos os *status* (inter e intra-estadual) dentro da mesma década são, respectivamente nas décadas de 70 e 80, 11,6% e 7,12% em Goiás, 9,8% e 3,9% em Tocantins, 3,9% e 3,0% em Mato Grosso, 4,7% e 5,1% em Mato Grosso do Sul e 1,4% e 2,3% em Rondônia. Esses valores mostram que a re-emigração dentro do Estado é mais alta em Goiás e baixa nas principais áreas de fronteira.

microrregiões, limitação que somente poderá ser suplantada com o Censo de 2000, cujos dados deverão estar disponíveis apenas no final de 2002.

II.1. Goiás

Desde o século XVIII, período da mineração, as terras goianas são ocupadas pela lavoura e pela pecuária, devido ao distanciamento e à dificuldade de abastecimento – até o final do século XIX as vias internas eram rústicas, impossibilitando a ligação entre o norte e o sul do Estado, mesmo assim, a região não escapa do tipo de ocupação característica do Brasil à época, de acordo com os ciclos econômicos de cada área. Com o fim da extração de metais, mais de 20% da população de Goiás emigrou. A delimitação de suas fronteiras, bem como a estrutura fundiária, formam-se nesse cenário.

Mapa 1
Taxas Médias Anuais de Crescimento segundo Microrregiões
Estado de Goiás
1991/2000



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Já na primeira metade do século passado a economia goiana era estimulada pela proximidade com o triângulo mineiro. O esboço do desenvolvimento econômico, mas sobretudo as longas faixas de terras férteis e matas inexploradas na região de sua capital Goiânia, inaugurada em 1942, foram os atrativos para o surto imigratório neste período. São estes novos fluxos que iniciaram as transformações socioeconômicas do centro-sul do Estado.

A construção de Goiânia é parte integrante da "marcha para o oeste" em sua fase inicial. Porém no final dos anos 50, Goiás ainda se constituía numa área de fronteira aberta. A partir deste período o desenvolvimento neste Estado deve ser compreendido dentro do próprio processo da Região Centro-Oeste, para o qual foi fundamental o papel do governo federal como definidor de políticas públicas e pela realização de pesados investimentos em infra-estrutura. Nesse contexto, a construção de Brasília foi um grande impulso. Na nova etapa da "marcha para o oeste" – a partir de 1970 –, a região contribuiu para amenizar tensões demográficas de outras regiões servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios, além de via de penetração para a ocupação do Norte do Brasil.

Observando as taxas de crescimento das microrregiões de Goiás, percebe-se que, ao longo do período estudado, as duas únicas áreas que mantiveram um patamar importante de crescimento demográfico foram as microrregiões de Goiânia e o Entorno de Brasília, fato explicado facilmente pelo caráter de importantes aglomerações urbanas desses conjuntos de municípios. No entanto, também vale destacar a microrregião Sudoeste de Goiás que, pelo menos até o final da década de 80, manteve um significativo crescimento demográfico. Nesse caso, sabe-se que o dinamismo regional é significativo para os padrões do Estado, em função da importante e intensa atividade agroindustrial baseada em grande medida na indústria de transformação da carne. Das demais microrregiões, poder-se-ia destacar ainda Meia Ponte que, por sua posição estratégica de ligação entre o Centro-Oeste e o Triângulo Mineiro e São Paulo, também tem experimentado significativo crescimento, e Anápolis, região tradicional do Estado situada no eixo entre Brasília e Goiânia, de cujo crescimento certamente se beneficia.

Como seria de se esperar, o crescimento demográfico possui seu rebatimento quase perfeito no comportamento migratório das microrregiões.

Observando a Tabela 13 vemos que em termos da migração interestadual, tanto nos anos 70 como nos 80, com exceção do Entorno de Brasília e Goiânia, a grande maioria das microrregiões de Goiás apresenta valores do IEM muito próximos a zero ou mesmo negativos, além de pequenas participações nos volumes tanto de imigração quanto de emigração. Este fato revela a grande hegemonia quanto ao dinamismo migratório das duas áreas citadas com relação às demais. Revela também o poder de atração das duas microrregiões, em especial do Entorno

de Brasília, e o caráter de áreas de circulação migratória de Anápolis, Sudoeste de Goiás, Porangatu e Meia Ponte, já que, não obstante apresentassem IEMs praticamente nulos, respondiam por significativos volumes de imigração e emigração.

Tabela 12
População e Taxa de Crescimento Demográfico por Microrregiões
Estado de Goiás
1970, 1980, 1991 e 2000

Microrregiões	População Total				Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1.970	1.980	1.991	2.000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Anápolis	284.446	347.170	401.290	464.462	2,01	1,33	1,64
Anicuns	106.221	101.828	98.696	101.621	-0,42	-0,28	0,33
Aragarças	35.662	48.314	53.913	53.671	3,08	1,00	-0,05
Catalão	85.247	91.583	108.313	118.089	0,72	1,54	0,96
Ceres	221.575	201.984	185.976	212.195	-0,92	-0,75	1,48
Chapada dos Veadeiros	29.021	39.852	72.583	56.129	3,22	5,60	-2,82
Entorno de Brasília	161.548	258.318	466.782	812.877	4,81	5,53	6,36
Goiânia	475.001	863.051	1.268.303	1.690.758	6,15	3,56	3,25
Iporá	69.084	66.297	62.567	62.276	-0,41	-0,53	-0,05
Meia Ponte	217.422	233.158	266.512	314.058	0,70	1,22	1,84
Pires do Rio	70.169	69.032	74.962	86.034	-0,16	0,75	1,54
Porangatu	143.865	198.548	240.407	226.415	3,27	1,75	-0,66
Quirinópolis	88.574	86.272	88.687	93.436	-0,26	0,25	0,58
Rio Vermelho	83.850	87.039	90.136	91.571	0,37	0,32	0,18
São Miguel do Araguaia	44.456	61.468	72.440	74.148	3,29	1,50	0,26
Sudoeste de Goiás	177.467	224.541	286.281	344.121	2,38	2,23	2,07
Vale do Rio dos Bois	75.236	82.409	89.159	101.136	0,91	0,72	1,41
Vão do Paranã	45.481	64.490	85.555	91.900	3,55	2,60	0,80
Total	**2.414.325**	**3.125.354**	**4.012.562**	**4.994.897**	**2,61**	**2,30**	**2,46**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 13
Distribuição da Imigração e Emigração por Microrregiões
Estado de Goiás
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Migração Interestadual					Migração Intra-estadual					Índice de Eficácia Migratória			
	Imigrantes			Emigrantes		Imigrantes			Emigrantes		Interestadual		Intra-estadual	
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Mun. não decl. e mal def.	-	-	-	7,0	5,4	-	-	-	8,9	17,6	-	-	-	-
São Miguel do Araguaia	2,1	1,4	0,9	2,7	2,6	3,0	3,2	1,8	2,0	2,6	-0,1	-0,1	0,2	0,1
Rio Vermelho	1,5	0,8	0,6	3,6	2,7	2,5	3,1	2,6	3,7	2,3	-0,4	-0,4	-0,2	0,2
Aragarças	1,2	1,3	1,2	2,0	1,9	2,7	2,3	1,5	1,2	1,3	-0,3	0,0	0,4	0,3
Porangatu	5,4	5,7	3,1	5,1	7,5	5,8	6,6	4,3	4,3	7,1	0,0	0,1	0,2	0,0
Chapada dos Veadeiros	0,9	1,1	0,9	1,5	1,9	0,8	0,9	0,8	0,9	1,2	-0,2	-0,1	0,0	-0,1
Ceres	2,5	1,8	1,1	6,5	4,6	3,8	4,6	5,1	12,1	9,0	-0,5	-0,3	-0,5	-0,3
Anápolis	7,1	5,3	3,9	8,7	7,1	12,5	10,9	7,1	13,1	10,9	-0,1	0,1	0,0	0,0
Iporá	0,8	0,5	0,4	2,1	2,0	2,5	2,1	1,6	3,8	2,9	-0,5	-0,4	-0,2	-0,2
Anicuns	1,1	0,6	0,6	1,7	1,5	3,5	2,6	2,9	7,0	5,3	-0,2	-0,3	-0,3	-0,3
Goiânia	29,3	26,7	26,7	19,3	26,8	42,8	37,9	42,2	9,3	13,5	0,2	0,2	0,6	0,5
Vão do Paranã	2,3	1,5	1,2	1,5	2,3	0,8	0,9	1,2	0,9	1,5	0,2	0,0	-0,1	-0,3
Entorno de Brasília	24,6	37,0	46,2	7,2	9,4	4,7	7,5	7,9	4,2	4,6	0,5	0,7	0,1	0,2
Sudoeste de Goiás	6,0	6,4	4,6	8,2	7,6	4,1	4,8	5,3	6,9	4,7	-0,2	0,1	-0,3	0,0
Vale do Rio dos Bois	1,2	0,8	1,1	1,2	1,8	4,0	3,5	2,7	4,6	3,5	0,0	-0,2	-0,1	0,0
Meia Ponte	7,1	4,7	4,5	9,9	7,3	3,4	4,8	7,4	8,1	5,3	-0,2	0,0	-0,4	-0,1
Pires do Rio	0,5	0,8	0,7	1,4	1,1	1,1	1,7	2,0	3,4	2,5	-0,5	0,0	-0,5	-0,2
Catalão	1,7	1,6	1,2	2,7	2,2	1,0	1,4	1,6	2,9	2,0	-0,2	0,1	-0,5	-0,2
Quirinópolis	4,5	2,0	1,3	7,6	4,4	1,0	1,2	1,7	2,8	2,1	-0,3	-0,2	-0,5	-0,3
Total	**308.196**	**518.147**	**292.697**	**323.859**	**345.181**	**391.027**	**369.611**	**258.002**	**391.027**	**369.611**	**0,0**	**0,2**	**0,0**	**0,0**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

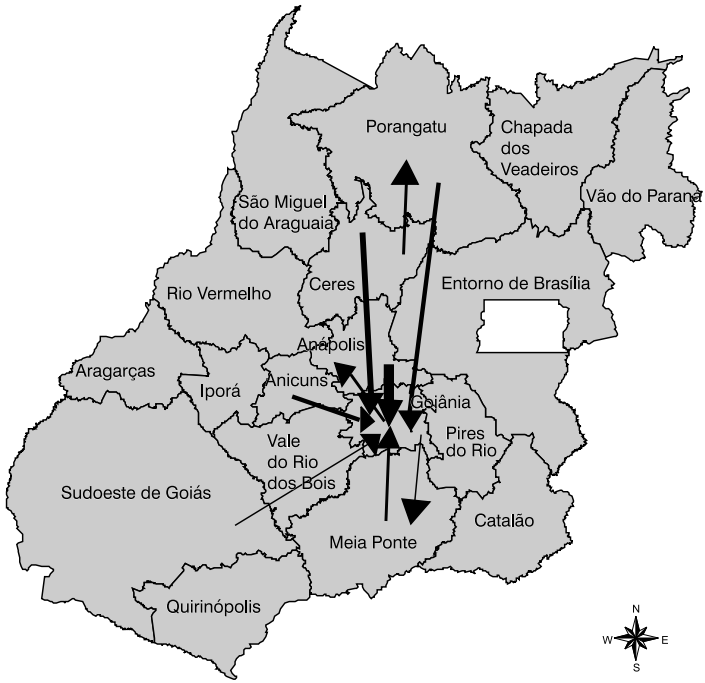
Assim, considerando-se que, na década de 70, 64% dos imigrantes interestaduais do Entorno eram provenientes do Distrito Federal, número que não se modifica na década de 80, pode-se deduzir que os deslocamentos populacionais estabelecidos entre essas duas regiões representam, mais que uma migração para Goiás, uma verdadeira expansão do Distrito Federal. Também vale a pena destacar a região de Meia Ponte, cuja localização próxima às dinâmicas regiões do Triângulo Mineiro e do norte de São Paulo poderia ajudar a entender sua imigração (e também sua emigração). De fato, os dados para essa microrregião mostram que, em conjunto, esses dois destinos somavam mais de 70% dos migrantes na década de 70 e 58% nos anos 80. Já a microrregião de Goiânia, na década de 70, tem o Distrito Federal (27%), São Paulo (18%) e Minas Gerais (17%) como os principais Estados de destino de seus emigrantes.

Importante notar que os Estados de Mato Grosso, Pará, Tocantins, Minas Gerais e São Paulo figuram como os principais pontos de destino para boa parte da emigração das várias microrregiões. Porém, vale destacar as especificidades de Anápolis e, principalmente, do Entorno de Brasília, ambas apresentando o Distrito Federal como a mais importante região de chegada de seus emigrantes.

No plano intra-estadual percebe-se que a microrregião de Goiânia é, sem dúvida nenhuma, aquela que canalizou a maior parte dos fluxos migratórios internos de Goiás, tanto nos anos 70 como nos 80 (Mapa 2). Na década de 70, de um total de cerca de 391 mil imigrantes, 43% dirigiram-se para Goiânia. Apesar da queda de sua participação no total da imigração intra-estadual, ainda na década de 80, 38% de um total de 370 mil imigrantes intra-estaduais apresentaram Goiânia como destino. Mesmo considerando as trocas migratórias estabelecidas com as demais microrregiões, percebe-se claramente que a área em questão mais recebeu que expulsou migrantes, haja vista seus IEMs de 0,6 nos anos 70 e 0,5 nos anos 80 (Tabela 13).

Como se observa ainda na Tabela 13, não obstante a microrregião de Anápolis ter mantido durante o período uma posição de destaque enquanto área de chegada de migrantes internos (a segunda mais importante), não se pode afirmar que essa área tenha se constituído, nos anos 70 e 80, em um pólo de atração intra-estadual, na medida em que sua emigração alcançou níveis semelhantes aos de imigração. Seu IEM de valor praticamente zero aponta no sentido de que Anápolis aproxima-se mais do perfil de uma área de circulação populacional. Talvez sua herança de uma das áreas mais importantes do Estado no passado e sua posição geográfica no eixo entre o DF e Goiânia sejam elementos relevantes para entender essa característica no plano interno de Goiás.

Mapa 2
Principais Fluxos de Migração Intra-estadual segundo Microrregiões
Estado de Goiás
1980/1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Na verdade, até mesmo há quem considere que a região de Anápolis deveria ser parte integrante da Região Metropolitana de Goiânia, principalmente por apresentar maior fluxo migratório para Goiânia que os outros municípios da RM (Jakob e Barêa, 2000). Porém, pelo menos os dados sobre migração mostram que sua dinâmica estaria também ligada à do Distrito Federal.

Ao considerar os volumes de migração interestadual e intra-estadual das microrregiões é possível chegar a algumas considerações interessantes. Ainda que, pela característica do dado, o primeiro tipo de migração contenha parte dos indivíduos contidos no segundo tipo, é indiscutível, por exemplo, que Goiânia seja a grande área de atração tanto de migrantes externos quanto internos do

Estado de Goiás. Já no caso do Entorno de Brasília, sua condição de área de atração migratória fica muito mais acentuada se considerada do ponto de vista do fluxo originado no Distrito Federal. Para Anápolis, os dados mostram que seu papel no processo migratório estadual é muito mais relevante quando considerado do ponto de vista dos movimentos intra-estaduais.

Tabela 14
Migrantes Interestaduais segundo Área de Destino: Urbana e Rural, por Microrregiões
Estado de Goiás
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
São Miguel do Araguaia	52,1	63,0	71,6	47,9	37,0	28,4
Rio Vermelho	51,1	70,4	77,5	48,9	29,6	22,5
Aragarças	65,8	77,5	83,8	34,2	22,5	16,2
Porangatu	50,3	82,2	89,1	49,7	17,8	10,9
Chapada dos Veadeiros	37,5	67,6	72,6	62,5	32,4	27,4
Ceres	57,2	76,6	82,9	42,8	23,4	17,1
Anápolis	81,6	91,1	91,4	18,4	8,9	8,6
Iporá	63,1	74,0	81,6	36,9	26,0	18,4
Anicuns	55,4	79,0	84,3	44,6	21,0	15,7
Goiânia	92,9	95,9	98,2	7,1	4,1	1,8
Vão do Paraná	49,1	69,6	67,8	50,9	30,4	32,2
Entorno de Brasília	85,0	89,8	91,9	15,0	10,2	8,1
Sudoeste de Goiás	69,1	74,8	81,8	30,9	25,2	18,2
Vale do Rio dos Bois	36,7	66,6	77,4	63,3	33,4	22,6
Meia Ponte	68,5	82,9	91,9	31,5	17,1	8,1
Pires do Rio	76,1	75,6	77,3	23,9	24,4	22,7
Catalão	71,5	76,4	79,3	28,5	23,6	20,7
Quirinópolis	56,1	72,0	81,9	43,9	28,0	18,1
Total	**76,3**	**87,2**	**91,5**	**23,7**	**12,8**	**8,5**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

O quadro demográfico recente de Goiás é de rápido crescimento de sua população urbana e progressiva redução do contingente rural. Acompanhando esta tendência demográfica, os movimentos migratórios no Estado de Goiás

também se intensificam muito na área urbana em detrimento dos fluxos para o rural. No período 91/96, por exemplo, mais de 90% dos migrantes em Goiás dirigiram-se para o urbano (Tabela 14); as microrregiões mais visadas pelos migrantes urbanos neste mesmo período foram: Goiânia, Entorno de Brasília, Meia Ponte e Anápolis. A única microrregião onde cresceu a migração rural e decresceu a urbana da década de 80 para 90 foi Vão do Paraná.

As Características da Migração

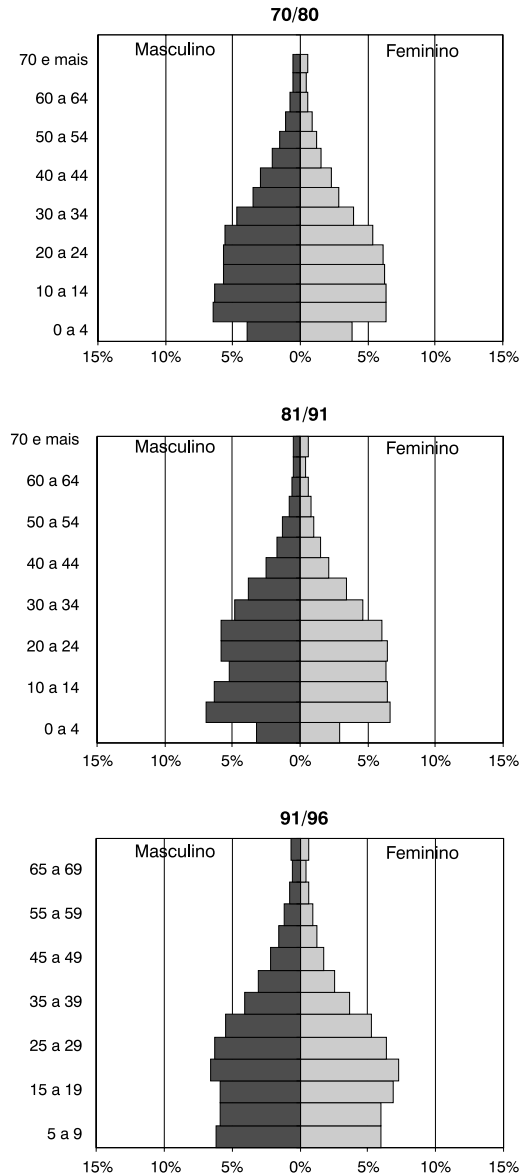
A estrutura etária, além de refletir uma das características mais importantes de uma população para efeito da compreensão do comportamento das variáveis demográficas, da evolução populacional, da determinação de públicos alvos para políticas públicas, etc., também é extremamente útil nas análises dos processos migratórios, uma vez que, ao caracterizar uma das dimensões chaves do perfil do fenômeno, sugere ou permite corroborar hipóteses sobre os condicionantes estruturais desses movimentos.

Assim, no caso de Goiás, as pirâmides etárias sugerem que a imigração interestadual registrada teve um caráter mais familiar. Contudo, percebe-se uma clara seletividade da migração na medida em que esta se concentra nas idades adultas/jovens. Além disso, percebe-se uma significativa modificação nos anos 90, onde tanto as crianças menores de 5 anos e como os adultos passam a ter maior peso relativo, fato que estaria refletindo uma concentração ainda maior de migração de famílias mais no início do ciclo vital. Tal comportamento pode ser confirmado pela consideração da informação relativa aos "tipos de família" mais freqüentemente observados entre os chefes de famílias migrantes. Na Tabela 15 pode-se acompanhar as significativas transformações no perfil do migrante em termos desta variável.

Percebe-se que a década de 80 caracteriza-se pelo aumento da importância relativa da migração familiar no caso dos deslocamentos interestaduais. De fato, em comparação com a década anterior, observa-se uma queda dos percentuais na migração "individual" e "casal sem filhos" e o aumento considerável da migração de "casal e chefe com filhos".

Porém, no primeiro qüinqüênio da década de 90, percebe-se uma importante mudança no perfil do migrante em Goiás, consubstanciada em um aumento relativo da participação daqueles que migram sozinhos ou apenas com seu cônjuge. Assim, mesmo que a participação da categoria "casal com filhos" ainda se mantenha alta, percebe-se uma queda acentuada do peso relativo desta nos anos 90, perfil este que muito provavelmente está ligado ao "caráter

Gráficos 5
Pirâmide Etária dos Imigrantes Interestaduais
Estado de Goiás
70/80, 81/91 e 91/96



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

urbano"[30] da migração para este Estado, em grande medida associado ao crescimento das regiões de Goiânia e do Entorno do DF.

O caráter mais "urbanizado" dos migrantes que se dirigem para Goiás confirma-se através dos dados apresentados pela Tabela 16. O setor de atividade com maior participação dos migrantes é o de "comércio e serviços", inclusive com um incremento de 5% da década de 70 para a de 80. Por outro lado, em todas as ocupações ligadas a trabalho rural – "agricultura; pecuária e outros agropecuários" – houve uma redução significativa do número de migrantes. A ocupação destes na indústria e também como autônomos reforça ainda mais a crescente urbanização e dinamismo da região. Também vale destacar um aumento considerável da participação dos migrantes no mercado de trabalho goiano na década de 80.

Tabela 15
Família de Chefes Imigrantes Interestaduais segundo Tipo por Microrregiões
Estado de Goiás
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Individual			Casal sem Filhos			Casal com Filhos		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
São Miguel do Araguaia	11,3	12,1	23,3	15,2	11,8	16,1	42,9	48,1	28,5
Rio Vermelho	16,0	10,4	21,0	14,2	8,2	16,6	45,6	48,4	29,3
Aragarças	10,5	11,3	26,1	12,6	7,4	15,9	49,3	50,8	25,1
Porangatu	19,6	10,3	20,0	11,5	9,0	17,2	36,7	52,2	32,1
Chapada dos Veadeiros	15,6	9,1	19,6	16,5	8,8	17,4	32,1	49,8	25,5
Ceres	11,5	7,9	20,1	12,2	8,8	17,3	42,3	59,3	31,3
Anápolis	13,2	10,0	21,7	11,7	10,1	16,2	36,9	52,8	29,5
Iporá	11,6	10,9	21,7	9,1	7,5	17,2	44,2	50,2	24,3
Anicuns	10,2	5,5	19,7	10,9	11,7	15,5	44,5	50,1	30,9
Goiânia	12,2	10,3	17,0	11,4	10,2	15,7	31,0	45,2	23,7
Vão do Paraná	14,3	12,1	17,6	11,3	8,9	15,7	42,9	52,2	34,8
Entorno de Brasília	10,4	5,7	10,7	11,0	10,3	24,7	47,3	50,3	30,2
Sudoeste de Goiás	13,2	11,3	18,6	13,2	10,3	19,3	39,8	53,3	28,4
Vale do Rio dos Bois	11,9	5,9	20,4	16,5	10,8	16,7	41,4	58,4	27,4
Meia Ponte	12,5	10,2	20,3	14,9	12,6	18,9	41,1	52,0	28,5
Pires do Rio	18,4	13,2	23,7	11,9	11,6	17,6	35,4	52,6	29,0
Catalão	15,0	9,5	17,8	10,2	11,7	17,0	41,7	56,6	33,3
Quirinópolis	11,4	10,9	18,8	16,5	11,5	19,7	41,1	47,3	27,9
Total UF	**12,6**	**8,8**	**15,1**	**12,1**	**10,2**	**20,4**	**38,1**	**49,7**	**28,3**

(continua)

[30] Aqui é bom que se frise que muito embora a migração com destino urbano tenha crescido substancialmente no Centro-Oeste Ampliado, há certamente que se diferenciar aquela que se dirige para os grandes centros urbanos como é caso em questão, daquela cujo destino são as cidades das áreas com uma base produtiva eminentemente agropecuária e cuja função do urbano é, boa parte das vezes, a de servir de "abrigo" para os colonos despojados de suas terras pelo processo de modernização da agricultura e concentração fundiária, ou de "dormitório" ou "complemento" de seu sustento, uma vez que suas atividades principais estão ligadas ao campo.

(continuação)

Microrregiões	Estendida			Chefe com Filhos			Outros		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
São Miguel do Araguaia	16,2	9,4	7,3	5,6	7,9	4,5	8,8	10,7	20,2
Rio Vermelho	9,5	13,4	7,5	5,0	8,4	5,4	9,8	11,2	20,3
Aragarças	13,8	10,1	9,9	6,7	10,0	6,2	7,2	10,5	16,8
Porangatu	17,0	11,4	9,8	5,9	6,6	6,0	9,2	10,6	14,9
Chapada dos Veadeiros	15,3	12,4	9,0	7,9	8,2	8,2	12,6	11,6	20,3
Ceres	14,5	9,4	8,9	8,3	8,6	6,3	11,3	6,0	16,1
Anápolis	17,0	10,2	9,6	8,2	9,6	6,3	13,0	7,3	16,8
Iporá	14,7	9,4	9,1	9,2	10,1	8,4	11,3	12,0	19,3
Anicuns	14,6	8,9	8,4	9,8	15,9	6,7	10,0	8,0	18,9
Goiânia	19,2	9,0	11,1	9,0	11,8	6,4	17,2	13,6	26,1
Vão do Paraná	15,8	11,5	9,3	8,1	8,7	7,4	7,5	6,5	15,3
Entorno de Brasília	15,1	11,8	9,6	6,8	11,3	6,3	9,5	10,6	18,4
Sudoeste de Goiás	18,0	10,1	8,6	6,3	6,1	5,8	9,5	8,7	19,4
Vale do Rio dos Bois	14,8	8,1	9,7	3,5	7,7	4,0	12,0	9,2	21,8
Meia Ponte	14,8	6,9	8,7	6,3	9,7	5,3	10,4	8,5	18,5
Pires do Rio	13,7	7,7	7,5	12,8	8,4	5,3	7,7	6,5	16,8
Catalão	17,6	7,7	7,4	5,1	5,9	6,7	10,4	8,6	17,8
Quirinópolis	15,5	8,8	8,4	5,2	10,5	8,0	10,3	11,0	17,3
Total UF	**16,9**	**10,2**	**9,8**	**7,6**	**10,3**	**6,3**	**12,7**	**10,8**	**20,3**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	Total		
	70/80	81/91	91/96
São Miguel do Araguaia	1.854	2.153	818
Rio Vermelho	1.321	1.425	482
Aragarças	1.366	1.907	1.146
Porangatu	4.807	8.389	2.672
Chapada dos Veadeiros	810	1.517	822
Ceres	2.311	2.889	975
Anápolis	6.857	7.944	3.552
Iporá	883	843	383
Anicuns	1.300	943	466
Goiânia	30.532	40.947	22.691
Vão do Paraná	1.560	2.225	962
Entorno de Brasília	14.142	47.754	39.960
Sudoeste de Goiás	4.872	9.956	4.142
Vale do Rio dos Bois	1.443	1.473	884
Meia Ponte	5.689	7.193	4.123
Pires do Rio	570	1.332	637
Catalão	1.622	2.646	1.115
Quirinópolis	3.412	3.058	1.124
Total UF	**85.351**	**144.594**	**86.954**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/ UNICAMP.

Tabela 16
Chefes de Família Imigrantes Interestaduais Economicamente Ativos segundo Inserção Produtiva
Estado de Goiás
70/80 e 81/91

Microrregião		São Miguel do Araguaia		Rio Vermelho		Aragarças		Porangatu		Chapada dos Veadeiros	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		5,0	10,5	3,5	9,0	8,1	13,4	4,1	6,0	2,2	9,3
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,4	15,3	1,1	2,0	1,1	5,5	0,4	2,4	0,0	5,9
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		1,4	1,3	1,4	3,5	2,0	1,9	5,0	1,6	5,5	2,2
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)		-	2,0	-	5,4	-	3,9	-	1,9	-	1,4
Empregado	Agricultura	12,0	2,0	15,0	2,5	13,8	1,4	6,8	1,5	5,5	0,8
	Pecuária	25,2	18,7	23,8	24,1	6,5	11,0	5,7	3,4	3,9	5,3
	Outros Agropecuários	1,5	1,1	2,9	3,4	0,4	0,4	1,7	0,7	2,4	2,3
	Indústria	7,0	9,4	10,3	7,6	9,0	6,8	21,4	23,2	12,6	10,7
	Comércio e Serviços	6,7	13,5	13,9	20,9	24,2	21,2	11,0	14,7	6,7	21,9
	Outros (mal definidos)	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		16,1	4,3	11,7	2,2	10,6	3,5	23,4	3,8	23,1	9,7
Autônomo ou Conta Própria Outros		17,0	16,6	10,4	16,0	17,9	19,1	13,6	34,2	32,0	21,0
Empregador		6,5	4,5	5,7	3,4	6,4	11,2	6,2	6,1	6,2	7,8
Sem Remuneração		0,3	0,9	0,2	0,0	0,0	0,6	0,7	0,0	0,0	1,6
Total		**1.895**	**2.026**	**1.324**	**1.251**	**1.089**	**1.658**	**4.602**	**7.664**	**875**	**1.380**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Ceres		Anápolis		Iporá		Anicuns		Goiânia	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		4,5	10,8	1,2	3,4	2,9	13,7	6,7	14,5	0,3	1,0
Parceiro ou Meeiro Empregado		1,2	3,4	2,6	2,1	2,2	1,8	6,2	4,0	0,1	0,9
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		6,6	1,6	2,2	1,1	3,5	5,7	11,9	7,3	0,3	0,3
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)		-	4,0	-	3,6	-	3,4	-	4,3	-	4,3
Empregado	Agricultura	9,9	2,1	5,1	0,8	14,5	1,4	7,3	0,8	1,5	0,2
	Pecuária	3,9	3,8	2,2	1,0	11,4	9,4	7,1	7,8	1,3	0,8
	Outros Agropecuários	0,3	1,0	0,3	0,6	1,0	0,0	0,5	0,0	0,3	0,3
	Indústria	9,3	14,3	15,9	15,7	5,7	4,6	6,4	5,3	22,3	21,3
	Comércio e Serviços	18,2	23,8	35,3	38,8	15,4	17,3	10,3	25,6	43,7	42,0
	Outros (mal definidos)	0,1	0,0	0,0	0,2	0,7	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		21,7	5,5	7,6	2,7	12,2	5,2	17,2	7,8	1,8	0,6
Autônomo ou Conta Própria Outros		19,9	22,9	21,1	24,0	23,6	31,3	19,3	16,4	21,8	22,4
Empregador		4,3	5,8	5,3	5,1	6,2	5,3	7,2	5,9	6,1	5,5
Sem Remuneração		0,1	1,2	1,2	0,9	0,6	0,9	0,0	0,4	0,4	0,3
Total		**2.151**	**2.486**	**5.576**	**6.692**	**682**	**769**	**989**	**794**	**21.544**	**34.857**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Vão do Paraná		Entorno de Brasília		Sudoeste de Goiás		Vale do Rio dos Bois		Meia Ponte	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		6,2	8,0	0,9	2,8	8,1	5,9	16,8	12,1	8,2	5,7
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,0	3,7	0,2	0,7	0,4	1,2	0,5	3,8	0,2	1,0
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		2,9	3,1	1,3	0,7	1,0	1,1	2,7	2,5	0,8	1,5
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)		-	3,7	-	5,7	-	2,3	-	2,3	-	4,2
Empregado	Agricultura	6,6	5,3	6,4	1,9	17,8	9,2	19,4	13,2	10,9	3,7
	Pecuária	9,6	10,6	4,0	1,6	9,0	9,8	15,4	15,9	9,0	7,4
	Outros Agropecuários	2,8	1,5	1,1	0,5	1,0	1,9	2,6	2,2	1,1	1,4
	Indústria	9,7	6,0	23,0	14,0	8,0	11,4	7,3	14,6	15,3	18,7
	Comércio e Serviços	9,0	20,9	34,4	43,3	20,1	24,6	7,9	12,1	26,1	28,3
	Outros (mal definidos)	0,8	0,6	0,5	0,2	0,1	0,7	0,0	2,0	0,1	0,3
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		28,6	10,0	6,3	1,6	12,1	5,4	11,1	4,5	5,9	4,5
Autônomo ou Conta Própria Outros		17,6	20,6	20,1	23,1	15,4	16,7	11,4	11,7	14,1	15,4
Empregador		3,9	5,9	1,6	3,7	6,9	9,1	4,9	3,0	7,8	7,7
Sem Remuneração		2,2	0,0	0,2	0,1	0,1	0,5	0,0	0,0	0,3	0,1
Total		**1.555**	**2.029**	**13.804**	**40.472**	**4.770**	**9.311**	**1.380**	**1.320**	**5.675**	**6.331**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Pires do Rio		Catalão		Quirinópolis		Total	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		0,0	3,9	0,6	8,8	9,8	6,4	3,3	3,9
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,0	0,0	1,6	0,5	0,2	0,8	0,6	1,5
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		2,3	1,3	1,6	0,8	2,3	0,4	1,7	1,0
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)		-	1,4	-	1,6	-	5,1	-	4,2
Empregado	Agricultura	7,3	9,3	5,8	5,0	7,8	2,0	6,9	2,3
	Pecuária	5,5	7,0	7,1	7,6	16,7	16,1	5,9	3,6
	Outros Agropecuários	0,9	0,2	5,6	2,7	2,5	4,7	1,1	0,8
	Indústria	8,3	8,1	35,9	12,3	9,4	9,4	17,8	16,2
	Comércio e Serviços	41,1	21,6	19,3	30,0	15,5	20,0	29,5	35,6
	Outros (mal definidos)	0,0	0,0	1,0	0,7	0,2	0,6	0,2	0,3
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		11,7	6,9	6,5	5,7	8,7	5,9	8,5	2,6
Autônomo ou Conta Própria Outros		10,8	25,7	10,0	17,5	17,0	16,8	18,8	22,3
Empregador		8,9	12,4	4,4	6,9	9,5	11,7	5,4	5,5
Sem Remuneração		3,2	2,2	0,8	0,0	0,3	0,0	0,4	0,3
Total		**436**	**1.174**	**1.472**	**2.437**	**3.253**	**2.686**	**73.072**	**122.651**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

* Os dados para a categoria "Trabalhador Doméstico" não são possíveis de serem obtidos para o período 70/80, em função desta ter sido incorporada apenas no Censo Demográfico de 1991

Tabela 17
Chefes de Família Migrantes segundo Escolaridade, por Microrregiões
Estado de Goiás
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Sem Instrução			Primário Incompleto			Ginásio Incompleto		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
São Miguel do Araguaia	50,9	25,9	19,6	22,5	24,7	28,4	19,9	27,3	25,9
Rio Vermelho	34,7	21,4	17,8	27,1	21,5	26,1	25,6	33,5	30,7
Aragarças	34,2	21,5	17,7	22,6	20,7	18,7	26,6	38,4	30,2
Porangatu	33,0	23,7	13,2	27,7	21,9	19,7	24,8	29,7	31,2
Chapada dos Veadeiros	40,1	17,5	17,0	28,3	21,4	19,7	20,0	30,2	24,2
Ceres	36,9	17,9	15,8	25,8	19,2	21,3	23,1	36,1	29,8
Anápolis	27,5	13,9	9,5	21,2	12,9	14,4	27,9	29,2	28,5
Iporá	34,9	12,1	17,4	26,9	20,4	21,4	25,0	42,5	32,8
Anicuns	42,1	23,8	20,2	24,2	26,1	24,2	26,5	29,1	29,2
Goiânia	25,0	12,3	9,1	17,4	16,6	15,6	28,3	29,6	29,3
Vão do Paraná	50,3	30,8	25,7	21,7	21,2	23,3	20,3	23,7	24,7
Entorno de Brasília	35,5	18,1	13,1	19,2	17,3	21,1	26,0	32,7	35,2
Sudoeste de Goiás	36,2	17,7	13,9	23,8	19,6	22,9	24,2	33,0	30,6
Vale do Rio dos Bois	41,8	27,9	24,5	27,2	26,3	30,5	21,7	29,2	27,7
Meia Ponte	32,0	17,4	12,0	24,9	18,6	20,2	28,1	32,2	32,2
Pires do Rio	20,3	9,4	12,4	18,7	21,2	17,6	34,5	35,0	29,1
Catalão	19,8	13,4	9,1	23,0	17,3	19,2	31,2	31,0	32,5
Quirinópolis	34,7	19,2	14,2	31,9	24,8	24,1	23,9	32,0	32,4
Total UF	**31,8**	**16,8**	**12,4**	**21,5**	**18,1**	**19,5**	**26,4**	**31,3**	**32,2**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	2º Grau Incompleto			2º Grau Completo ou mais		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
São Miguel do Araguaia	3,8	10,6	11,1	2,7	10,5	12,7
Rio Vermelho	6,0	7,7	8,7	6,4	15,6	15,6
Aragarças	6,8	10,9	16,3	9,0	8,3	15,9
Porangatu	5,2	10,4	13,7	8,2	13,8	20,5
Chapada dos Veadeiros	4,8	12,2	11,4	4,5	18,7	24,8
Ceres	5,3	10,4	12,6	8,4	16,0	18,2
Anápolis	9,1	16,3	15,8	13,6	27,2	30,8
Iporá	5,4	7,6	12,8	7,8	17,5	14,8
Anicuns	3,4	4,7	9,7	3,5	14,3	14,8
Goiânia	9,6	13,7	15,6	19,2	27,5	29,1
Vão do Paraná	3,8	9,3	10,3	3,3	13,9	12,8
Entorno de Brasília	8,7	15,3	15,1	10,0	16,2	14,2
Sudoeste de Goiás	5,4	9,7	12,4	9,7	19,6	18,5
Vale do Rio dos Bois	3,6	5,5	6,0	4,7	10,5	10,2
Meia Ponte	5,6	9,9	13,8	8,8	21,3	20,5
Pires do Rio	9,0	13,6	14,3	17,4	20,8	25,6
Catalão	9,0	17,0	12,9	16,5	21,0	25,6
Quirinópolis	4,3	10,7	11,1	5,0	13,0	15,6
Total UF	**7,5**	**13,2**	**14,6**	**12,1**	**20,2**	**19,8**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	Alfabetização de Adultos 70/80	Alfabetização de Adultos 81/91	Menos de 1 ano 91/96	Não determinado 70/80	Não determinado 81/91	Ignorado 91/96
São Miguel do Araguaia	0,1	1,0	1,3	-	0,0	1,0
Rio Vermelho	0,2	0,4	0,4	-	0,0	0,6
Aragarças	0,8	0,2	0,4	-	0,0	0,8
Porangatu	1,1	0,3	1,2	-	0,1	0,4
Chapada dos Veadeiros	2,4	0,0	2,2	-	0,0	0,8
Ceres	0,5	0,4	1,8	-	0,0	0,4
Anápolis	0,8	0,4	0,3	-	0,2	0,7
Iporá	0,0	0,0	0,8	-	0,0	0,0
Anicuns	0,3	2,0	0,9	-	0,0	1,1
Goiânia	0,5	0,3	0,5	-	0,0	0,9
Vão do Paraná	0,7	1,1	2,3	-	0,0	0,9
Entorno de Brasília	0,5	0,3	0,7	-	0,1	0,6
Sudoeste de Goiás	0,6	0,4	0,8	-	0,0	0,9
Vale do Rio dos Bois	1,0	0,6	0,7	-	0,0	0,5
Meia Ponte	0,6	0,4	0,5	-	0,2	0,8
Pires do Rio	0,0	0,0	0,6	-	0,0	0,3
Catalão	0,6	0,3	0,1	-	0,0	0,7
Quirinópolis	0,1	0,3	1,2	-	0,0	1,5
Total UF	**0,6**	**0,3**	**0,7**	**-**	**0,0**	**0,7**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Em termos educacionais, se se compara as décadas de 70 e 80 (Tabela 17), percebe-se uma elevação bastante considerável nos níveis de instrução dos migrantes na região analisada. A migração de pessoas com níveis mais altos de escolaridade quase duplicou de uma década para a outra. Vale chamar a atenção para a microrregião de Anápolis, cujos índices de todas as categorias são muito próximos aos da capital Goiânia em todas as décadas. Estes dados mais uma vez reforçam a transformação do perfil do migrante em Goiás nos anos 80, que vem se confirmando nos primeiros anos da década procedente.

Características da Atividade Agropecuária

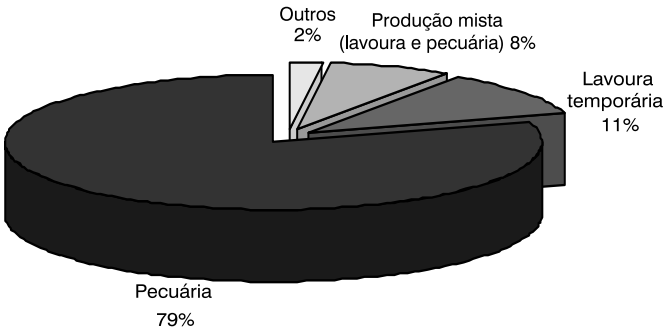
Demonstrou-se anteriormente que existe uma íntima relação entre o comportamento migratório e as características da atividade agropecuária na região Centro-Oeste. Dessa forma, para melhor compreender os processos em cada um dos Estados analisados é importante, mesmo que sucintamente, recuperar o comportamento, ao nível da microrregião, dos mesmos indicadores utilizados anteriormente para a caracterização do Estado.

Como já se salientou, foi na década de 70, com o processo de modernização, que se modificaram as técnicas utilizadas para a exploração agropecuária em Goiás. A implantação da agroindústria neste Estado deu-se em momento anterior

aos outros Estados do Centro-Oeste. Nos anos 80, a produção de grãos e oleaginosas cresceu significativamente em decorrência de tal processo. Estimativas do SEADE (Sensor Rural)[31] indicam que atualmente 77% da área cultivada no Estado são dedicados à produção de milho e da soja, demandando 57% da mão-de-obra total da força de trabalho agrícola[32]. Estas culturas, e também outras que têm crescido em importância, como o algodão, são culturas altamente mecanizadas, com preponderância de mão-de-obra especializada (tratoristas e operadores de máquinas) e, portanto, criam em termos diretos poucas oportunidades de emprego.

Contudo, como mostra o Gráfico 6, mesmo com todas as mudanças oriundas do processo de modernização, e o conseqüente crescimento do espaço ocupado pelas lucrativas plantações de milho e, sobretudo, a soja, o Estado de Goiás continua com grande parte de sua área ocupada pela pecuária (79%). Esta atividade, praticada de maneira extensiva na região, implica obviamente na existência, no Estado, de uma alta concentração de terras. Além disso, trata-se de uma atividade bastante agressiva do ponto de vista ambiental. Com base nos dados da Tabela 18, observa-se o alto percentual da área ocupada por pastagens plantadas, o que remete a pensar que, na mesma proporção, a vegetação natural foi destruída para dar lugar à atividade pecuária.

Gráfico 6
Área dos Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica
Estado de Goiás
95/96



Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário 1995/1996.

[31] Informações encontradas no *site* da Fundação Seade: www.seade.gov.br no link Sensor Rural.
[32] Ver notas metodológicas para a estimativa da demanda da força de trabalho agrícola no *site* acima descrito.

Tabela 18
Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total e Utilização de Terras (Hectare)
Estado de Goiás
95/96

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Lavouras			Pastagens	
	Permanentes	Temporárias	Temporárias em Descanso	Naturais	Plantadas
Menos de 10 ha	3,9	0,8	0,4	0,2	0,2
10 a menos de 100 ha	33,0	10,8	10,1	8,7	9,2
100 a menos de 1000 ha	47,1	47,0	43,7	44,3	44,7
1000 a menos de 10000 ha	16,0	39,2	42,4	40,1	41,6
10.000 a menos de 100.000 ha	0,0	2,2	3,4	6,1	3,8
100.000 ha e mais	0,0	0,0	0,0	0,6	0,4
Total (ha)	**55.787**	**2.119.066**	**257.641**	**5.137.285**	**14.267.411**

(continua)

(continuação)

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Matas e Florestas		Produtivas não utilizadas	Terras inaproveitáveis	Total
	Naturais	Plantadas			
Menos de 10 ha	0,1	0,0	0,2	0,4	0,3
10 a menos de 100 ha	6,0	1,0	6,9	9,9	8,8
100 a menos de 1000 ha	39,5	2,8	41,5	40,7	43,7
1000 a menos de 10000 ha	45,7	41,4	44,7	40,7	41,7
10.000 a menos de 100.000 ha	6,3	54,8	6,8	7,6	4,8
100.000 ha e mais	2,5	0,0	0,0	0,7	0,7
Total (ha)	**3.774.654**	**72.652**	**545.549**	**1.242.602**	**27.472.648**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996.

O peso da pecuária no Estado também fica muito claro quando se observa a distribuição do pessoal ocupado registrado pelo Censo Agropecuário de 95/96. Na verdade, embora com claras variações regionais, constata-se que, em Goiás, mais de dois terços dos trabalhadores ligados à agropecuária se dedicavam àquele tipo de atividade. No entanto, é ainda importante o percentual de pessoas exercendo trabalho assalariado temporário, particularmente em regiões como Ceres, Meia Ponte, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois, fato que mostra que existem ainda áreas no Estado onde as possibilidades de inserção do trabalhador rural são mais diversificadas e, portanto, com maior potencial de retenção demográfica.

Tabela 19
Pessoal ocupado em Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica (Pessoas)
Estado de Goiás
95/96

Microrregiões	Grupos de Atividade Econômica								
	Lavoura Temporária	Horticultura e Produtos de Viveiro	Lavoura Permanente	Pecuária	Produção Mista (lavoura e pecuária)	Silvicultura e Exploração Florestal	Pesca e Aquicultura	Produção de Carvão Vegetal	Total UF
Anápolis	15,5	4,9	4,0	56,3	19,1	0,2	0,0	0,0	41.490
Anicuns	13,1	0,7	1,7	68,6	15,6	0,2	0,1	0,0	20.383
Aragarças	3,1	0,3	1,2	87,3	6,9	0,7	0,1	0,4	8.668
Catalão	17,2	0,4	0,8	67,1	13,0	0,7	0,0	0,9	18.228
Ceres	21,5	0,3	1,4	58,6	15,7	0,1	0,0	2,3	47.626
Chapada dos Veadeiros	15,1	0,1	2,0	61,8	19,3	0,6	-	1,0	12.024
Entorno de Brasília	15,0	0,9	2,6	64,9	15,9	0,2	0,1	0,4	42.451
Goiânia	12,2	6,9	3,1	64,8	12,7	0,2	0,2	-	28.123
Iporá	2,9	0,4	0,4	87,2	8,5	0,2	0,0	0,3	13.245
Meia Ponte	23,0	0,4	1,0	64,2	11,2	0,1	0,1	0,0	41.537
Pires do Rio	11,3	0,8	1,7	71,0	14,3	0,7	0,1	0,2	21.828
Porangatu	7,0	0,5	1,0	74,6	15,0	1,1	0,0	0,9	37.166
Quirinópolis	11,5	0,2	0,1	83,0	4,8	0,1	-	0,2	18.236
Rio Vermelho	7,4	0,5	1,0	83,7	6,9	0,4	-	0,0	19.470
São Miguel do Araguaia	3,2	0,3	0,8	86,8	7,8	0,9	0,1	0,0	16.124
Sudoeste de Goiás	35,2	0,7	0,7	55,5	7,0	0,5	0,0	0,3	43.953
Vale do Rio dos Bois	26,9	0,7	0,7	61,5	10,0	0,1	0,1	0,0	24.096
Vão do Paranã	9,8	0,3	2,2	68,6	16,4	1,2	0,0	1,5	17.009
Total UF	**16,4**	**1,3**	**1,6**	**67,0**	**12,8**	**0,4**	**0,1**	**0,5**	**471.657**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

De qualquer forma, os dados apresentados, mesmo que indiretamente, mostram que as possibilidades de inserção nas atividades agrícolas são muito reduzidas no Estado. De fato, entre 1992 e 1997, a PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas continuava crescendo, em contrapartida à diminuição da ocupação em atividades agrícolas (Balsadi, 2000). Esta redução, que tem sido explicada em termos do desmanche da política agrária, da abertura comercial dos anos 90 e da continuidade do processo de modernização (Estevam, 1997), ajuda a entender os crescentes conflitos por terra na região e o desaparecimento de algumas categorias sociais, como os agregados e meeiros.

> As transformações radicais pelas quais passou a agricultura goiana, resultantes do processo de modernização produtiva regional, fizeram com que a produção agrícola exercesse papel preponderante na geração de excedentes destinados a mercados locais, nacionais e externos. Os centros de distribuição e negociação dos produtos agropecuários localizaram-se na rede urbana; foram implantadas agroindústrias de transformação alimentar notadamente na periferia e nos centros maiores e evidentemente uma nova composição na estrutura produtiva foi se consolidando na região *(Estevam, 1997: 163).*

Não há como negar, portanto, que esta nova configuração produtiva, que trouxe desestabilização e rearranjos, transformou muito as estruturas sociais no Estado de Goiás, o que não poderia deixar de afetar a dinâmica e o perfil migratório para a região, particularmente no que se refere ao caráter concentrado do fenômeno em algumas poucas regiões de maior grau de desenvolvimento urbano.

II.2. Mato Grosso do Sul

A história deste Estado confunde-se com a história de Mato Grosso até 1979, quando este último é dividido para criar-se o Estado de Mato Grosso do Sul. Seu desenvolvimento também se iniciou com a extração de metais preciosos no século XVIII. Com a decadência do período de mineração, sua economia passou a basear-se na cultura da cana, mas sobretudo na pecuária. Já no século XIX, o porto fluvial de Corumbá apresenta-se como importante entreposto comercial, fazendo com que as fazendas da região merecessem certo destaque econômico.

Na metade do século XIX, há a ocupação do território com boiadeiros do Vale do São Francisco, Minas Gerais e São Paulo, que traziam rebanhos em busca de pastagens. A Guerra do Paraguai também acelera esse processo. A pecuária bovina persiste como base econômica até fins do século XIX, quando surgiu a exploração da erva mate nativa.

A exploração da erva era monopólio da Cia. Mate Laranjeira. Esta companhia realizou uma série de investimentos em infra-estrutura. Também houve incremento populacional por causa da exploração da erva, que atraiu contingentes migratórios para servir como mão-de-obra. Em 1914, a necessidade de ocupar o território determinou a construção da ferrovia Bauru (SP) - Corumbá (MT), o que viabilizou a exportação de couro e carne bovina.

Em meados do século XX, são implantados programas de colonização. Nos anos de 1970 a modernização agrícola e a migração intensificam a ocupação econômica dessa área, principalmente com arroz de sequeiro e pecuária de corte extensivo. No entanto, essas atividades são gradativamente substituídas pela soja e por pastagens artificiais. O arroz é utilizado no início como maneira de reduzir custos para a formação de tais pastagens.

De acordo com Verruck (1990), essa fase gerou aumento populacional nas áreas urbanas e rurais. Também neste período, reduz-se definitivamente o dinamismo de Corumbá e o fortalecimento de Campo Grande.

Neste contexto de expansão para o oeste através dos processos descritos, chamando atenção para a abertura da ferrovia que atingiu Corumbá, e também de rodovias, é que nasce o Estado de Mato Grosso do Sul em 1979.

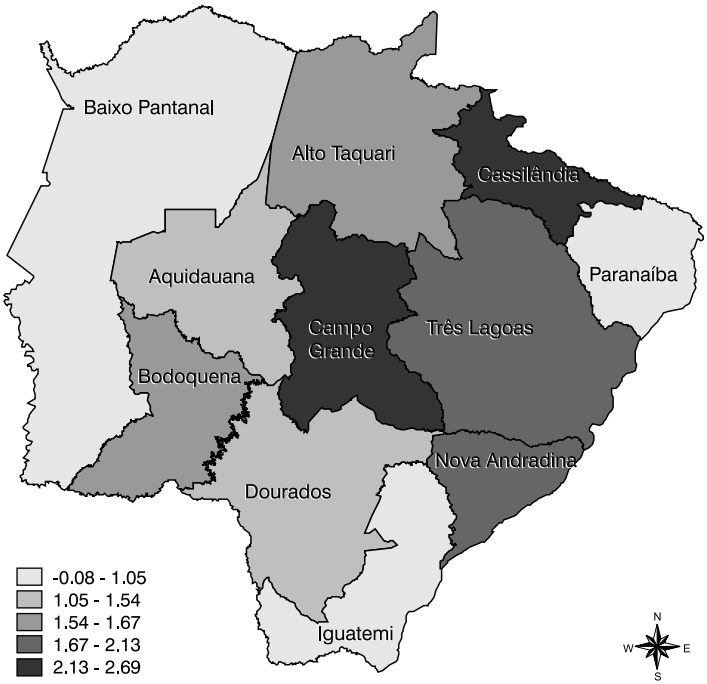
Tabela 20
População e Taxa de Crescimento Demográfico por Microrregiões
Estado de Mato Grosso do Sul
1970, 1980, 1991 e 2000

Microrregiões	População Total				Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1.970	1.980	1.991	2.000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Alto Taquari	56.949	76.720	90.250	104.125	3,02	1,49	1,60
Aquidauana	55.223	70.830	88.131	98.154	2,52	2,01	1,20
Baixo Pantanal	101.264	101.626	113.088	124.236	0,04	0,98	1,05
Bodoquena	57.784	70.795	86.183	100.064	2,05	1,80	1,67
Campo Grande	182.895	338.293	575.203	722.357	6,34	4,94	2,56
Cassilândia	15.046	21.635	37.160	47.197	3,70	5,04	2,69
Dourados	222.330	302.582	355.318	407.748	3,13	1,47	1,54
Iguatemi	139.057	209.870	203.588	202.096	4,20	-0,28	-0,08
Nova Andradina	43.240	52.237	60.915	73.626	1,91	1,41	2,13
Paranaíba	51.779	61.770	65.037	70.771	1,78	0,47	0,94
Três Lagoas	72.644	86.661	103.868	124.901	1,78	1,66	2,07
Total	**998.211**	**1.393.019**	**1.778.741**	**2.075.275**	**3,39**	**2,25**	**1,73**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tal processo se reflete, em primeiro lugar, nas tendências demográficas das microrregiões do sul de Mato Grosso. De fato, ao se observar as taxas de crescimento da população dessas áreas percebe-se que, enquanto ainda na década de 70 a maior parte do Estado crescia a ritmos significativos com destaque para Campo Grande, Alto Taquari (ao norte) e Iguatemi (ao sul), nos anos 90, registra-se uma importante redução do crescimento demográfico do Estado, com exceção da região de Campo Grande e algumas microrregiões de menor contingente populacional. Em termos demográficos, tal tendência se explica, como será visto, pelo crescimento da emigração, particularmente aquela dirigida para São Paulo e aquela resultante da continuidade da "marcha para o oeste", que beneficiou, sem dúvida nenhuma, o Estado de Mato Grosso e, em menor medida, Goiás.

Mapa 3
Taxas Médias Anuais de Crescimento segundo Microrregiões
Estado de Mato Grosso do Sul
1991/2000



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 21
Imigração e Emigração por Microrregiões
Estado de Mato Grosso do Sul
70/80, 81/91, 91/96

Microrregiões	Migração Interestadual					Migração Intra-estadual		
	Imigrantes			Emigrantes		Imigrantes		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	70/80	81/91	91/96
Mun. não decl. e mal def.	-	-	-	4,1	3,6	-	-	-
Baixo Pantanal	3,0	3,0	3,9	4,7	3,7	3,0	2,2	3,5
Aquidauana	2,2	1,6	1,9	2,6	2,2	6,8	7,4	4,9
Alto Taquari	4,4	6,0	6,3	3,3	5,9	6,3	5,6	5,7
Campo Grande	20,5	36,3	36,4	16,0	22,4	41,5	42,5	33,6
Cassilândia	1,6	3,3	3,1	1,5	3,2	0,9	2,2	2,7
Paranaíba	4,0	4,1	4,9	5,5	4,5	1,8	1,7	2,6
Três Lagoas	7,6	9,3	8,7	9,0	6,1	5,8	5,4	7,1
Nova Andradina	5,2	4,1	4,4	6,1	4,3	3,3	3,6	4,6
Bodoquena	1,4	2,0	2,1	1,5	2,3	5,2	6,8	5,6
Dourados	24,1	15,7	15,2	23,5	20,9	16,3	15,0	19,0
Iguatemi	26,0	14,7	13,0	22,3	20,9	9,1	7,5	10,7
Total	**291.766**	**262.615**	**95.300**	**204.669**	**237.430**	**156.281**	**175.922**	**108.471**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	Migração Intra-estadual		Índice de Eficácia Migratória			
	Emigrantes		Interestadual		Intra-estadual	
	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Mun. não decl. e mal def.	11,7	12,0	-	-	-	-
Baixo Pantanal	6,7	6,5	0,0	-0,1	-0,4	-0,5
Aquidauana	8,3	8,7	0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Alto Taquari	5,4	5,0	0,3	0,1	0,1	0,1
Campo Grande	11,4	11,7	0,3	0,3	0,6	0,6
Cassilândia	1,3	1,5	0,2	0,1	-0,2	0,2
Paranaíba	2,4	2,8	0,0	0,0	-0,1	-0,2
Três Lagoas	4,0	4,7	0,1	0,3	0,2	0,1
Nova Andradina	4,3	4,6	0,1	0,0	-0,1	-0,1
Bodoquena	7,1	7,9	0,1	0,0	-0,2	-0,1
Dourados	23,7	21,4	0,2	-0,1	-0,2	-0,2
Iguatemi	13,7	13,3	0,2	-0,1	-0,2	-0,3
Total	**156.281**	**175.922**	**0,2**	**0,1**	**0,0**	**0,0**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Este comportamento pode ser melhor entendido ao se observar o papel da migração em cada uma das microrregiões, bem como suas características. Como já se mostrou anteriormente, as tendências do crescimento demográfico do Estado possuem um claro rebatimento no comportamento migratório das microrregiões.

Observando os IEMs relativos à migração interestadual para as microrregiões do Estado de Mato Grosso do Sul, percebe-se que, na década de 70, os maiores IEMs ficam em torno de 0,3, confirmando a pouca atratividade do Estado. Assim como em Goiás, a imigração interestadual, ao longo do período considerado, concentrou-se ainda mais fortemente em algumas microrregiões, principalmente em Campo Grande (20,5% nos anos 70 e 36% nos anos 80 e 90), Iguatemi (26%, 15% e 13%) e Dourados (24% e 15,5%, para os dois períodos procedentes) e, em menor medida, Três Lagoas (7,5%, 9% e 8,5%), justamente aquelas com maior desenvolvimento e diversificação das atividades urbanas.

Note-se que, no caso de Iguatemi e Três Lagoas, existe uma grande proximidade com as fronteiras, respectivamente do Paraná e São Paulo, fato que reflete na composição da migração segundo origem. Assim, enquanto na primeira microrregião cerca de 74% dos imigrantes, na década de 70, e 58%, na década de 80, apresentaram como residência anterior o Estado do Paraná, na segunda, 76% e 62%, respectivamente, eram provenientes de São Paulo.

Mesmo contando apenas com os dados de imigração para 1996, tem-se idéia da importância das regiões de Campo Grande, Dourados, Iguatemi e, em menor medida, Três Lagoas, todas mantendo-se praticamente inalteradas, não deixando dúvidas, portanto, do maior dinamismo relativo dessas áreas no Estado de Mato Grosso do Sul.

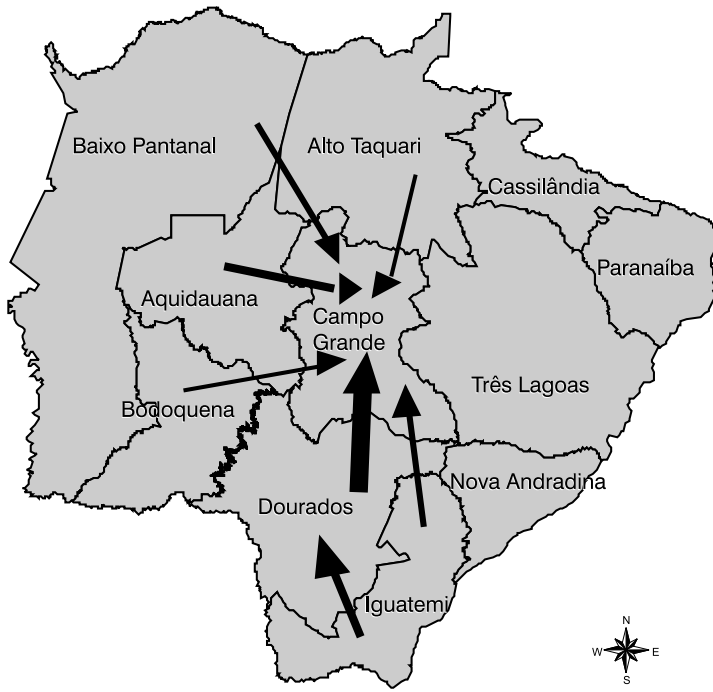
Do ponto de vista de emigração, a tabela anterior deixa claro que as microrregiões de Campo Grande, Dourados e Iguatemi são as principais áreas de onde partem os migrantes que rumam para fora do Estado de Mato Grosso do Sul. Quanto aos destinos desses indivíduos, vale lembrar que os dados já analisados mostraram que as direções mais freqüentes foram os Estados de São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Paraná (Tabela 3).

A mesma superioridade apresentada por Campo Grande quanto à imigração interestadual pode ser constatada quando a análise se volta para os movimentos populacionais ocorridos no interior do Estado do Mato Grosso do Sul. Nos anos 70, dos quase 156 mil imigrantes que mudaram ao menos uma vez de município durante a década, 41,5% foram para Campo Grande, tendo este percentual crescido para 42,5% na década de 80, quando o volume de movimentos intra-estaduais também sofreu significativo aumento (176 mil). Além disso, como mostra a Tabela 21, Campo Grande teve o maior IEM do Estado: 0,6, tanto na década de 70 como na de 80, o que atesta o seu poder de atração não apenas

com relação aos imigrantes que chegam ao Estado, mas, principalmente, no que diz respeito aos que mudaram sua residência dentro de Mato Grosso do Sul.

Embora tenha também apresentado um importante volume de emigração intra-estadual nos anos 70 e 80, pode-se dizer que essa microrregião se constituiu no grande pólo de atração migratória interna do Estado, fato que se traduziu em uma taxa de crescimento demográfico nos anos 70 e 80 bem superior às das demais microrregiões (Mapa 4). Como demonstra ainda a Tabela 21, nenhuma outra área do Mato Grosso do Sul teve comportamento sequer próximo a Campo Grande. Apesar de ter havido uma mobilidade significativa entre microrregiões como, por exemplo, aquela registrada entre Iguatemi e Dourados, Bodoquena e Dourados, etc., Campo Grande praticamente concentrou a maior parte dos movimentos intra-estaduais e acumulou os principais ganhos líquidos nessas trocas populacionais.

Mapa 4
Principais Fluxos de Migração Intra-estadual segundo Microrregiões
Estado de Mato Grosso do Sul
1980/1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Assim sendo, avaliados conjuntamente, os dados sobre imigração interestadual e intra-estadual permitem deduzir que para o Mato Grosso do Sul a microrregião de Campo Grande constituiu-se no único grande pólo de atração migratória em todos os níveis, sendo que Dourados e Iguatemi, apesar de áreas de atração no plano interestadual, atuam também como áreas de redistribuição populacional no plano interno.

A Tabela 22 mostra que embora tendo se reduzido significativamente, a migração com destino rural teve um papel importante no processo migratório do Estado. Na verdade, percebe-se que em várias microrregiões ainda nos anos 90 – quando já no Brasil e mesmo no Centro-Oeste o destino rural era bem pouco significativo – um percentual importante dos imigrantes interestaduais se dirigiam para o campo, como no caso de Três Lagoas (33,3%), Iguatemi (28,5%), Aquidauana (28,2%), etc. O que chama a atenção e talvez dê uma especificidade ao Estado em termos do fenômeno migratório é o fato de que justamente as duas principais áreas de atração (Três Lagoas e Iguatemi) são as que maior incidência de migração rural possuem. Isso mostra a importância que ainda nos anos 90 tinham as atividades rurais como elemento de atração da população para Mato Grosso do Sul.

Tabela 22
Migrantes Interestaduais segundo Área de Destino: Urbana e Rural, por Microrregiões
Estado de Mato Grosso do Sul
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Baixo Pantanal	89,1	86,2	95,0	10,9	13,8	5,0
Aquidauana	50,0	68,8	71,8	50,0	31,2	28,2
Alto Taquari	47,4	75,5	82,2	52,6	24,5	17,8
Campo Grande	90,6	95,3	96,5	9,4	4,7	3,5
Cassilândia	56,4	62,2	76,1	43,6	37,8	23,9
Paranaíba	47,9	63,3	74,2	52,1	36,7	25,8
Três Lagoas	52,5	59,1	66,7	47,5	40,9	33,3
Nova Andradina	48,0	58,7	72,5	52,0	41,3	27,5
Bodoquena	50,4	61,7	78,8	49,6	38,3	21,2
Dourados	66,6	80,8	85,4	33,4	19,2	14,6
Iguatemi	47,4	57,7	71,5	52,6	42,3	28,5
Total UF	**62,8**	**76,9**	**84,4**	**37,2**	**23,1**	**15,6**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

As Características da Migração

Já se mostrou que, mesmo com a redução significativa da migração para Mato Grosso do Sul a partir dos anos 70, boa parte da migração ainda tem destino rural, fato que associado ao perfil de sua economia – muito baseada na pecuária – permite compreender um pouco melhor a composição etária da sua imigração que, com clara concentração nos adultos jovens e crianças entre 5 e 14 anos, aponta para maior incidência de famílias.

No entanto, é visível como a seletividade migratória em termos etários torna-se mais marcada a partir dos anos 80, justamente quando o "tempo" do Estado enquanto área de expansão de fronteira já havia praticamente se esgotado. Na verdade, como já se comentou anteriormente, o formato das pirâmides etárias dos imigrantes, principalmente no período 1991/96, sugere uma redução significativa da migração familiar em favor da migração individual ou de casais sem filhos, situação típica dos processos de "urbanização" dos movimentos migratórios que, no caso de áreas de fronteira, tende a coincidir com o arrefecimento do fluxos populacionais e/ou uma intensificação do movimento em direção a novas áreas.

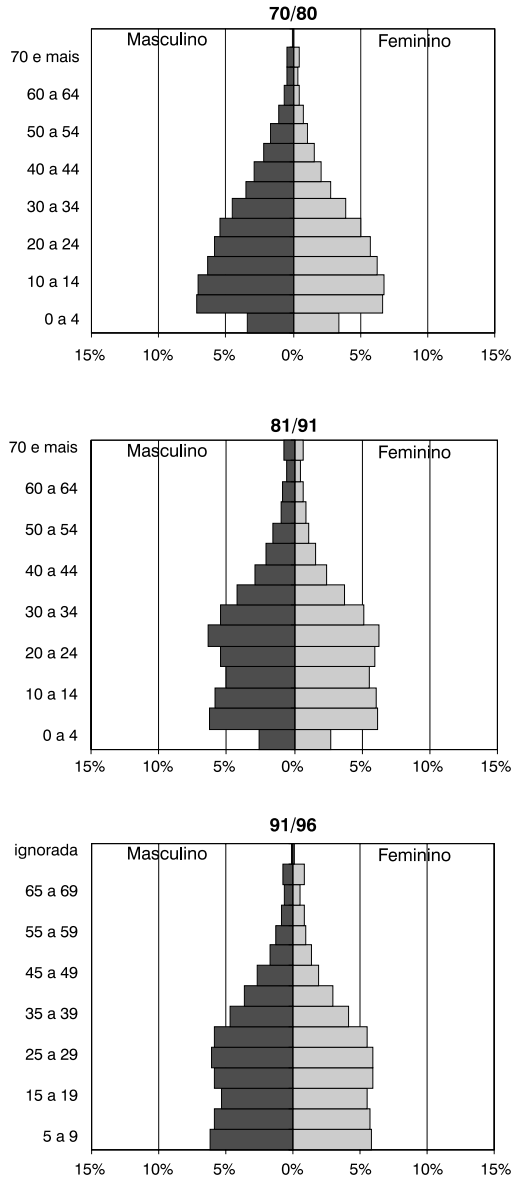
Nesse sentido, é interessante observar na Tabela 23 que o perfil da migração quanto ao "tipo de família" pouco varia entre as microrregiões, muito embora chamem a atenção os percentuais acima da média estadual de famílias de chefes migrantes do tipo "casal com filhos", justamente naquelas áreas onde a migração de destino rural se mostrou mais importante como, por exemplo, nas microrregiões de Iguatemi, Nova Andradina e Três Lagoas. Tal constatação apenas corrobora a especificidade da migração de destino rural em termos etários.

Em termos da inserção produtiva dos migrantes nas atividades primárias, os dados da Tabela 24 deixam claro, uma vez mais, a tendência em todas as microrregiões de "terceirização" da mão de obra em detrimento, por exemplo, da inserção nas atividades do setor primário, em particular, na categoria "autônomos ou conta própria na agropecuária".

Contudo, merecem destaque as microrregiões de Bodoquena e, uma vez mais, a de Iguatemi que, mesmo apresentando uma pequena queda da participação de migrantes nessa categoria ocupacional, mantiveram níveis dos mais elevados.

Levando em conta o caso desta última microrregião, percebe-se que a relação entre a migração e inserção via pequena propriedade familiar parece ser uma das poucas alternativas para manter a população longe dos grandes centros urbanos. Com efeito, as várias constatações feitas para esta região, ou seja, a importância do volume e composição familiar da imigração, a relevância do destino rural e, agora, da maior incidência de migrantes "autônomos", parecem fechar uma equação que, de certa forma, foi a que permitiu uma ocupação tão expressiva de boa parte do Centro-Oeste brasileiro.

Gráfico 7
Pirâmide Etária dos Migrantes
Estado de Mato Grosso do Sul
70/80, 81/91 e 91/96



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 23
Famílias de Chefes Migrantes Interestaduais segundo Tipo por Microrregiões
Estado de Mato Grosso do Sul
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Individual			Casal sem Filhos			Casal com Filhos			Estendida			Chefe com Filhos			Outros			Total		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Baixo Pantanal	12,5	10,6	26,0	11,3	12,1	22,7	49,7	50,4	28,7	10,9	8,5	6,2	9,3	11,4	3,7	6,3	7,1	12,7	2.759	2.830	1.332
Aquidauana	8,7	4,7	19,2	11,1	18,4	23,0	59,5	57,0	29,8	7,5	8,2	7,8	5,8	5,4	5,5	7,4	6,4	14,7	1.941	1.582	640
Alto Taquari	16,0	11,6	19,7	10,1	12,1	19,9	54,1	53,4	31,5	9,9	7,0	8,8	3,4	6,5	4,9	6,5	9,4	15,2	3.712	4.838	1.907
Campo Grande	12,9	10,8	20,5	10,4	11,8	17,3	50,5	50,5	28,8	12,2	7,6	9,7	6,9	8,9	5,9	7,1	10,4	17,8	17.480	28.875	11.214
Cassilândia	12,6	7,0	24,1	9,5	13,8	19,7	52,7	56,2	28,8	11,7	6,0	6,8	4,8	5,3	4,0	8,7	11,6	16,6	1.185	2.580	1.009
Paranaíba	12,0	10,0	20,9	11,8	11,1	20,8	53,9	52,7	29,7	10,6	7,9	7,2	6,2	10,5	6,4	5,7	7,8	15,0	2.919	3.101	1.564
Três Lagoas	13,4	15,3	19,0	10,0	10,1	20,4	57,0	48,9	32,9	7,7	8,2	7,8	5,7	7,3	4,9	6,2	10,3	15,0	5.573	7.239	2.698
Nova Andradina	8,4	9,4	16,7	9,6	10,2	21,6	62,7	53,3	35,4	7,0	9,0	7,9	7,0	9,5	4,8	5,3	8,6	13,5	4.152	3.403	1.290
Bodoquena	12,5	16,8	18,6	10,8	13,4	23,2	54,4	51,9	29,9	12,2	8,4	7,2	4,1	3,5	3,3	6,0	5,9	17,8	1.519	2.234	690
Dourados	9,2	8,8	23,5	10,1	10,4	17,2	60,4	56,4	29,7	11,0	9,0	7,1	4,3	7,9	5,3	5,1	7,7	17,1	19.277	12.980	4.761
Iguatemi	6,4	6,2	13,3	9,7	11,2	17,2	64,2	60,4	34,7	9,5	7,9	13,4	5,0	8,0	6,3	5,0	6,4	15,1	17.851	13.028	3.420
Total UF	**10,3**	**10,0**	**20,1**	**10,2**	**11,5**	**18,6**	**57,8**	**53,5**	**30,5**	**10,4**	**7,9**	**9,0**	**5,5**	**8,2**	**5,5**	**5,9**	**8,8**	**16,3**	**78.368**	**82.690**	**30.525**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 24
Chefes de Família Imigrantes Interestaduais Economicamente Ativos segundo Inserção Produtiva
Estado de Mato Grosso do Sul
70/80 e 81/91

Microrregião		Baixo Pantanal		Aquidauana		Alto Taquari		Campo Grande		Cassilândia		Paranaíba	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		0,0	0,0	4,3	2,4	2,7	2,0	0,9	0,6	1,0	1,4	5,5	1,9
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,0	0,0	1,5	0,0	0,1	1,4	0,1	0,2	2,4	0,2	1,4	0,0
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou Conta Própria		0,2	0,0	1,3	1,4	0,5	0,7	0,3	0,2	1,8	0,5	4,0	0,5
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	4,9	-	2,0	-	1,6	-	2,3	-	1,8	-	4,3
Empregado	Agricultura	2,2	0,2	15,9	0,9	25,3	11,5	4,1	1,2	20,5	13,2	5,3	1,5
	Pecuária	9,0	2,4	10,8	16,2	10,3	15,6	3,8	3,8	11,6	20,2	23,1	31,0
	Outros Agropecuários	0,7	0,7	0,8	1,0	1,2	3,6	0,5	0,5	4,4	1,9	3,3	2,2
	Indústria	14,8	6,4	9,4	9,7	6,9	12,2	14,9	12,8	4,0	6,7	9,2	11,5
	Comércio e Serviços	54,8	51,0	22,6	21,5	16,4	22,1	44,1	47,2	18,6	19,0	15,8	20,6
	Outros (mal definidos)	0,6	0,4	1,2	1,0	0,4	0,7	0,5	0,2	0,0	0,9	0,1	0,6
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		3,4	11,6	13,9	14,6	16,1	3,7	3,2	0,8	3,7	5,7	10,4	3,2
Autônomo ou Conta Própria Outros		10,1	15,1	12,8	18,5	15,2	15,9	18,2	19,8	15,1	16,2	14,2	13,3
Empregador		3,7	6,5	5,2	10,9	4,8	8,6	8,9	10,0	16,8	12,3	6,9	9,3
Sem Remuneração		0,5	0,9	0,2	0,0	0,0	0,3	0,7	0,5	0,3	0,0	0,6	0,3
Total		**2.592**	**2.508**	**1.778**	**1.353**	**3.567**	**4.418**	**15.732**	**25.168**	**1.061**	**2.426**	**2.696**	**2.783**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Três Lagoas		Nova Andradina		Bodoquena		Dourados		Iguatemi		Total UF	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		3,8	0,8	5,4	4,9	0,7	4,6	2,7	2,0	6,3	8,1	3,3	2,5
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,4	0,6	0,5	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	1,3	0,9	0,6	0,4
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou Conta Própria		1,4	0,8	2,1	3,2	0,7	1,3	1,8	0,9	5,3	1,4	2,2	0,8
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	2,3	-	3,3	-	1,6	-	2,7	-	2,2	-	2,5
Empregado	Agricultura	12,3	3,1	4,2	2,2	10,5	3,9	9,8	8,8	7,8	3,8	8,6	4,1
	Pecuária	21,7	26,1	22,2	24,8	15,8	13,3	7,5	5,1	8,3	12,0	9,8	10,8
	Outros Agropecuários	2,3	8,9	2,6	1,9	4,0	0,8	0,7	0,2	1,1	0,7	1,2	1,6
	Indústria	10,8	12,7	11,1	11,8	7,9	18,9	14,8	11,4	16,5	10,7	13,7	11,8
	Comércio e Serviços	23,5	24,1	17,4	22,7	22,2	23,8	24,2	36,7	12,2	19,3	25,6	33,6
	Outros (mal definidos)	0,4	0,3	0,3	0,3	1,7	0,5	0,7	0,2	0,3	0,0	0,5	0,3
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		8,4	4,1	18,6	4,3	17,1	14,9	13,2	3,0	22,0	17,5	12,6	5,7
Autônomo ou Conta Própria Outros		10,2	9,1	10,7	12,5	12,7	8,6	17,0	16,3	12,8	14,5	14,8	16,1
Empregador		4,6	6,8	4,5	7,7	5,9	6,8	7,1	12,2	5,7	8,0	6,7	9,4
Sem Remuneração		0,2	0,3	0,3	0,0	0,6	0,5	0,2	0,1	0,4	0,9	0,4	0,4
Total		**5.227**	**6.440**	**3.890**	**3.029**	**1.486**	**2.075**	**17.979**	**11.698**	**16.843**	**11.615**	**72.851**	**73.513**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

* Os dados para a categoria "Trabalhador Doméstico" não são possíveis de serem obtidos para o período 70/80, em função desta ter sido incorporada apenas no Censo Demográfico de 1991.

Finalmente, a informação sobre a escolaridade dos migrantes segundo microrregião traz poucas novidades com relação ao observado para o Estado como um todo. De qualquer maneira, observa-se que a melhoria do perfil do migrante entre as décadas de 70 e 80 é mais visível nas microrregiões de Campo Grande, Dourados, Baixo Pantanal e Boquodena. Muito provavelmente, a explicação nos dois primeiros casos esteja ligada ao caráter de grandes centros urbanos dos municípios que dão nome à microrregião, enquanto que os dois últimos explicam-se pelo crescimento da atividade turística que, de certa forma, acaba por atrair para essas áreas não apenas investidores, mas pessoas com preparação para atender às demandas dos turistas.

Tabela 25
Chefes de Família Migrantes segundo Escolaridade, por Microrregiões
Estado de Mato Grosso do Sul
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Sem Instrução			Primário Incompleto			Ginásio Incompleto			2º Grau Incompleto		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Baixo Pantanal	21,4	9,7	3,0	13,1	7,7	6,4	28,4	21,8	15,0	15,6	18,4	17,7
Aquidauana	33,8	12,8	14,2	23,5	23,0	14,7	22,5	28,7	29,8	7,3	16,4	13,3
Alto Taquari	26,4	18,1	11,1	26,6	19,6	21,2	31,1	34,4	36,4	6,2	10,9	11,6
Campo Grande	20,9	8,2	5,6	16,4	11,2	11,7	27,9	29,8	27,2	11,5	15,2	15,9
Cassilândia	38,5	14,8	11,2	19,3	19,2	18,4	24,7	34,9	36,2	5,7	14,3	13,0
Paranaíba	33,5	18,9	12,1	27,6	21,1	22,5	28,5	38,0	34,5	3,6	11,3	12,7
Três Lagoas	33,8	16,1	10,4	23,0	23,7	21,0	28,5	34,2	35,7	5,8	10,6	11,9
Nova Andradina	39,9	21,7	13,0	28,2	25,9	20,1	22,3	31,0	36,9	3,2	6,2	11,4
Bodoquena	28,0	15,8	9,6	22,4	17,9	12,3	26,1	32,0	22,5	10,1	13,1	13,5
Dourados	26,2	10,3	9,9	24,4	16,4	17,8	30,7	36,2	29,7	7,5	11,3	13,5
Iguatemi	39,6	23,6	18,9	31,4	27,7	28,0	21,9	31,1	31,1	2,8	7,7	10,0
Total UF	**29,9**	**13,7**	**9,5**	**24,0**	**17,7**	**16,9**	**26,9**	**31,9**	**29,9**	**7,1**	**12,3**	**13,8**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	2º Grau Completo ou mais			Alfabetização de Adultos		Menos de 1 ano	Não determinado		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Baixo Pantanal	20,8	42,4	56,4	0,8	0,0	0,2	-	0,0	1,3
Aquidauana	12,8	19,2	26,1	0,2	0,0	1,7	-	0,0	0,3
Alto Taquari	9,2	16,8	18,8	0,5	0,2	0,5	-	0,0	0,4
Campo Grande	22,9	35,3	38,3	0,3	0,3	0,4	-	0,0	0,8
Cassilândia	11,8	16,7	20,5	0,0	0,0	0,1	-	0,0	0,6
Paranaíba	6,7	9,9	16,9	0,0	0,5	0,9	-	0,2	0,4
Três Lagoas	8,0	14,6	19,5	1,0	0,7	0,7	-	0,0	0,8
Nova Andradina	6,1	14,4	16,5	0,3	0,8	1,5	-	0,0	0,5
Bodoquena	13,4	20,9	41,9	0,0	0,4	0,1	-	0,0	0,1
Dourados	10,9	25,6	28,0	0,3	0,1	0,5	-	0,1	0,5
Iguatemi	3,5	9,4	10,6	0,7	0,5	0,8	-	0,0	0,6
Total UF	**11,6**	**24,0**	**28,7**	**0,5**	**0,3**	**0,6**	**-**	**0,0**	**0,7**

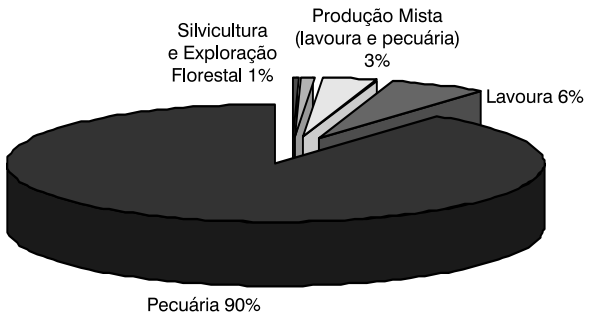
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Vale a pena ainda chamar a atenção novamente para a microrregião de Iguatemi, a única onde o número de migrantes "sem instrução" supera os com "2º grau completo ou mais" no período 91/96, delineando mais claramente o perfil do migrante que para lá se dirige: trabalhador rural, com mulher e filhos e com pouca instrução.

Características da Atividade Agropecuária

Pela proximidade (ou contigüidade) com duas das principais áreas de fronteiras do Brasil no período anterior à década de 70 (São Paulo e, principalmente, Paraná), Mato Grosso do Sul, entre as regiões de ocupação recente, foi uma das primeiros a ter sua fronteira agrícola ocupada. Pode-se dizer que a soja foi a cultura responsável por esse processo no Estado. O trigo também teve sua importância por ser a alternativa para intensificar o uso da terra na entressafra da soja – ambas as culturas estão associadas ao uso intensivo de tecnologia. Ainda assim, sua estrutura econômica continua com suas bases estabelecidas na atividade pecuária. Como demonstrado no Gráfico 8, nos anos 95/96 apenas 10% da área dos estabelecimentos rurais não estavam ocupados por essa atividade, fato que leva a concluir que, embora avançando, a soja está, neste e em outros Estados do Centro-Oeste, ainda longe de ser a principal atividade econômica da Região.

Gráfico 8
Área dos Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica
Estado de Mato Grosso do Sul
95/96



Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/96.

No entanto, não se pode esquecer que a pecuária praticada também está fortemente ligada à agroindustrialização. Muitos dos mais importantes frigoríficos brasileiros estão instalados no território de Mato Grosso do Sul. Assim, a pecuária neste Estado talvez seja a atividade mais importante e produtiva e, embora use pouca mão-de-obra, acaba tendo impactos importantes nas demais atividades, sejam elas industriais, sejam de comércio e serviços. No entanto, segundo Oliveira (1993), hoje, em relação a todas as grandes indústrias, a que mais contribui para o crescimento do Estado é a indústria de beneficiamento da soja, uma verdadeira força agroindustrial.

Ainda para Oliveira (1993), no Mato Grosso do Sul, o crescente volume de produtos agropecuários disponíveis sinalizou para uma industrialização da transformação de produtos primários: a agroindustrialização, estreitamente relacionada com o complexo rural, interferindo direta ou indiretamente no uso de maquinarias, no aumento ou retração do preço do produto, e interferindo também na produtividade, no consumo dos insumos e no nível de emprego por unidade de setor rural. Nesse contexto, a indústria de beneficiamento da soja penetrou no Estado já inserida em um processo de produção e circulação capitalista, forçando a expansão desse modo de produção para outros setores – o gado, inclusive. Esse processo contribui para um rearranjo na divisão territorial do trabalho e para uma maior acumulação e reprodução do capital na região.

Tais transformações ficam muito claras quando se observam os dados sobre pessoal ocupado do Censo Agropecuário. Como se percebe, embora a participação da pecuária seja decisiva para a incorporação do trabalhador rural, a fatia representada pela "lavoura temporária" é significativa (mais de um quarto), importância esta que fica ainda mais visível em certas microrregiões do Estado como Dourados, Cassilândia ou Aquidauana.

A hegemonia da atividade agropecuária pode também ser percebida a partir da observação do percentual da área estadual por ela ocupada. De fato, os dados do Censo Agropecuário 95/96 dão conta de que a pecuária não apenas permaneceu a mais importante atividade no Estado, como incrementou essa participação da década de 80 para a de 90, chegando a representar 90% (Gráfico 8) de toda a área do Estado dedicada à atividade do setor primário.

Tendo em vista a forma como essa produção é organizada no Estado, esse predomínio leva, por sua vez, a uma forte concentração fundiária. Como se observa na tabela abaixo, as pequenas e médias propriedades (menos de 10 ha) praticamente não existem.

Em suma, o que se percebe no Mato Grosso do Sul é que as condições gerais antes levantadas como condicionantes da queda de imigração e

intensificação da emigração, podem ser observadas em quase todas as microrregiões, muito embora algumas exceções precisem ser destacadas: Campo Grande, por abrigar a capital do Estado e um mercado diversificado e Dourados e Iguatemi, não somente por apresentarem uma atividade urbana mais desenvolvida, mas também por uma maior diversificação de sua atividade primária, com uma certa importância de culturas temporárias (principalmente no primeiro caso) e uma maior incidência relativa de pequenas e média propriedades.

Tabela 26
Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total e Utilização de Terras (Hectare)
Estado de Mato Grosso do Sul
95/96

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Lavouras			Pastagens	
	Permanentes	Temporárias	Temporárias em Descanso	Naturais	Plantadas
Menos de 10 ha	10,6	1,3	0,5	0,0	0,1
10 a menos de 100 ha	38,8	7,9	4,8	0,8	2,4
100 a menos de 1000 ha	35,8	40,0	17,6	7,0	24,9
1000 a menos de 10000 ha	13,7	38,7	37,1	42,5	59,7
10.000 a menos de 100.000 ha	1,1	12,0	40,0	47,3	12,6
100.000 ha e mais	0,0	0,0	0,0	2,4	0,4
Total (ha)	**16.215**	**1.367.496**	**118.185**	**6.082.778**	**15.727.930**

(continua)

(continuação)

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Matas e Florestas		Produtivas não utilizadas	Terras inaproveitáveis	Total
	Naturais	Plantadas			
Menos de 10 ha	0,0	0,0	0,2	0,2	0,1
10 a menos de 100 ha	1,0	0,8	2,0	2,0	2,1
100 a menos de 1000 ha	15,0	4,4	10,8	13,0	19,4
1000 a menos de 10000 ha	56,1	35,3	50,5	49,2	53,9
10.000 a menos de 100.000 ha	26,8	59,5	36,4	33,5	23,6
100.000 ha e mais	1,1	0,0	0,0	2,1	1,0
Total (ha)	**5.696.659**	**181.080**	**403.943**	**1.348.486**	**30.942.772**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/96.

Tabela 27
Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica (Pessoas)
Estado de Mato Grosso do Sul
95/96

	Grupo de Atividade Econômica								
Microrregiões	**Lavoura Temporária**	**Lavoura Permanente**	**Produção Mista (lavoura e pecuária)**	**Horticultura e Produtos de Viveiro**	**Pecuária**	**Silvicultura e Exploração Florestal**	**Pesca e Aquicultura**	**Produção de Carvão Vegetal**	**TOTAL**
Alto Taquari	16,7	1,4	6,1	0,1	75,2	0,5	0,0	-	16.527
Aquidauana	25,7	2,8	9,8	0,2	56,5	4,8	-	0,2	11.436
Baixo Pantanal	6,9	2,1	4,7	0,8	85,3	0,2	-	-	9.268
Bodoquena	23,2	1,8	11,2	0,3	62,0	1,4	0,0	0,1	18.948
Campo Grande	12,9	0,7	7,6	3,2	74,9	0,1	0,3	0,3	20.054
Cassilândia	30,8	0,5	4,4	0,5	63,4	0,2	0,0	0,1	8.585
Dourados	47,0	0,4	12,2	0,8	39,2	0,4	0,0	0,0	42.992
Iguatemi	17,5	2,3	12,2	0,5	66,8	0,1	0,1	0,5	34.708
Nova Andradina	17,8	0,7	5,6	0,3	72,3	1,2	0,2	1,8	10.776
Paranaíba	4,1	0,6	5,7	0,5	88,7	0,3	0,0	0,2	12.469
Três Lagoas	12,0	0,2	2,6	0,6	77,6	3,9	-	3,0	**16.946**
Total UF	**23,0**	**1,2**	**8,8**	**0,8**	**64,6**	**1,0**	**0,1**	**0,5**	**202.709**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/96.

II.3. Mato Grosso

No século XVII, os bandeirantes organizaram expedições para o interior com o objetivo de capturar índios para trabalharem nas lavouras, bem como buscavam ouro e diamantes. O ouro descoberto propiciou a implantação de lavras de mineração, o que contribuiu para a criação de Cuiabá. O núcleo central do Estado formou-se em áreas situadas entre Cuiabá e Vila Bela. Como a exploração mineral atraía muitas pessoas, começaram a ocorrer problemas de abastecimento alimentar, estimulando o desenvolvimento das atividades agrícola e pecuária. Além do ouro, houve a exploração de diamantes e o extrativismo vegetal.

Nos séculos XVIII e XIX, o Mato Grosso (que ainda incorporava o atual Mato Grosso do Sul, criado em 1979) teve um desenvolvimento lento; com a escassez das minas, passou a desenvolver uma economia mais baseada na pecuária, na cultura de cana e numa intensa atividade comercial com o mercado platino, cujo acesso se fazia pelos rios Paraguai e Paraná. No século XIX, o porto fluvial de Corumbá teve um surto de desenvolvimento como entreposto no comércio de gado, e as fazendas pantaneiras passaram a ter grande importância econômica.

No século XX, o governo estadual, além de estimular a migração individual e de grupos, estimulou a organização de companhias de colonização, que lotearam grandes latifúndios atraindo agricultores experientes vindos do Sul e, em menor escala, do Nordeste. A partir de 1964, o Estado dinamizou-se com a intensificação da agricultura capitalista.

A presença de contingentes populacionais de culturas e hábitos bem diversos provocou divergências políticas e questionamentos entre a velha oligarquia e os migrantes, e contribuiu para a formação de sentimentos autonomistas, que culminaram com a divisão do Estado e a conseqüente criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

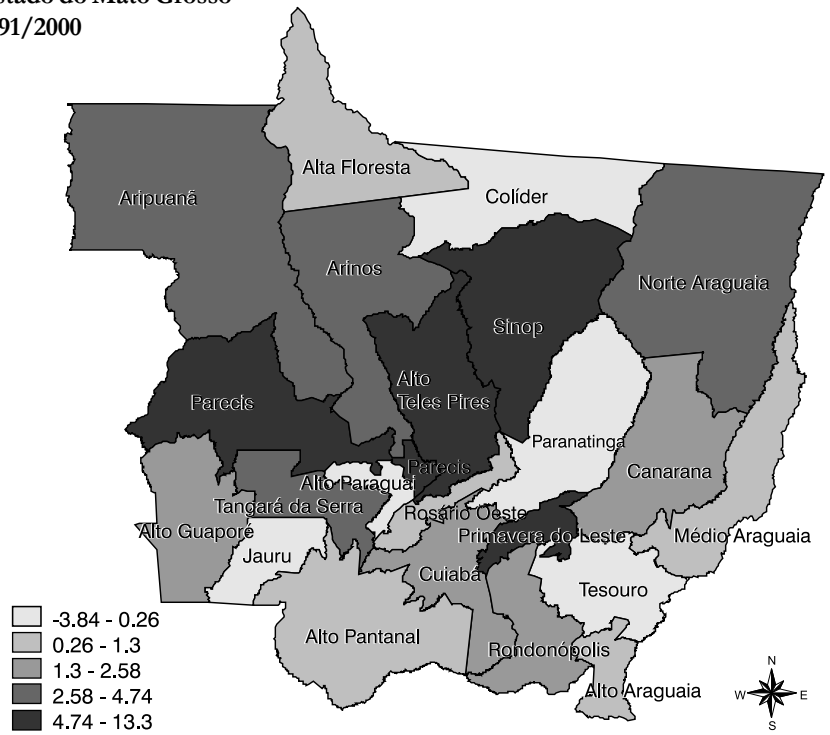
O avanço da colonização foi feito em ritmo diverso, conforme as áreas em que se implantavam projetos, se eram privados ou públicos, e os objetivos a alcançar. Havia numerosos empreendimentos empresariais que se preocupavam em fazer o desmatamento e semear gramíneas visando à pecuária de corte. Pode-se admitir, no processo de avanço da frente pioneira e da ampliação da fronteira agrícola, a sucessão de alguns interesses: a ação das madeireiras, a cultura da soja, o desenvolvimento de outras culturas (arroz, cana), o garimpo e, principalmente, a pecuária.

Cabe ressaltar que, a partir dos anos 90, as lavouras intensivas, como a soja, têm sido beneficiadas por empresas com nível tecnológico bastante sofisticado, permitindo a informatização e a planificação dos processos agro-industriais. São esses substanciais investimentos em tecnologia que definem a competitividade do complexo e apontam para os caminhos a seguir nas próximas décadas.

Nesse sentindo, é importante lembrar que a base do desenvolvimento agrícola do Estado de Mato Grosso são as grandes propriedades, consolidadas a partir do estímulo e favorecimento governamental às empresas, pessoas ou grupos que tinham interesse em ocupar a fronteira mato-grossense. Muitas dessas propriedades foram adquiridas através da compra e venda irregular de terra, que muitas vezes incentivou um intenso processo de grilagem, devido à falta de uma política de controle.

Embora o Mato Grosso tenha uma história de ocupação muito mais complexa, pode-se dizer que este começa a despontar no cenário brasileiro a partir do avanço da frente pioneira paulista, em meados do século XX, provocando a ocupação no norte do Paraná, que extravasou para o sul do antigo Estado do Mato Grosso com a pecuária de corte e em seguida, nos anos 60, com a entrada de gaúchos e paranaenses que se dedicavam à cultura do trigo e da soja (IPEA e FJN, 1997).

Mapa 5
Taxas Médias Anuais de Crescimento segundo Microrregiões
Estado do Mato Grosso
1991/2000



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Observando-se a sua dinâmica demográfica interna na Tabela 28, percebe-se que, até a década de 80, Mato Grosso poderia, *grosso modo*, ser dividido em duas porções: ao norte, uma área de maior dinamismo demográfico nas duas últimas décadas e, ao sul, uma área mais consolidada e com menores taxas de incremento demográfico. De fato, enquanto áreas no extremo norte como Alta Floresta, Colíder e Alto Teles Pires cresceram nos anos 80 a taxas elevadíssimas, o mesmo não se observa nas regiões mais ao sul, com exceção de Cuiabá e Rondonópolis, que ainda nos anos 90 apresentavam algum "fôlego", crescendo a taxas superiores a 2% ao ano.

Contudo, como se pode observar na Tabela 28 e no Mapa 5, nos anos 90 várias regiões, particularmente aquelas mais ao norte como Alta Floresta e Colíder reduziram drasticamente seu crescimento enquanto outras da porção ocidental do Estado, como Parecis, Aripuanã, Alto Teles Pires e Alto Guaporé, ainda que em menor ritmo, mantiveram significativo dinamismo demográfico. Enquanto no primeiro caso, a quase erradicação da atividade garimpeira na região explicaria boa parte do processo, no segundo caso, novos projetos de assentamentos e, sobretudo, a entrada da soja, poderiam ser os elementos que justificariam tal comportamento.

Assim, os dados são claros em mostrar que, já nos anos 90, a dinâmica de ocupação de Mato Grosso perdeu muito de seu ímpeto – com apenas algumas microrregiões apresentando maior dinamismo, merecendo destaque a região de Sinop e a vizinha Alto Teles Pires; a primeira, centro urbano de grande importância funcional no norte do Estado, além de pólo madeireiro, e a segunda, particularmente "tomada" pela soja, cujas repercussões se fazem sentir no crescimento de certas cidades como Sorriso e Lucas do Rio Verde.

Em termos migratórios, pelos menos até parte dos anos 90, dos cinco Estados analisados nessa sessão o Mato Grosso é, sem dúvida nenhuma, o mais homogêneo no que se refere às características das microrregiões. Essa situação fica evidente a partir da observação dos dados referentes à imigração e emigração (tabela abaixo) onde, desconsiderando Cuiabá (com características específicas por sua condição de abrigar a capital), nota-se que grande parte das regiões apresenta não apenas elevados IEMs, mas também volumes significativos de imigração, particularmente nos anos 80. Assim, com exceção de algumas poucas microrregiões, os IEMs registrados revelam a grande atração que boa parte do território mato-grossense exerceu sobre os migrantes provenientes de outros Estados. Essa homogeneidade pode ser confirmada quando se observa a participação das microrregiões na imigração interestadual. De fato, mesmo em Cuiabá foram registrados apenas 13% desses migrantes na década de 70 e 21% na década de 80, mostrando que essa Unidade da Federação corresponde a uma exceção no Centro-Oeste.

Tabela 28
População e Taxa de Crescimento Demográfico por Microrregiões
Estado de Mato Grosso
1970, 1980, 1991 e 2000

Microrregiões	População Total				Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1.970	1.980	1.991	2.000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Alta Floresta	1.287	23.011	86.229	89.848	33,4	12,8	0,5
Alto Araguaia	13.437	17.888	22.007	24.117	2,9	1,9	1,0
Alto Guaporé	8.095	19.738	48.250	60.663	9,3	8,5	2,6
Alto Pantanal	75.186	82.941	117.037	123.141	1,0	3,2	0,6
Alto Paraguai	25.187	34.624	43.407	30.512	3,2	2,1	-3,8
Alto Teles Pires	7.028	19.069	50.643	101.610	10,5	9,3	8,0
Arinos	2.911	22.281	48.842	67.447	22,6	7,4	3,7
Aripuanã	1.405	15.888	70.949	96.989	27,5	14,6	3,5
Canarana	12.099	34.476	65.904	79.086	11,0	6,1	2,0
Colider	1.702	26.004	138.683	129.325	31,3	16,4	-0,8
Cuiabá	145.046	314.045	601.449	740.648	8,0	6,1	2,3
Jauru	39.064	107.145	112.083	106.358	10,6	0,4	-0,6
Médio Araguaia	11.183	43.607	54.371	61.073	14,6	2,0	1,3
Norte Araguaia	10.094	27.602	57.535	87.251	10,6	6,9	4,7
Paranatinga	7.840	23.273	27.924	28.591	11,5	1,7	0,3
Parecis	3.055	10.235	32.156	61.771	12,9	11,0	7,5
Primavera do Leste	10.956	12.839	18.507	56.959	1,6	3,4	13,3
Rondonópolis	114.222	139.663	187.068	223.741	2,0	2,7	2,0
Rosário do Oeste	26.898	28.374	30.563	31.347	0,5	0,7	0,3
Sinop	3.658	23.959	74.186	131.445	20,7	10,8	6,6
Tangará da Serra	24.840	54.940	73.854	112.086	8,3	2,7	4,7
Tesouro	53.686	52.628	60.877	54.142	-0,2	1,3	-1,3
Total	**598.879**	**1.134.230**	**2.022.524**	**2.498.150**	**6,6**	**5,4**	**2,4**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Certamente pelo fato de ser a fronteira menos consolidada da região e, portanto, com maiores alternativas locacionais para os migrantes, Mato Grosso apresentou uma imigração interestadual bem mais diluída entre suas microrregiões. Dessa maneira, as cinco áreas com maior volume de imigração nos anos 70 foram Cuiabá, Jauru, Colíder, Rondonópolis e Tangará da Serra. Já nos anos 80, percebe-se claramente a "marcha para o norte", na medida em que a participação no total de imigrantes interestaduais começa a ser mais forte nas microrregiões de Colíder, Alta Floresta e Sinop. Finalmente, como anunciado pela análise das taxas de crescimento demográfico, nos anos noventa, além de Cuiabá, Sinop e

Alto Teles Pires, percebe-se uma maior concentração de imigração em áreas como Norte Araguaia e naquelas microrregiões do Centro-Oeste mato-grossense.

Percebe-se uma clara diferenciação entre as microrregiões, ligadas à expansão mais recente da fronteira agrícola como são os casos de Sinop, Colíder e Alta Floresta, todas ao norte do Estado, e Cuiabá e Rondonópolis ao sul, em áreas mais consolidadas, com relação à ocupação e desenvolvimento. Assim, em Alta Floresta, cerca de 81% dos imigrantes na década de 70 e 60% na década de 80 eram provenientes do Paraná. O mesmo aconteceu com Sinop, que recebeu desse Estado 69% de seus migrantes nos anos 70 e 50% nos 80. No caso de Colíder, o Paraná apresenta-se como responsável por 63% de seus imigrantes na década de 70, porém na década de 80 ele divide participação com o Estado do Maranhão, responsável

Tabela 29
Imigração e Emigração por microrregiões
Estado de Mato Grosso
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Migração Interestadual					Migração Intra-estadual		
	Imigrantes			Emigrantes		Imigrantes		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	70/80	81/91	91/96
Mun. não ded. e mal def.	-	-	-	9,7	5,1	-	-	-
Aripuanã	2,6	7,0	5,1	0,3	3,4	3,2	6,0	3,3
Alta Floresta	6,7	9,1	3,2	0,4	4,9	1,6	3,8	2,6
Colider	10,2	12,7	5,6	0,4	6,8	1,8	9,8	4,7
Parecis	2,1	2,4	5,3	0,8	1,6	1,7	3,5	4,1
Arinos	5,3	3,4	3,0	0,2	2,6	1,9	2,1	3,1
Alto Teles Pires	1,3	4,8	6,6	0,4	2,0	1,8	4,2	7,7
Sinop	5,9	6,6	8,5	0,6	4,2	1,1	6,0	12,5
Paranatinga	1,7	1,0	0,6	0,4	1,0	5,5	1,1	0,8
Norte Araguaia	2,4	3,4	8,9	1,6	2,5	0,8	2,4	5,4
Canarana	5,1	3,7	3,7	0,3	3,1	3,3	4,1	3,9
Médio Araguaia	4,9	2,3	2,4	6,0	4,4	2,8	2,3	1,7
Alto Guaporé	2,2	2,5	2,7	1,1	1,8	2,9	4,0	3,1
Tangará da Serra	7,7	3,6	6,8	7,6	4,7	4,2	3,3	5,2
Jauru	11,3	3,7	2,1	11,0	6,3	7,0	3,6	3,8
Alto Paraguai	1,9	0,7	0,5	2,1	9,0	3,9	2,0	0,9
Rosário do Oeste	0,2	0,3	0,2	0,6	0,3	1,3	0,6	0,6
Cuiabá	13,4	20,8	20,6	17,1	21,3	39,8	25,3	20,5
Alto Pantanal	2,4	1,8	1,5	15,2	3,3	2,5	3,6	1,8
Primavera do Leste	-	1,8	3,6	-	0,8	-	2,9	4,7
Tesouro	2,3	1,1	1,0	3,6	1,6	2,2	2,7	1,6
Rondonópolis	9,2	6,3	7,4	18,5	7,7	9,8	6,2	7,5
Alto Araguaia	1,4	0,9	0,8	2,0	1,9	0,8	0,7	0,4
Total	**325.804**	**541.743**	**153.218**	**121.456**	**244.434**	**136.811**	**241.760**	**155.683**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	Migração Intra-estadual		Índice de Eficácia Migratória			
	Emigrantes		Interestadual		Intra-estadual	
	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Mun. não ded. e mal def.	23,0	16,1	-	-	-	-
Aripuanã	0,1	1,3	0,9	0,6	0,9	0,6
Alta Floresta	0,3	4,4	1,0	0,6	0,7	-0,1
Colider	0,3	5,5	1,0	0,6	0,7	0,3
Parecis	1,5	1,8	0,7	0,6	0,0	0,3
Arinos	0,4	2,9	1,0	0,5	0,7	-0,2
Alto Teles Pires	1,1	2,5	0,8	0,7	0,3	0,3
Sinop	1,2	4,2	0,9	0,6	0,0	0,2
Paranatinga	0,5	2,4	0,8	0,4	0,8	-0,4
Norte Araguaia	0,6	1,9	0,6	0,5	0,1	0,1
Canarana	0,1	2,3	1,0	0,5	0,9	0,3
Médio Araguaia	3,3	4,3	0,4	0,1	-0,1	-0,3
Alto Guaporé	0,5	1,7	0,7	0,5	0,7	0,4
Tangará da Serra	6,9	5,3	0,5	0,3	-0,2	-0,2
Jauru	2,0	6,6	0,5	0,1	0,6	-0,3
Alto Paraguai	4,0	3,2	0,4	-0,7	0,0	-0,2
Rosário do Oeste	5,4	2,9	-0,1	0,4	-0,6	-0,7
Cuiabá	7,0	9,4	0,4	0,4	0,7	0,5
Alto Pantanal	12,1	6,6	-0,4	0,1	-0,7	-0,3
Primavera do Leste	-	0,5	-	0,7	-	0,7
Tesouro	9,8	3,6	0,3	0,2	-0,6	-0,2
Rondonópolis	18,4	9,0	0,1	0,3	-0,3	-0,2
Alto Araguaia	1,5	1,4	0,3	0,0	-0,3	-0,3
Total	**136.811**	**241.760**	**0,5**	**0,4**	**0,0**	**0,0**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

por 24% do total de imigrantes interestaduais de Colíder. Já na microrregião de Cuiabá, assim como em Rondonópolis, além do Paraná, percebe-se o grande peso dos Estados do próprio Centro-Oeste e de São Paulo. Para a região de Cuiabá especificamente, quase 34% dos imigrantes em 70 e 37% em 80 apresentaram residência anterior em algum Estado da própria região, e outros 19% e 17% em São Paulo, cabendo ao Paraná 23% nos anos 70 e 80.

A predominância de paranaenses nas áreas de fronteira demonstra, uma vez mais, a importância que os fluxos migratórios originados nesse Estado, bem como suas especificidades em termos da trajetória prévia, têm sobre o processo de expansão da fronteira agrícola. No entanto, em alguns casos, como em Colíder, os nordestinos ocupam também lugar de destaque em 80. Justamente, foi essa microrregião a que maior volume de imigração recebeu entre as três áreas do norte do Mato Grosso.

De acordo com Farid (1992), durante a década de 80, principalmente no primeiro qüinqüênio, muitas pessoas, sobretudo nordestinos, foram atraídas para a região norte do Mato Grosso devido à descoberta de ouro às margens do rio Teles Pires em 1979. Com esse fato houve também o fluxo de garimpeiros oriundos dos garimpos de Juruena e do sul do Pará, cujo acesso estava facilitado pelas estradas construídas pelos projetos de colonização. Esse quadro que se monta está fortemente influenciado pela expansão da atividade garimpeira na Amazônia motivado pelo elevado preço do ouro no mercado, bem como pela projeção de Serra Pelada.

Alta Floresta também merece destaque nesse sentido. Esta e a microrregião de Colíder apresentaram nesse período as taxas de crescimento populacional e as taxas de imigração entre as mais altas de todo o Estado. Durante toda a década de 80, Alta Floresta foi alvo de exploração garimpeira, mudando completamente o perfil de município agropecuário, traçado originalmente pelo projeto de colonização da INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), transformando-se em pólo regional de atividades ligadas ao garimpo em muito pouco tempo. As dificuldades para a estabilização do setor agropecuário fizeram com que se liberasse mão de obra e capital para os garimpos:

> É importante observar que o setor agropecuário não se desestruturou, convivendo com a atividade do garimpo. Os agricultores ocorreram ao garimpo como trabalhadores ou proprietários, dependendo do grau de capitalização de cada um, deixando, porém, famílias nas terras ou capatazes cuidando das fazendas (...) A possibilidade de coexistência entre a agricultura e o garimpo só se deu na gleba de Alta Floresta, já então organizada e loteada. As glebas vizinhas (...) foram tomadas pelos garimpeiros *(Farid, 1992: 14).*

Na verdade, a importância deste tipo de atividade também se expressa na significativa urbanização da microrregião de Alta Floresta (28,8% e 56,3%, em 1980 e 1990, respectivamente), posto que se estabeleceu uma rede de serviços e comércio para a venda do ouro, não só local como proveniente de outros municípios próximos e do Pará.

Contudo, como já se adiantou, esta atividade, pelo menos no que se refere à incorporação de pessoas, perdeu muito sua importância em função do esgotamento das jazidas, da queda do preço do ouro e do aumento no preço dos insumos necessários à exploração, bem como da pressão ambientalista.

Assim, a força da atividade garimpeira para explicar a ocupação de boa parte do norte mato-grossense se verifica à medida que em paralelo à decadência desta atividade também se percebe uma significativa perda populacional e queda

no fluxo migratório, particularmente nos municípios de Alta Floresta e Peixoto de Azevedo (nas microrregiões de Alta Floresta e Colíder, respectivamente), que apresentaram crescimento demográfico negativo de 4% nos anos 90.

No caso específico da região de Cuiabá, a distribuição dos imigrantes segundo origem corrobora a idéia de que as maiores concentrações urbanas tenderiam a apresentar uma maior diversificação da migração e de seu perfil, uma vez que ofereceriam possibilidades também variadas para a inserção dos indivíduos. Há que se destacar, contudo, que boa parte dessa migração, principalmente aquela originária no próprio Centro-Oeste, deve ter tido sua origem no processo de expulsão do trabalhador e pequeno proprietário rural, que, gradativamente, foram buscando os maiores centros como forma de subsistir.

Toda a situação descrita anteriormente parece não se modificar sobremaneira, ao menos na primeira metade dos anos 90. De fato, levando em conta os dados sobre imigração para este período, percebe-se ainda uma grande dispersão das pessoas que chegam ao Estado, embora com uma concentração maior em Cuiabá e, em menor medida, em algumas regiões mais dinâmicas, como é o caso de Rondonópolis, Tangará da Serra e Parecis – estas mais próximas à capital –, e Colíder, Sinop e outras regiões mais ao norte do Estado, onde ainda se observavam certos movimentos de ocupação demográfica.

Os emigrantes que foram para Rondônia, na década de 70, saíram principalmente das microrregiões vizinhas ou muito próximas a esse Estado, como Aripuanã, Jauru, Tangará da Serra, Alto Pantanal e Alto Guaporé. Situação semelhante ocorreu com aqueles cujo destino foi Goiás nos anos 70: as principais microrregiões de origem dos emigrantes para essa UF foram, em ordem de importância, Canarana, Médio Araguaia, Alto Araguaia e Tesouro. Para São Paulo, destacam-se os emigrantes de Arinos (61% da sua emigração foi para SP) e Alta Floresta, ambas microrregiões localizadas ao norte do Mato Grosso. Colíder, no extremo norte e Cuiabá, no extremo sul de MT, são as microrregiões que mais colaboraram na emigração para o Estado de Mato Grosso do Sul nos anos 70.

Na década de 80 pode-se observar um fenômeno generalizado em todo o Estado: a migração de retorno. Pode-se chegar a esse fato comparando os dados da imigração dos anos 70 com os dados da emigração dos anos 80. Desta forma, sem dúvida nenhuma, o principal destino dos emigrantes de Mato Grosso na última década referida é o Paraná (14,2% dos imigrantes de retorno do Paraná nos anos 80 vieram do Estado de Mato Grosso), com destaque para as microrregiões de Alto Teles Pires, Alta Floresta, Arinos, Sinop, Primavera do Leste e Alto Paraguai. Em se tratando das quatro primeiras microrregiões, é evidente a migração de retorno. O caso das duas últimas é particular – não temos

dados de migração para Primavera do Leste na década de 70, daí não se poder inferir muita coisa, e decididamente não se trata de migração de retorno em Alto Paraguai. Para Goiás, a explicação dos principais fluxos emigratórios das microrregiões de Canarana, Médio Araguaia, Alto Araguaia e Tesouro podem ser duas: migração de retorno e a continuidade dos movimentos da década de 70 gerados pela proximidade com o Estado.

As principais microrregiões "exportadoras" de migrantes para Rondônia nos anos 80 são as mesmas que dos 70, e de acordo com os dados de imigração na década de 70, não se trata aqui de migração de retorno. Para o Mato Grosso do Sul, os principais fluxos saem de Alto Pantanal, Rondonópolis e Cuiabá, em ordem de importância, todas microrregiões do extremo sul de Mato Grosso;

Mapa 6
Principais Fluxos de Migração Intra-estadual segundo Microrregiões
Estado do Mato Grosso
1980/1991

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

além disso, parte da motivação desses emigrantes também é o "retorno para casa". No caso da emigração para São Paulo, as origens são bastante diversificadas, com um certo destaque para a contribuição das microrregiões de Arinos, Sinop e Alta Floresta, duas das quais já haviam mostrado comportamento similar a esse respeito na década de 70.

No que tange à migração intra-estadual, os dados dão conta de que também nesse Estado a microrregião que engloba a capital é a que exerce o maior poder de atração sobre os migrantes internos (Mapa 6), apresentado um elevado IEM nos anos 70 (0,70), embora, com significativa redução nos anos 80 (0,46). Na verdade, tal comportamento se justifica na medida em que Cuiabá perde importante fatia da migração intra-estadual do Estado nos anos 80; apenas 25% dos quase 242 mil migrantes intra-estaduais dirigiram-se para a região de Cuiabá naquela década, contra cerca de 40% de 137 mil dos anos 70 .

Assim, com exceção da notória atratividade da microrregião de Cuiabá na década de 70, também no âmbito interno há uma grande dispersão da migração. Da mesma forma que no caso da migração interestadual, com relação à migração intra-estadual percebe-se claramente o "rumo" da população para as áreas mais ao sul nos anos 70. "Rumo" que perde importância relativa na década de 80 em relação àqueles mais ao norte, dos quais poder-se-ia destacar Aripuanã, Colíder e Sinop.

Quanto à emigração intra-estadual observa-se que, assim como na década de 70, na década de 80 as microrregiões de Cuiabá e Rondonópolis apresentaram-se como áreas de expulsão de população, provavelmente reflexo de processos redistributivos envolvendo indivíduos que buscam as regiões mais ao norte e noroeste – as quais afloram como áreas potenciais de atração, como são aquelas onde a soja teve e continua tendo efeito dinamizador nas estruturas urbanas. Um fato a destacar, decorrente da análise dos fluxos migratórios, é o grande intercâmbio populacional existente no norte de Mato Grosso na década de 80. Como pode ser apreciado pela consideração dos fluxos migratórios intra-estaduais, houve nos anos 80 uma mobilidade intensa entre as microrregiões de Colíder, Alta Floresta, Sinop e Alto Teles Pires, sugerindo a alta rotatividade dos indivíduos no âmbito da ocupação da fronteira. As trocas populacionais entre estas microrregiões também devem estar relacionadas à atividade garimpeira, cuja mobilidade de seus trabalhadores é muito típica. Os garimpeiros não se fixam, partindo para novas áreas onde haja descoberta de ouro.

Com base na Tabela 30, pode-se perceber que o Estado de Mato Grosso segue a tendência geral de urbanização crescente. Todavia, algumas microrregiões chamam a atenção por fugir a este padrão. Norte Araguaia chega a receber mais de 60% dos migrantes em áreas rurais mesmo na década de 90. Em Aripuanã,

nos anos 80, a migração rural atingiu 42%, sendo que este valor sobe para 52% no período 91/96, o mesmo ocorrendo com a área noroeste do Estado; em Parecis, Arinos, Alto Teles Pires e Alto Guaporé, cerca de 40% dos migrantes se destinam para áreas rurais, tanto nos anos 80 quanto nos 90, contra um percentual de 30% para o Estado[33]. Esses dados mostram, portanto, a importância que ainda nos anos 90 os movimentos migratórios de destino rural tinham no contexto estadual e, conseqüentemente, a existência e relevância das formas de ocupação (colonização, assentamentos, etc.) que permitiram o grande crescimento demográfico e desbravamento territorial do Mato Grosso.

Tabela 30
Migrantes Interestaduais segundo Área de Destino: Urbana e Rural, por Microrregiões
Estado de Mato Grosso
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Aripuanã	28,3	58,1	47,5	71,7	41,9	52,5
Alta Floresta	27,6	55,1	63,3	72,4	44,9	36,7
Colider	10,0	62,5	63,9	90,0	37,5	36,1
Parecis	26,5	52,8	61,0	73,5	47,2	39,0
Arinos	25,4	64,3	60,0	74,6	35,7	40,0
Alto Teles Pires	34,8	58,3	59,2	65,2	41,7	40,8
Sinop	44,3	63,0	70,3	55,7	37,0	29,7
Paranatinga	28,5	53,2	62,5	71,5	46,8	37,5
Norte Araguaia	20,5	37,7	32,7	79,5	62,3	67,3
Canarana	31,3	54,4	64,1	68,7	45,6	35,9
Médio Araguaia	67,0	84,5	87,1	33,0	15,5	12,9
Alto Guaporé	38,9	57,7	58,6	61,1	42,3	41,4
Tangará da Serra	40,7	79,4	78,7	59,3	20,6	21,3
Jauru	31,2	63,2	78,0	68,8	36,8	22,0
Alto Paraguai	38,8	85,0	70,0	61,2	15,0	30,0
Rosário do Oeste	52,8	55,7	73,0	47,2	44,3	27,0
Cuiabá	91,9	97,4	95,8	8,1	2,6	4,2
Alto Pantanal	49,7	70,1	82,2	50,3	29,9	17,8
Primavera do Leste	-	68,5	80,3	-	31,5	19,7
Tesouro	32,6	67,6	63,2	67,4	32,4	36,8
Rondonópolis	64,7	81,1	81,5	35,3	18,9	18,5
Alto Araguaia	60,7	70,6	68,3	39,3	29,4	31,7
Total UF	**45,0**	**69,9**	**70,7**	**55,0**	**30,1**	**29,3**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

[33] Claro que o total do Estado está influenciado pelo peso de Cuiabá e Rondonópolis, onde se concentra boa parte dos migrantes.

As Características da Migração

A maneira pela qual a maior parte do território mato-grossense foi ocupada teve implicações diretas sobre o perfil da migração recebida, particularmente em termos etários e composição familiar. Estudos como o de Sydenstricker (1992) sobre a ocupação da fronteira dão conta de que mesmo que o chefe da família migrasse previamente sozinho ou com os filhos homens mais velhos, visando preparar o lote, o caráter familiar desse tipo de deslocamento era inconteste. Os dados apresentados a seguir mostram claramente essa questão.

Tanto a pirâmide etária quanto a distribuição das famílias de chefes por tipo dão conta nitidamente da importância da migração familiar como constitutiva do processo de distribuição e ocupação do espaço mato-grossense, particularmente naquelas áreas onde a atividade agrícola e a pequena e média propriedade eram viabilizadas pelas políticas de colonização ou assentamentos de reforma agrária.

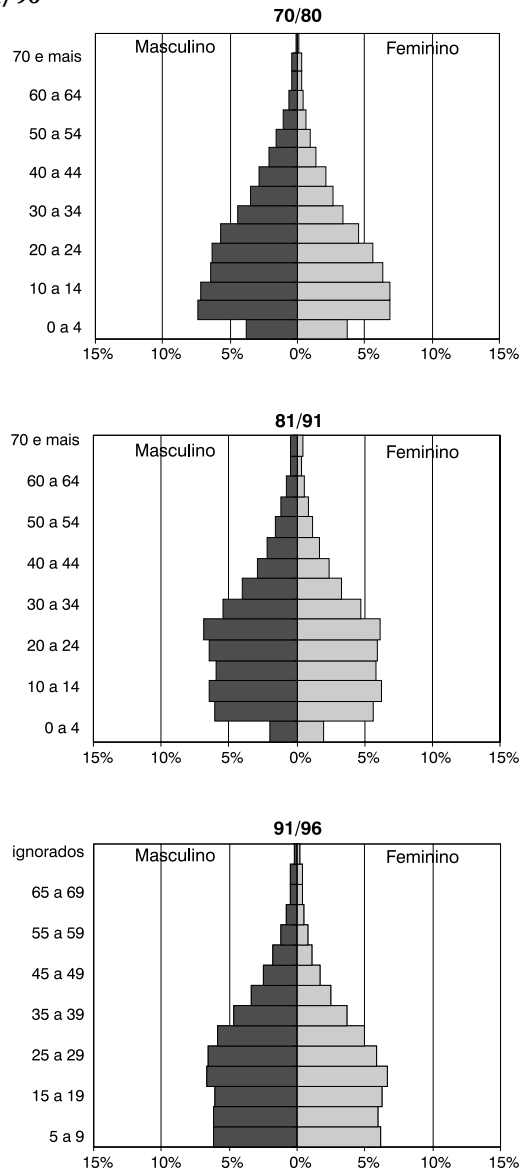
Com os dados anteriores percebe-se que nos períodos 70/80 e 81/91 a grande parte da imigração era do tipo "casal com filhos". Contudo, no período 91/96 este perfil da migração sofre alguma alteração com a migração individual de casal sem filhos e de outros tipo de arranjos familiares, correspondendo a mais da metade do número dos chefes que chegaram ao Estado.

No entanto, pode-se perceber algumas diferenças regionais no comportamento dessa variável. Enquanto a migração individual tem maior peso em microrregiões como Parecis e Tangará da Serra[34], percebe-se uma participação de famílias nucleares acima da média na migração direcionada para áreas sabidamente com maior atividade ligada à fronteira, como Arinos, Alto Teles Pires, Sinop, etc. e de "outros tipos de arranjos" nas áreas mais urbanizadas e desenvolvidas do Estado, como Cuiabá.

A inserção produtiva dos chefes migrantes é bastante interessante para esboçar o desenho do perfil da migração que se dirige para as microrregiões mato-grossenses e, portanto, melhor situar a questão migratória no território estadual.

[34] Não se tem ainda uma explicação convincente para tal comportamento, contudo pelo que se pode levantar preliminarmente, é muito provável que este comportamento esteja ligado ao crescimento demográfico e principalmente urbano ocorrido na área em função da importância que vem ganhando a produção da soja.

Gráfico 9
Pirâmide Etária dos Migrantes
Estado de Mato Grosso
70/80 , 81/91 e 91/96



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 31
Família de Chefes Migrantes Interestaduais segundo Tipo por Microrregiões
Estado de Mato Grosso
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Individual			Casal sem Filhos			Casal com Filhos			Estendida		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Aripuanã	21,3	8,7	16,2	9,4	11,8	19,2	56,4	59,5	39,2	5,3	9,1	8,9
Alta Floresta	6,4	6,5	17,3	11,6	11,2	18,2	65,8	55,9	31,1	8,1	10,7	9,6
Colider	7,3	8,2	14,8	9,7	11,1	17,8	67,2	50,7	31,6	7,1	10,7	13,0
Parecis	15,7	16,2	41,6	10,0	12,1	14,6	53,6	52,0	23,9	10,7	7,3	5,7
Arinos	8,5	5,5	16,0	10,8	11,4	21,5	67,5	62,8	35,4	7,6	7,9	7,9
Alto Teles Pires	9,6	11,1	12,8	7,8	10,7	22,4	64,3	58,7	36,5	12,9	8,3	9,6
Sinop	12,4	10,0	17,8	10,7	13,0	19,7	61,5	57,3	34,6	7,6	7,5	8,3
Paranatinga	9,2	3,7	20,0	9,8	12,2	20,7	62,6	66,0	28,5	9,7	9,3	7,8
Norte Araguaia	17,3	10,7	15,6	9,7	9,7	18,4	51,5	54,3	35,1	8,8	10,2	11,2
Canarana	5,3	7,7	17,9	11,4	12,6	19,7	59,7	58,6	32,3	13,1	7,9	8,7
Médio Araguaia	8,4	9,2	18,0	8,9	10,2	18,1	55,0	48,9	28,7	13,3	8,4	9,9
Alto Guaporé	7,1	10,3	17,5	7,5	11,3	17,6	66,9	54,2	33,7	9,6	9,7	8,9
Tangará da Serra	5,7	19,3	22,5	9,4	10,3	20,2	66,8	50,4	30,7	9,9	8,4	7,6
Jauru	4,2	6,7	16,6	11,1	11,6	19,1	69,0	61,2	34,4	8,0	6,1	7,2
Alto Paraguai	14,1	13,3	20,8	9,7	11,7	19,6	53,3	52,6	28,8	12,7	6,5	9,6
Rosário do Oeste	32,0	10,0	18,8	3,6	11,1	15,3	43,5	58,2	41,2	15,1	11,5	4,7
Cuiabá	14,2	8,9	18,6	10,0	10,0	17,2	49,8	52,0	28,6	14,1	9,4	10,3
Alto Pantanal	8,4	9,5	21,6	10,2	10,9	21,4	60,4	57,9	29,8	12,7	9,0	7,7
Primavera do Leste	-	11,2	12,5	-	13,9	22,6	-	52,4	36,4	-	9,6	8,7
Tesouro	14,6	10,8	21,2	9,6	12,6	20,0	51,1	47,9	28,4	12,8	6,2	7,9
Rondonópolis	9,5	8,8	18,2	9,1	12,1	18,5	60,0	54,8	31,8	10,6	8,7	8,7
Alto Araguaia	12,5	8,8	18,8	9,1	14,5	25,6	59,5	50,1	27,5	9,8	10,5	6,1
Total UF	**10,0**	**9,3**	**19,1**	**10,0**	**11,2**	**18,8**	**60,1**	**54,6**	**31,8**	**10,3**	**9,1**	**9,1**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	Chefe com Filhos			Outros			Total		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Aripuanã	3,1	5,0	4,2	4,5	5,9	12,4	2.713	10.272	2.259
Alta Floresta	3,2	6,8	5,8	4,9	8,9	18,0	4.638	12.628	1.442
Colider	3,5	6,9	4,8	5,2	12,5	17,9	7.581	20.836	2.353
Parecis	2,3	3,9	2,7	7,6	8,6	11,5	1.721	4.304	3.264
Arinos	3,2	6,3	3,8	2,4	6,1	15,5	3.834	5.272	1.398
Alto Teles Pires	1,2	3,8	3,8	4,2	7,3	15,1	1.097	7.761	3.144
Sinop	3,4	5,5	4,1	4,4	6,6	15,6	4.427	11.085	4.039
Paranatinga	4,7	3,3	5,4	3,9	5,5	17,6	1.555	1.430	295
Norte Araguaia	4,5	7,1	4,6	8,2	8,0	15,1	2.101	5.139	3.988
Canarana	3,5	6,1	4,2	7,0	7,1	17,3	3.935	6.072	1.795
Médio Araguaia	6,7	11,8	4,9	7,7	11,6	20,4	3.633	3.674	1.122
Alto Guaporé	2,9	4,7	4,5	6,0	9,8	17,8	1.808	4.044	1.201
Tangará da Serra	3,5	5,3	4,4	4,7	6,3	14,5	5.666	6.165	3.452
Jauru	4,0	7,1	5,6	3,6	7,3	17,0	8.364	5.826	993
Alto Paraguai	4,9	7,2	5,6	5,2	8,7	15,6	2.047	1.235	250
Rosário do Oeste	3,2	4,0	2,4	2,5	5,2	17,6	278	478	85
Cuiabá	4,7	9,0	5,8	7,1	10,7	19,5	14.864	34.291	9.979
Alto Pantanal	3,3	6,2	4,8	5,0	6,4	14,7	2.218	3.218	784
Primavera do Leste	-	3,0	5,0	-	9,9	14,8	-	3.154	1.740
Tesouro	5,4	8,5	4,6	6,5	14,1	17,9	1.960	1.957	504
Rondonópolis	5,2	8,3	6,0	5,6	7,3	16,7	7.996	10.238	3.545
Alto Araguaia	4,8	6,7	5,2	4,2	9,4	16,7	1.159	1.486	425
Total UF	**4,1**	**6,8**	**4,8**	**5,5**	**8,9**	**16,3**	**83.595**	**160.565**	**48.057**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Uma das grandes modificações da forma de inserção do migrante e que, de certa forma, reflete as transformações pelas quais passou o Estado assistiu-se na categoria "autônomo ou conta própria na agropecuária". Enquanto, na década de 70, a categoria absorvia produtivamente 30% dos migrantes – com os maiores valores registrados em Colíder, Paranatinga (região centro-norte) e Tangará da Serra e Jauru (mais ao sul) –, na década de 80 esse valor cai para 13%. Em Colíder cai de 68% para 21%; em Paranatinga e Jauru observa-se o mesmo processo. Como se pode ver na Tabela 31, essa diminuição associa-se a um aumento na inserção dos migrantes como "parceiro/meeiro empregado" e "empregados no ramo de comércio e serviços". No entanto, percebe-se, ainda nos anos 80, percentuais importantes de pessoas ligadas à agricultura nas regiões de Norte Araguaia, Paranatinga, Aripuanã, muito provavelmente como resposta às iniciativas de assentamentos da reforma agrária que foram criados no Estado.

Cabe lembrar que, na década de 70, em Alta Floresta e Parecis a agricultura absorvia boa parte da mão-de-obra disponibilizada pelos migrantes. Nos anos 80, é Primavera do Leste que se destaca ao abrigar 18% dos migrantes no trabalho agrícola (em 70/80 essa microrregião era incorporada por Tesouro). Vale destacar ainda o caso de Sinop, onde a atividade industrial (leia-se madeireiras) absorvia, em 1991, mais de 40% dos migrantes, situação que denota a força desse tipo de atividade na área.

A despeito da importância da pecuária na região, o percentual de migrantes absorvido como empregado nesta atividade é pequeno, chegando, em 1991, a menos de 5%. Neste período, a maior parte dos chefes migrantes estava vinculada a atividades tipicamente urbanas, "comércio e serviços" e "indústria", que geravam trabalho a 36,4% dos chefes migrantes em 1991. Tal fato mostra sinais de que o "potencial atrativo" de Mato Grosso como área de fronteira não consolidada progressivamente vai se esgotando, o que se reflete nas formas possíveis de inserção dos migrantes, em geral trabalhadores rurais, pequenos produtores e descapitalizados, a quem restam poucas alternativas nos centro urbanos, ou nos assentamentos ligados à reforma agrária.

O perfil educacional do imigrante em Mato Grosso espelha nada mais que a predominância de pessoas ligadas à agricultura e, sobretudo, sem muitos recursos financeiros. Em termos gerais, observa-se um baixo nível de escolaridade; na década de 70, 60% dos chefes de famílias migrantes tinham menos que o primário completo. Em 1996, não por coincidência, concomitantemente com a redução da migração para o Estado, esse valor cai pela metade (33%), sendo que o percentual de chefes com 2º grau incompleto ou mais sobe para 30%. Claro está que essa "melhora" relativa observada, muito mais que espelhar um real incremento do nível educacional dos migrantes (o que certamente também houve), reflete a redução da migração e, portanto, um aumento da seletividade da mesma em favor dos mais educados.

Tabela 32
Chefes de Família Migrantes segundo Inserção Produtiva, por Microrregiões
Estado de Mato Grosso
70/80 e 81/91

Microrregião		Aripuanã		Alta Floresta		Colider		Parecis		Arinos	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		0,5	1,7	11,9	5,2	1,9	1,7	0,4	8,6	2,6	2,6
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,2	6,9	2,4	14,6	0,0	21,1	0,0	3,6	0,1	3,4
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		0,9	6,0	0,9	6,6	0,6	5,5	0,0	1,9	0,6	3,2
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	0,7	-	2,4	-	1,9	-	1,0	-	1,0
Empregado	Agricultura	5,1	1,3	26,9	1,3	1,6	0,3	24,4	13,9	13,0	0,9
	Pecuária	2,5	3,5	0,8	2,6	1,8	1,2	13,4	3,5	6,5	7,7
	Outros Agropecuários	1,1	0,6	0,6	0,5	0,4	0,5	0,8	1,2	1,6	3,4
	Indústria	22,2	20,4	7,9	5,3	4,1	4,9	6,6	11,9	11,9	25,9
	Comércio e Serviços	13,7	10,0	8,3	17,0	4,4	13,3	11,6	21,2	5,7	14,2
	Outros (mal definidos)	0,2	0,1	0,2	0,0	0,1	0,3	0,2	0,0	0,4	0,1
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		39,7	24,2	21,4	20,9	67,7	20,7	26,0	5,6	43,6	18,2
Autônomo ou Conta Própria Outros		8,8	16,1	15,4	17,0	13,9	18,7	9,2	13,1	9,4	13,3
Empregador		4,7	8,2	2,5	6,2	2,9	8,6	7,0	13,6	3,5	5,6
Sem Remuneração		0,5	0,4	0,8	0,5	0,5	1,5	0,3	0,8	1,0	0,7
Total		**2.666**	**9.768**	**4.436**	**11.745**	**6.872**	**19.210**	**1.661**	**4.118**	**3.687**	**4.881**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Alto Teles Pires		Sinop		Paranatinga		Norte Araguaia		Canarana	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		1,1	6,1	3,7	3,0	3,7	9,9	4,4	3,5	2,5	4,9
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,4	1,5	0,2	0,9	0,2	5,0	0,0	1,4	0,1	1,6
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		0,4	1,9	1,2	0,5	3,8	0,8	0,4	2,5	0,1	2,2
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	0,6	-	1,4	-	0,7	-	1,9	-	1,8
Empregado	Agricultura	16,2	11,4	5,5	1,1	10,4	3,5	4,7	1,8	12,4	4,8
	Pecuária	7,2	5,1	4,5	3,2	4,6	8,5	43,3	13,9	5,0	9,9
	Outros Agropecuários	4,6	5,0	2,2	1,2	2,7	3,6	0,3	1,1	0,3	0,6
	Indústria	7,0	12,9	19,7	43,4	4,0	4,1	4,2	4,3	3,8	6,5
	Comércio e Serviços	9,7	18,3	10,6	18,6	4,2	10,2	8,9	11,2	11,1	19,0
	Outros (mal definidos)	2,9	0,2	0,4	0,2	1,2	0,4	0,8	0,0	0,2	0,4
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		26,3	10,2	27,5	6,2	51,3	28,6	19,9	40,0	39,2	23,7
Autônomo ou Conta Própria Outros		16,6	16,5	20,7	11,0	11,2	20,0	11,8	12,5	20,7	15,5
Empregador		7,1	10,0	3,4	9,3	2,8	3,7	1,3	4,8	4,6	8,6
Sem Remuneração		0,5	0,3	0,4	0,1	0,0	1,1	0,0	1,0	0,1	0,4
Total		**1.012**	**7.446**	**4.174**	**10.563**	**1.513**	**1.402**	**2.212**	**4.705**	**3.802**	**5.556**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Médio Araguaia		Alto Guaporé		Tangará da Serra		Jauru		Alto Paraguai	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		1,4	6,0	6,0	3,8	4,1	4,1	2,6	8,8	1,4	2,0
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,4	0,7	0,7	1,6	0,2	1,5	0,2	5,2	1,0	30,2
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		3,0	0,8	1,7	0,5	0,7	0,8	2,0	5,5	1,6	0,0
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	4,6	-	1,0	-	1,5	-	1,9	-	4,4
Empregado	Agricultura	10,6	4,4	7,1	1,3	11,3	13,4	9,1	2,5	6,2	1,4
	Pecuária	8,7	11,7	14,0	14,1	7,9	4,0	3,3	4,9	15,6	4,9
	Outros Agropecuários	1,1	0,2	3,0	4,0	0,4	0,2	0,4	0,4	0,0	0,0
	Indústria	7,7	7,8	7,6	13,1	6,3	13,3	4,8	10,5	14,8	1,5
	Comércio e Serviços	22,2	28,1	5,4	16,3	8,4	21,6	6,0	17,4	8,1	21,9
	Outros (mal definidos)	0,2	0,2	0,3	0,3	0,7	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		13,6	3,9	37,6	22,1	41,3	8,3	54,4	16,9	31,9	3,3
Autônomo ou Conta Própria Outros		20,1	22,6	13,6	14,3	13,4	21,3	12,6	13,3	13,9	22,0
Empregador		10,8	8,3	2,8	7,3	5,1	9,7	3,9	12,4	5,3	8,4
Sem Remuneração		0,2	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5	0,3	0,2	0,0
Total		**3.379**	**3.328**	**1.793**	**3.776**	**5.237**	**5.771**	**7.787**	**5.265**	**1.770**	**1.172**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Rosário do Oeste		Cuiabá		Alto Pantanal		Primavera do Leste	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		4,2	4,5	0,3	0,6	0,9	2,2	-	0,6
Parceiro ou Meeiro Empregado		1,1	6,4	0,1	0,4	0,3	1,3	-	1,6
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		0,0	0,0	0,3	0,5	0,4	4,3	-	0,3
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	2,4	-	2,3	-	3,0	-	0,7
Empregado	Agricultura	4,5	5,5	3,2	0,5	8,2	5,2	-	17,7
	Pecuária	7,9	15,0	1,7	0,8	7,5	1,6	-	5,3
	Outros Agropecuários	1,1	1,4	0,3	0,2	1,9	1,6	-	0,3
	Indústria	12,1	6,4	18,1	13,2	7,2	11,0	-	9,6
	Comércio e Serviços	30,6	0,0	42,2	45,2	22,0	26,5	-	24,6
	Outros (mal definidos)	3,8	14,7	0,6	0,3	0,3	0,0	-	0,4
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		20,4	15,7	4,3	1,9	31,9	13,0	-	4,8
Autônomo ou Conta Própria Outros		12,1	14,3	22,5	25,0	12,6	19,7	-	16,6
Empregador		0,0	13,8	6,1	8,7	5,8	10,5	-	17,0
Sem Remuneração		2,3	0,0	0,4	0,3	1,0	0,0	-	0,3
Total		**265**	**421**	**13.561**	**30.557**	**2.060**	**2.976**	**-**	**2.995**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Tesouro		Rondonópolis		Alto Araguaia		Total	
		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		1,1	7,7	1,7	2,7	2,5	8,7	2,6	3,2
Parceiro ou Meeiro Empregado		1,5	11,3	0,3	1,2	0,0	3,7	0,4	5,8
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		1,7	2,1	0,9	0,5	0,0	1,0	1,0	2,6
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	3,5	-	2,2	-	3,3	-	1,9
Empregado	Agricultura	17,1	5,0	11,5	9,2	18,5	13,1	9,4	3,7
	Pecuária	8,8	12,7	6,9	6,9	4,0	11,5	6,1	4,3
	Outros Agropecuários	1,0	0,9	0,6	4,3	2,6	1,1	0,9	1,2
	Indústria	7,2	4,0	9,3	10,3	4,1	2,9	10,0	13,0
	Comércio e Serviços	11,8	20,4	20,5	27,8	18,7	21,9	16,3	23,4
	Outros (mal definidos)	0,2	0,0	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		29,2	5,4	21,1	5,3	24,6	7,3	31,4	12,9
Autônomo ou Conta Própria Outros		15,0	15,0	18,9	19,9	17,5	15,6	16,2	18,3
Empregador		5,5	11,7	7,9	9,3	6,5	9,2	5,0	8,8
Sem Remuneração		0,0	0,2	0,1	0,1	0,6	0,2	0,4	0,5
Total		**1.876**	**1.764**	**7.271**	**9.235**	**1.089**	**1.336**	**78.123**	**147.990**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

* Os dados para a categoria "Trabalhador Doméstico" não são possíveis de serem obtidos para o período 70/80, em função desta ter sido incorporada apenas no Censo Demográfico de 1991.

É interessante notar que esse dado mostra-se coerente com o aumento da participação de migrantes em categorias ocupacionais mais urbanas como "comércio e serviços", "indústria" e na posição de "empregador" (Tabela 32).

Tabela 33
Chefes de Família Migrantes segundo Escolaridade, por Microrregiões
Estado de Mato Grosso
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Sem Instrução			Primário Incompleto			Ginásio Incompleto			2º Grau Incompleto		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Aripuanã	34,1	18,5	16,5	29,9	25,9	32,7	27,7	38,9	33,6	4,0	8,8	8,0
Alta Floresta	37,8	23,0	14,8	31,0	24,0	24,4	23,1	35,6	34,7	3,6	9,2	10,9
Colider	34,9	26,1	17,2	39,7	25,7	31,5	21,7	32,6	30,8	2,2	8,3	10,5
Parecis	27,7	12,4	9,8	20,1	18,4	28,5	33,7	40,0	40,4	8,7	15,1	10,4
Arinos	43,9	19,4	15,8	29,4	32,0	27,6	20,4	31,1	32,5	3,0	8,3	11,1
Alto Teles Pires	38,1	8,2	5,7	20,0	21,8	18,1	24,6	41,2	41,6	10,4	12,8	14,8
Sinop	19,8	13,8	10,9	35,8	22,7	22,8	34,0	40,9	37,7	5,8	11,9	13,1
Paranatinga	48,7	14,4	11,2	22,8	29,8	24,4	20,4	36,1	36,9	5,0	7,2	11,5
Norte Araguaia	40,7	27,8	21,9	26,6	25,9	31,2	21,3	31,7	29,5	5,9	7,1	9,3
Canarana	35,3	15,3	14,4	22,2	19,8	22,8	33,0	42,3	33,5	6,0	9,6	14,0
Médio Araguaia	27,6	16,0	9,5	24,7	14,2	16,4	28,9	32,9	30,2	9,8	12,9	14,2
Alto Guaporé	41,0	20,4	16,9	30,7	28,4	23,5	22,2	29,7	35,5	3,3	8,6	11,4
Tangará da Serra	42,3	16,9	14,3	29,5	22,8	27,3	20,8	32,5	30,2	3,7	12,8	10,5
Jauru	49,4	22,6	14,8	28,5	21,6	21,4	17,6	29,2	31,8	1,8	10,6	13,4
Alto Paraguai	31,4	22,2	13,3	33,0	25,0	21,3	26,0	25,8	37,3	3,7	10,1	9,2
Rosário do Oeste	28,3	24,6	10,6	15,9	25,2	21,2	32,9	25,6	36,5	8,1	7,1	10,6
Cuiabá	21,7	8,7	6,7	16,0	14,0	12,1	29,0	32,3	29,4	12,5	16,3	17,1
Alto Pantanal	31,9	15,5	12,9	25,6	21,8	16,6	21,2	31,4	27,8	9,0	12,6	16,5
Primavera do Leste	-	8,2	4,7	-	17,0	15,6	-	44,4	38,1	-	14,6	15,1
Tesouro	33,5	17,7	13,4	23,6	25,1	25,9	29,3	36,6	32,7	6,3	9,4	12,2
Rondonópolis	34,9	18,0	10,2	23,4	16,2	17,4	24,9	33,1	33,7	6,4	11,5	13,4
Alto Araguaia	24,7	19,2	12,0	24,0	19,8	21,2	34,4	39,9	34,9	8,2	7,1	10,1
Total UF	**34,1**	**16,8**	**11,7**	**26,4**	**21,1**	**21,9**	**25,3**	**34,8**	**33,4**	**6,2**	**11,6**	**13,0**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	2º Grau Completo ou mais			Alfabetização de Adultos			Menos de 1 ano	Não determinado	
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Aripuanã	4,3	7,1	6,9	0,0	0,8	1,1	-	0,0	1,2
Alta Floresta	3,7	7,7	13,4	0,8	0,4	0,6	-	0,2	1,0
Colider	1,0	6,6	8,8	0,4	0,7	0,4	-	0,0	0,8
Parecis	9,2	13,7	9,1	0,6	0,3	0,4	-	0,0	1,4
Arinos	3,1	8,9	12,2	0,1	0,2	0,1	-	0,0	0,7
Alto Teles Pires	6,9	15,9	18,8	0,0	0,1	0,3	-	0,0	0,8
Sinop	4,6	10,6	14,0	0,1	0,2	0,3	-	0,0	1,1
Paranatinga	2,5	12,4	14,6	0,7	0,0	1,4	-	0,0	0,0
Norte Araguaia	5,1	6,9	5,9	0,3	0,7	1,0	-	0,0	1,2
Canarana	3,5	12,5	14,2	0,0	0,2	0,2	-	0,2	0,9
Médio Araguaia	8,8	23,6	28,6	0,3	0,2	0,4	-	0,3	0,6
Alto Guaporé	2,8	12,2	11,4	0,0	0,7	0,6	-	0,0	0,7
Tangará da Serra	3,0	14,5	15,1	0,6	0,5	0,5	-	0,0	2,1
Jauru	1,9	15,2	17,8	0,8	0,4	0,6	-	0,3	0,3
Alto Paraguai	4,7	16,9	18,1	1,2	0,0	0,8	-	0,0	0,0
Rosário do Oeste	14,8	17,4	20,0	0,0	0,0	1,2	-	0,0	0,0
Cuiabá	20,6	28,2	33,3	0,2	0,4	0,3	-	0,1	1,0
Alto Pantanal	11,8	18,5	25,6	0,5	0,0	0,3	-	0,2	0,4
Primavera do Leste	-	15,5	25,3	-	0,3	0,3	-	0,0	0,9
Tesouro	7,0	10,9	13,8	0,3	0,3	0,4	-	0,0	1,6
Rondonópolis	10,2	20,7	23,9	0,1	0,4	0,5	-	0,1	0,8
Alto Araguaia	8,7	14,0	18,9	0,0	0,0	1,7	-	0,0	1,2
Total UF	**7,7**	**15,3**	**18,5**	**0,4**	**0,4**	**0,5**	**-**	**0,1**	**1,0**

Fonte: Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

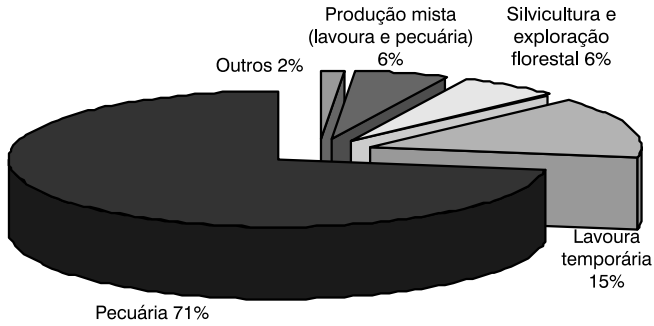
Em termos regionais percebe-se, como seria de se esperar, que os perfis variam significativamente entre as microrregiões situadas na porção sul do Estado, como Cuiabá, Rondonópolis, Alto Pantanal e Tesouro, com a maior incidência de pessoas com melhor nível educacional, e aquelas mais ao norte onde o peso relativo dos migrantes com baixa escolaridade era ainda muito alta.

Características da Atividade Agropecuária

Os dados do Censo Agropecuário de 95/96 apenas reforçam o grande peso da pecuária como atividade produtiva e forma de ocupação do espaço mato-grossense. Como se observa no Gráfico 10, esta atividade ocupa 71% da área dos

estabelecimentos rurais do Estado. Mesmo sabendo-se da importância da soja, algodão e milho, nesta ordem, para a região, percebe-se que, comparada à pecuária, a área ocupada por estes cultivos não é tão grande, uma vez que as lavouras temporárias representam cerca de 15% do total de terras ocupadas pela agropecuária. Na verdade, sabe-se que nem todo o território mato-grossense é adequado para tais cultivos, particularmente o norte do Estado, razão pela qual estes se concentram em determinadas áreas, com impactos visíveis no desenvolvimento das mesmas.

Gráfico 10
Área dos Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica
Estado de Mato Grosso
95/96



Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário 95/96.

As informações levantadas também mostram claramente o caráter concentrado da distribuição de terras no Mato Grosso. Segundo dados do INCRA de 1988 sobre a distribuição de recursos naturais, 50% do total da área cadastrada do Estado era considerada aproveitável para as diversas atividades econômicas, sendo assim distribuída:

- 81,72% - latifúndio por exploração
- 11,71% - empresas rurais
- 3,33% - latifúndio por dimensão
- 3,22% - empreendimentos familiares

Como se percebe pelos dados acima, o espaço destinado à pequena propriedade é ínfimo, senão irrisório, fato que mostra definitivamente as dificuldades que o Estado teria para se manter como frente de expansão da fronteira demográfica no Brasil, uma vez que a estes que estariam migrando e, portanto demandando as terras, ficaria destinada apenas uma pequena parcela, em geral, em terras pouco produtivas ou muito remotas e inóspitas.

Os dados da Tabela 34 confirmam o que foi dito anteriormente quanto à concentração da posse da terra. Além disto esta tabela permite inferir que não obstante a crescente importância das lavouras, como soja e algodão, cabe à pecuária o papel central (mais de 40% das terras são utilizadas como pastagens) na ocupação econômica de Mato Grosso, ainda mais considerando-se que as matas naturais representam 43% deste território.

Tabela 34
Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total e Utilização de Terras (Hectare)
Estado de Mato Grosso
95/96

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Lavouras			Pastagens	
	Permanentes	Temporárias	Temporárias em Descanso	Naturais	Plantadas
Menos de 10 ha	5,1	0,5	0,2	0,0	0,1
10 a menos de 100 ha	30,9	4,2	6,0	1,6	4,8
100 a menos de 1000 ha	25,3	22,1	18,3	13,4	20,7
1000 a menos de 10000 ha	21,1	56,6	46,8	41,1	46,6
10.000 a menos de 100.000 ha	14,2	16,6	28,6	38,4	24,3
100.000 ha e mais	3,4	0,0	0,0	5,5	3,6
Total (ha)	**169.316**	**2.775.695**	**487.618**	**6.180.210**	**15.070.211**

(continua)

(continuação)

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Matas e Florestas		Produtivas não utilizadas	Terras inaproveitáveis	Total
	Naturais	Plantadas			
Menos de 10 ha	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
10 a menos de 100 ha	2,2	0,4	4,1	2,5	3,2
100 a menos de 1000 ha	10,2	3,0	13,4	12,6	14,8
1000 a menos de 10000 ha	36,1	14,3	47,3	40,1	41,6
10.000 a menos de 100.000 ha	33,9	82,4	34,5	42,6	30,8
100.000 ha e mais	17,7	0,0	0,7	2,1	9,5
Total (ha)	**20.883.638**	**67.829**	**1.362.764**	**1.942.230**	**48.939.511**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996.

Na verdade, o Estado abriga o quarto rebanho nacional, que continua a crescer. Entre 1985 e 1995, a evolução da área aberta pelos estabelecimentos agropecuários no Mato Grosso superou todos os outros Estados do Centro-Oeste, e aumentou muito em relação aos anos anteriores (desde 1975).

Enquanto nos anos 90 a tendência em todo o país foi de a diminuição da participação da agropecuária na área total dos Estados, em Mato Grosso essa porcentagem cresceu quase 15%:

> Quando observada a nível estadual, a evolução da área total dos estabelecimentos agropecuários mostra uma tendência à estabilização e, mesmo, retração na maioria dos Estados brasileiros, excetuando o Mato Grosso, Rondônia e Pará, que correspondem ao arco do avanço para a Amazônia *(Egler, 2001: 21).*

Tabela 35
Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica (Pessoas)
Estado de Mato Grosso
95/96

Microrregião	Grupo de atividade econômica				
	Lavoura temporária	Horticultura e produtos de viveiro	Lavoura permanente	Pecuária	Produção mista (lavoura e pecuária)
Alta Floresta	22,5	0,7	15,0	36,3	23,7
Alto Araguaia	25,6	0,5	0,2	69,7	1,8
Alto Guaporé	7,2	0,7	7,4	71,9	11,0
Alto Pantanal	10,8	0,6	9,3	61,3	17,0
Alto Paraguai	50,4	0,4	3,3	41,9	3,6
Alto Teles Pires	55,6	0,3	3,3	31,7	7,9
Arinos	17,9	0,6	13,0	53,6	11,8
Aripuanã	22,2	1,4	8,9	46,3	17,1
Canarana	18,6	0,5	7,7	63,5	8,7
Colíder	21,6	0,4	2,7	54,0	18,7
Cuiabá	15,6	2,4	8,6	59,3	12,5
Jauru	12,3	0,6	4,0	69,4	13,2
Médio Araguaia	4,1	0,2	0,6	89,5	4,5
Norte Araguaia	16,5	0,2	7,8	54,2	19,1
Paranatinga	13,2	0,4	3,1	68,3	11,2
Parecis	70,2	0,3	5,7	17,3	6,1
Primavera do Leste	61,7	1,0	0,6	31,8	4,4
Rondonópolis	22,2	1,8	15,1	54,1	6,2
Rosário Oeste	45,7	0,7	5,5	30,9	12,5
Sinop	14,2	1,0	5,4	58,2	8,9
Tangará da Serra	52,0	0,8	4,1	38,1	4,5
Tesouro	13,5	0,3	1,6	74,8	9,3
TOTAL	**25,1**	**0,7**	**6,9**	**52,7**	**12,7**

(continua)

(continuação)

Microrregião	Grupo de atividade econômica			
	Silvicultura e exploração florestal	Pesca e aquicultura	Produção de carvão vegetal	TOTAL
Alta Floresta	1,7	0,0	0,0	21.179
Alto Araguaia	2,0	0,0	0,1	4.221
Alto Guaporé	1,8	0,0	0,0	10.740
Alto Pantanal	0,6	0,2	0,1	14.041
Alto Paraguai	0,3	0,1	0,0	9.001
Alto Teles Pires	0,7	0,4	0,1	11.240
Arinos	2,8	0,0	0,1	10.559
Aripuanã	4,1	0,0	0,0	22.697
Canarana	0,9	0,0	0,0	16.585
Colíder	2,6	0,0	0,1	36.210
Cuiabá	1,0	0,6	0,0	12.933
Jauru	0,3	0,1	0,1	27.931
Médio Araguaia	0,4	0,2	0,6	4.530
Norte Araguaia	2,1	0,0	0,0	31.277
Paranatinga	3,8	0,0	0,0	6.353
Parecis	0,3	0,0	0,0	11.740
Primavera do Leste	0,5	0,0	0,0	5.281
Rondonópolis	0,3	0,2	0,0	22.160
Rosário Oeste	4,4	0,4	0,0	9.617
Sinop	12,0	0,1	0,3	9.351
Tangará da Serra	0,1	0,1	0,4	20.372
Tesouro	0,4	0,1	0,1	11.780
TOTAL	**1,8**	**0,1**	**0,1**	**329.798**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996.

Jauru e Rondonópolis são as microrregiões que mais possuem pastagens plantadas. Já as terras de Alto Teles Pires, Parecis e Primavera do Leste são mais utilizadas para lavoura temporária, e não por acaso, identificadas pelo relatório da WWF (WWF, s.d.) como áreas de concentração de soja.

A tabela acima confirma a situação de completo desmantelamento das formas anteriores de ocupação e produção no Estado, ou seja, aquelas baseadas na agricultura familiar. Ao se considerar os grupos de atividades que mais absorvem mão-de-obra, a pecuária é líder, empregando 53% do pessoal ocupado em Mato Grosso. É relevante destacar a importância da atividade pecuária em Jauru, Rondonópolis e Colíder, que empregam 26% do pessoal ocupado no Estado. A lavoura temporária absorve um quarto das pessoas ocupadas na UF, mas em Alto Paraguai, Alto Teles Pires, Primavera do Leste e Tangará da Serra esse grupo de atividade emprega mais da metade das pessoas ocupadas. Como se percebe, a cultura permanente, assim como a horticultura e o extrativismo têm ínfima importância na absorção da mão-de-obra rural do Estado.

No Mato Grosso, 77% da soja produzida localiza-se em 4 microrregiões: Parecis, Alto Teles Pires, Primavera do Leste e Rondonópolis (WWF, s.d.). Essa

constatação, a princípio, põe em questão o real efeito da entrada da soja sobre o processo de ocupação demográfica desse Estado, uma vez que as três primeiras microrregiões foram as que apresentaram maior crescimento demográfico no período 91/96. Dessa forma, seria importante repensar essa relação, uma vez que previamente a esta atividade produtiva estas áreas eram muito pouco habitadas e com baixíssima densidade demográfica.

Assim, com exceção de Rondonópolis, que tem sua dinâmica demográfica explicada por outros fatores que não a soja, fica claro que nas áreas onde esta atividade entrou, ocorreu uma verdadeira "explosão demográfica", contudo, sempre há que se pensar qual o fôlego deste impacto nestas áreas, uma vez passado o ciclo de implantação da atividades e com elas os respectivos melhoramentos necessários, como estradas, centro urbanos minimamente equipados etc. Nesse sentido, seria importante esperar um pouco mais para obter melhores conclusões. Um coisa é certa, trata-se de uma atividade que "afasta" qualquer possibilidade de uma ocupação demográfica do espaço rural e com claros impactos no tecido urbano. E justamente neste sentido, é que as possibilidades de continuidade de uma ocupação demográfica mais ampla do território do Estado e sobretudo da inserção de novos e volumosos fluxos de migrantes ficam seriamente comprometidos.

Há que se considerar ainda que o Estado não se destaca apenas como líder na produção de soja, cultivada por grandes grupos econômicos, como o Maggi e Itamarati, mas também de arroz e açúcar (Ogawa, 2000)[35]. É neste contexto que os impactos da política econômica (abertura comercial, fim dos subsídios diretos e indiretos e sobrevalorização cambial) sobre o setor agropecuário também devem ser considerados, uma vez que afetam este tipo de atividade. Nesse processo, os médios produtores, especialmente os assentados em projetos de colonização de áreas remotas do cerrado, acabam sendo expulsos pelo "mercado". A maioria volta-se para a pecuária, ou abandona as áreas.

Portanto, este é o cenário no qual deve-se compreender os impactos da atividade econômica na dinâmica de ocupação da região. A partir do momento em que a lavoura torna-se uma atividade de grandes produtores, há um novo processo de exclusão (o primeiro ocorre quando os produtores do Sul assumiram o lugar dos produtores tradicionais do cerrado). A diferença, nesse caso, é que o produto, por exemplo, a soja, torna-se uma "mercadoria" negociada no mercado globalizado. Por outro lado, há a pecuária que, sendo uma atividade importante no Estado e destinada sobretudo à produção de

[35] O Estado de Mato Grosso é o quarto rebanho bovino nacional, o segundo maior produtor de arroz, e a produção de algodão vem crescendo progressivamente (Ogawa, 2000).

carne, certamente tem implicações na dinâmica migratória regional já que se trata de uma atividade que utiliza muito pouca mão-de-obra.

Portanto, as condições concretas de absorção no trabalho rural da população em geral, e do migrante, em particular, vão se reduzindo cada vez mais, seja por um processo de mudança produtiva e tecnológica, seja por uma progressiva concentração de terra. Nessas condições, restam-lhes os centros urbanos, que no caso de Mato Grosso, a não ser uns poucos, são também incapazes de absorver o excedente gerado na desarticulação da antiga atividade rural. Dessa forma, as possibilidades de continuidade de expansão demográfica do Estado ficam muito reduzidas, como conseqüência da redução de seu poder de atração populacional e da expulsão de significativos contingentes, muitos deles retornando aos seus destinos ou re-emigrando.

II.4. Tocantins

No século XIX, o norte goiano apresentava uma conjuntura econômica pouco expressiva, vivenciando um processo de transição de uma sociedade mineradora para uma sociedade pastoril. Neste momento, a atividade da mineração entrava em crise devido aos grandes impostos (quinto), ao dízimo (sobre produtos e solo) e à falta de incentivos à produção agrícola.

Os mineiros defendiam a divisão administrativa da Província de Goiás como forma de reorganização da economia local. Na verdade, a "separação" do território sempre foi vista como instrumento para superação do atraso e abandono da região.

No século XX, novos interesses entram em vigor. O baixo valor da terra e o "sonho de se tornar fazendeiro" atraíram significativos fluxos de imigrantes em um curto espaço de tempo. Eram maranhenses, paraenses, piauienses, mineiros e baianos, bem como alguns paulistas e gaúchos capitalizados que se dirigiam a ocupar parte da Amazônia Legal, onde as possibilidades de rentabilidade financeira eram inúmeras: a castanha, o óleo de babaçu, a garimpagem (ouro, diamante e cristal) e, especificamente, a possibilidade de produção de grãos como soja, milho e arroz (Silva, 1996).

A grande fase desse processo de ocupação ocorreu com a construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, do início dos anos 50 até os anos 70. A área começa a entrar na pauta política do país em 1981 com a criação de um programa governamental: o CONORTE (Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano).

A partir deste momento, os investimentos governamentais começam a ter presença significativa na produção agrícola de Tocantins. Em 1985, 42,38% das

terras dos estabelecimentos agropecuários da região eram de pastagens naturais. As pastagens plantadas eram 19% do território, às lavouras cabia apenas 6,57%.

Segundo Silva (1996), o tipo de atividade pecuária praticada na região usava muita terra e pouca mão-de-obra. Na fase de ocupação/modernização, a intervenção do Estado não se realizou no sentido de que frentes de trabalho para lá se deslocassem, através de projetos de colonização. O Estado utilizou a estratégia de abrir a área através dos seus estímulos à grande propriedade.

O predomínio da pecuária modernizada (engorda e abate) deu-se apenas nas microrregiões situadas próximas às rodovias Belém–Brasília (BR 153) e Transamazônica: Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Dianópolis e Gurupi[36]. Para a CONORTE, tanto o projeto nacional de ocupação da Amazônia como a articulação agricultura/indústria nacional, e as ligações da expansão interna do capitalismo com as exigências do mesmo ao nível internacional, terminaram por definir também estímulos/desestímulos à produção, o que resultou em ocupação predominantemente pecuária, que convive com grandes espaços vazios (Oliveira, 1998).

Entretanto, a existência desses espaços vazios não funcionava como freio aos estímulos governamentais. O fato do território de Tocantins situar-se em boa parte na Amazônia Legal e na Região Centro-Oeste, regiões tidas como prioritárias para o desenvolvimento e a segurança nacionais, fortalecia a base de defesa pela criação do Estado do Tocantins.

Enfim, nos anos 80, a antiga reivindicação de separação foi retomada por um novo movimento separatista[37]. Os motivos alegados foram:

1. defender a Amazônia e solucionar a heterogeneidade das condições naturais locais;
2. ampliar a produção;
3. valorizar as áreas;
4. criar novas fronteiras econômicas.

Além disso, municípios como Porto Nacional, Pedro Afonso e Tocantinópolis, por possuírem grande quantidade de recursos hídricos (rios

[36] Fonte: "Diagnóstico Sócio-Econômico do Estado de Tocantins". Instituto de Formação e Assessoria Sindical – IFAS – Caderno de Consulta nº 5, Goiânia, 1995 (mimeo) in Oliveira (1998): op.cit.

[37] Pode-se dizer que a causa determinante foi a evolução da densidade demográfica, e, portanto, posse do coeficiente necessário para preencher vagas na Assembléia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional (defesa direta dos instrumentos políticos e socioeconômicos regionais). Em 1972, o deputado Siqueira Campos apresentou o projeto de redivisão da Amazônia Legal, do qual constava a criação do Estado de Tocantins. Uma Emenda Popular, assinada por mais de setenta mil eleitores, foi entregue à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte em 1987, enfatizando o anseio popular pela emancipação. Por fim, após um século e meio de lutas, em 1989 estava criado o Estado de Tocantins. Ver Silva (1996): op.cit.

Araguaia e Tocantins), bem como patrimônio histórico e cultural, representavam grande potencial para o setor terciário. O objetivo era que se transformassem em pólo de turismo da região. A precariedade em infra-estrutura (falta de estradas, de rede hoteleira) e baixa conscientização por parte da população local em relação às cidades históricas com potencial turístico traduziam-se em obstáculos.

Outro fato é que com a criação de Tocantins, fortalecer-se-iam as correntes migratórias e de capitais a ponto de influir na disponibilidade de recursos (principalmente humanos e de capital), tornando mais evidente a necessidade de um melhor desenvolvimento das condições de transportes e de comunicações da região.

Com o auxílio e acúmulo dos incentivos fiscais da SUDAM e dos benefícios do Poloamazônia, surgem no Estados alguns focos de desenvolvimento e concentração demográfica, como é o caso dos municípios de Araguaína ao norte, que passa a integrar um grande núcleo abastecedor, juntamente com Imperatriz, no Maranhão, que atende o sul do Maranhão e do Pará, além de outros pontos do nordeste (Oliveira, 1998).

Vale dizer que, subjacente a essa concepção de política econômica, estava o projeto de criação do Estado como caminho para a superação dos conflitos agrários daquela região. Contudo, boa parte do território ocupado por Tocantins pode ainda ser considerado como um vazio demográfico no interior do Brasil.

A vocação agrícola do Tocantins pode ser dimensionada a partir da constatação de que 60% da superfície territorial do novo Estado constituem-se de solos agricultáveis especialmente para a produção de grãos, além de servirem à pecuária de grandes e pequenos animais.

A atividade industrial ainda se encontra em fase incipiente, apesar de que, no período de 1990 a 1994, o número de empresas industriais cresceu 26,9%, surgindo mais contemporaneamente as primeiras indústrias de produção para consumo durável. Para ampliar, diversificar e intensificar a base econômica, o Estado está realizando vários programas de desenvolvimento (Silva, 1996).

A curta história do Estado de Tocantins, criado em 1989, e seu incipiente processo de ocupação têm reflexo na evolução de sua população, particularmente quando os dados são desagregados segundo as microrregiões homogêneas.

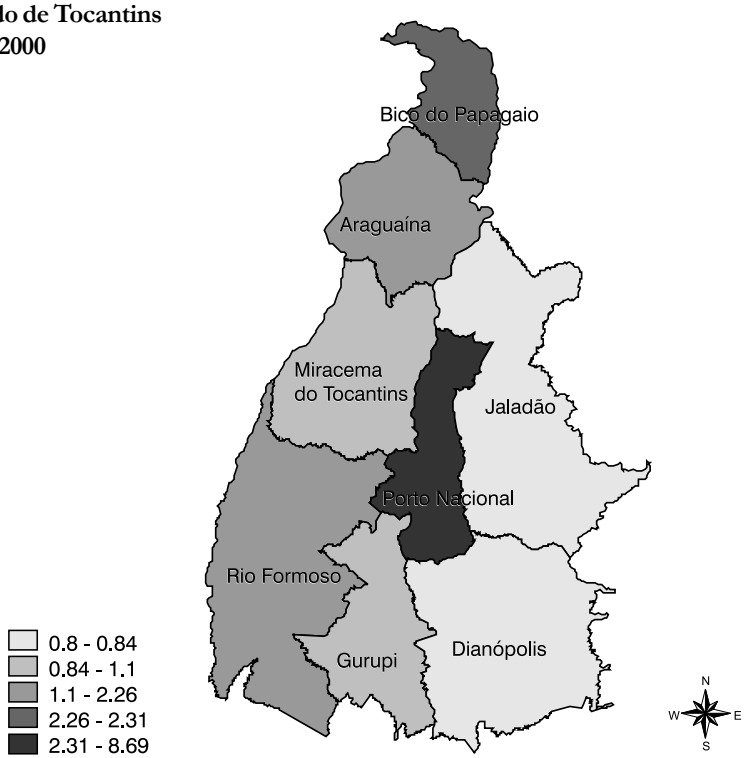
Em 1970, todo o território do Estado abrigava pouco mais de 500 mil habitantes, sendo que esse número dobrou apenas 36 anos mais tarde. Assim, embora com taxas de crescimento elevadas nos anos 70, pode-se dizer que, com exceção de umas poucas áreas, o Estado vem crescendo em níveis bastante modestos se comparados com outras áreas do Centro-Oeste Ampliado.

Em termos microrregionais, o que se percebe são dois momentos distintos: um de pré-criação do Estado, e outro após a instalação da Unidade da Federação

de Tocantins. No primeiro momento, destacavam-se áreas como Araguaína, Miracema do Tocantins e Gurupi, as duas primeiras na porção norte do Estado e a última na zona fronteiriça com o "Estado mãe", Goiás. Como já foi mencionado, pelo menos no caso da microrregião de Araguaína, sabe-se da importância da cidade de mesmo nome como centro comercial e abastecedor daquelas áreas tão longínquas dos centros principais, papel que lhe garantiria em 1996 uma população superior aos 100 mil habitantes.

No segundo momento, ou seja, pós-criação do Estado, tendo em vista a construção de sua capital, Palmas, que ocupou a área de uma antiga fazenda, percebe-se o despontar da sua respectiva microrregião que crescia nos anos 90 a taxas próximas a 9% ao ano, contra pouco mais de 2% no caso de Araguaína ou Bico do Papagaio, como é possível visualizar no mapa abaixo.

Mapa 7
Taxas Médias Anuais de Crescimento segundo Microrregiões
Estado de Tocantins
1991/2000



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

De qualquer forma, nota-se na tabela abaixo a grande dispersão da população tocantinense entre as várias microrregiões, não obstante, deve-se registrar a grande primazia[38] em termos demográficos de seus principais municípios: Palmas e Araguaína que pertencem as microrregiões de Porto Nacional e Araguaína respectivamente.

Tabela 36
População e Taxa de Crescimento Demográfico por Microrregiões
Estado de Tocantins
1970, 1980, 1991 e 2000

Microrregião	População Total				Taxa de Crescimento (% a. a.)		
	1.970	1.980	1.991	2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Araguaína	91.517	152.675	187.177	228.918	5,25	1,87	2,26
Bico do Papagaio	87.680	110.142	141.679	174.031	2,31	2,32	2,31
Dianópolis	67.131	92.306	103.760	111.832	3,24	1,07	0,84
Gurupi	53.956	84.107	112.476	121.930	4,54	2,68	0,90
Jalapão	48.140	52.500	57.916	62.241	0,87	0,90	0,80
Miracema do Tocantins	63.214	115.388	123.345	136.064	6,20	0,61	1,10
Porto Nacional	52.630	62.742	102.873	217.778	1,77	4,60	8,69
Rio Formoso	52.179	73.890	90.890	102.457	3,54	1,90	1,34
Total	**516.447**	**743.750**	**920.116**	**1.155.251**	**3,71**	**1,95**	**2,56**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Como seria de se esperar, o tamanho demográfico das microrregiões encontra sua correspondência quase perfeita na distribuição da imigração externa registrada no Estado de Tocantins nas últimas décadas. De fato, a maior parte desta esteve concentrada nas microrregiões de Bico do Papagaio, Araguaína e Miracema do Tocantins, ao norte, na fronteira com o Estado do Pará e Maranhão, e na microrregião de Porto Nacional, que abriga a capital Palmas. Nesse último caso, por razões óbvias, a importância somente aparece na década de 80.

[38] O conceito de primazia, *grosso modo*, diz respeito à relação entre os tamanhos populacionais das subáreas de um determinado território: quanto maior o nível de primazia de uma determinada área, maior a diferença entre a população desta e de sua imediatamente inferior. Esse conceito, em desuso em estudos sobre a distribuição espacial da população, aplica-se perfeitamente bem no caso de Tocantins, onde os três municípios citados são muito maiores que os imediatamente inferiores a eles. Vale a pena mencionar que considerando determinadas unidades territoriais de um país (ou um Estado) como, por exemplo, os municípios, o "Índice de Primazia" é, em geral, calculado a partir da razão entre a população da maior unidade territorial, em termos demográficos, e a soma das populações das três unidades que lhe seguem em tamanho. Apenas como curiosidade, para Tocantins, em 2000, esse índice seria de 0,61, um valor não tão elevado. Este valor deve-se ao fato de que a segunda cidade do Estado, Araguaína, tem praticamente a mesma população que Palmas (a primeira). Contudo, depois das duas, a maior população encontra-se em Gurupi, 65.034 habitantes.

Tabela 37
Distribuição da Imigração e Emigração por Microrregiões
Estado de Tocantins
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Migração Interestadual					Migração Intra-estadual		
	Imigrantes			Emigrantes		Imigrantes		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	70/80	81/91	91/96
Mun. não decl. e mal def.	-	-	-	-	3,5	-	-	-
Bico do Papagaio	21,7	16,7	12,4	19,5	18,9	4,3	7,0	7,3
Araguaína	33,5	26,7	19,3	25,9	29,2	19,2	16,3	15,1
Miracema do Tocantins	15,0	12,2	8,4	16,5	13,3	24,8	18,7	12,0
Rio Formoso	8,1	9,6	8,2	9,2	7,4	14,5	13,8	9,4
Gurupi	10,7	13,2	10,3	10,2	10,9	15,2	15,1	9,5
Porto Nacional	3,0	13,5	34,2	6,4	6,1	15,1	23,1	38,4
Jalapão	2,0	1,9	2,3	3,3	3,2	2,4	2,0	4,2
Dianópolis	5,8	6,1	5,1	9,0	7,3	4,4	4,0	4,1
Total	**92.723**	**159.020**	**85.416**	**87.210**	**144.704**	**42.066**	**68.008**	**68.183**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	Migração Intra-estadual		Índice de Eficácia Migratória			
	Emigrantes		Interestadual		Intra-estadual	
	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Mun. não decl. e mal def.	-	21,2	-	-	-	-
Bico do Papagaio	8,7	6,3	0,1	0,0	-0,3	0,1
Araguaína	15,2	11,7	0,2	0,0	0,1	0,2
Miracema do Tocantins	15,2	13,7	0,0	0,0	0,2	0,2
Rio Formoso	15,4	12,2	0,0	0,2	0,0	0,1
Gurupi	11,7	9,5	0,1	0,1	0,1	0,2
Porto Nacional	13,9	9,8	-0,3	0,4	0,0	0,4
Jalapão	14,6	10,4	-0,2	-0,2	-0,7	-0,7
Dianópolis	5,3	5,2	-0,2	0,0	-0,1	-0,1
Total	**42.066**	**68.008**	**0,0**	**0,1**	**0,0**	**0,0**

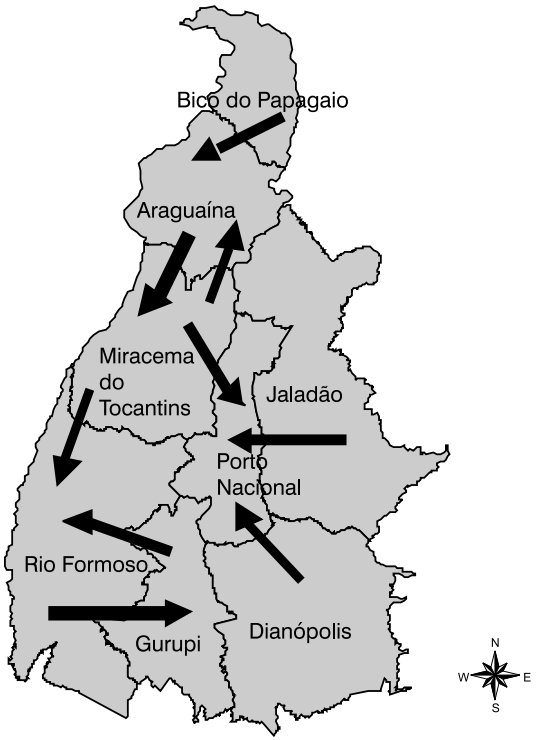
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Observando os IEMs das microrregiões de Tocantins percebemos que eles permanecem próximos de zero, mesmo nas regiões que recebem os maiores volumes de imigrantes, sugerindo uma alta rotatividade de pessoas nessas regiões. A única exceção é a microrregião de Porto Nacional, que na década de 80 apresentou um IEM de 0,42%, revelando-se como área de grande absorção de imigrantes, motivada principalmente pela movimentação da construção da nova capital.

Quanto à emigração, também as microrregiões de Bico do Papagaio, Araguaína e Miracema do Tocantins, nas duas décadas, permaneceram como as principais emissoras de migrantes.

A imigração intra-estadual, com exceção das microrregiões do Bico do Papagaio, Jalapão e Dianópolis, que apresentaram pouca participação no total de imigrantes intra-estaduais, distribuiu-se eqüitativamente entre as microrregiões (Mapa 8). Vale destacar o crescimento da participação de Porto Nacional – na década de 70 recebia 15% dos 42 mil imigrantes intra-estaduais e passou a receber, na década de 80, 23% dos 68 mil imigrantes, vindos principalmente das microrregiões de Miracema do Tocantins e Jalapão.

Mapa 8
Principais Fluxos de Migração Intra-estadual segundo Microrregiões
Estado de Tocantins
1980/1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Estes dados revelam pelo menos duas grandes tendências no Estado do Tocantins: a primeira, ligada diretamente à constituição da capital, que mobilizou grandes contingentes de migrantes, e a segunda, ligada à intensa movimentação no extremo norte da região, particularmente em Araguaína que, como aponta Oliveira (1998), tem papel decisivo como entreposto comercial na região.

Um elemento que mostra claramente o padrão da migração de Tocantins e que permite apreender os seus possíveis condicionantes – pelo menos em termos da atração – diz respeito ao destino urbano/rural dos migrantes. Como se observa na tabela abaixo, embora o destino urbano seja significativo em regiões como Porto Nacional, em função da instalação da capital do Estado, é nítida a predominância do destino rural.

Tabela 38
Migrantes Interestaduais segundo Área de Destino: Urbana e Rural, por Microrregiões Estado de Tocantins
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Bico do Papagaio	28,0	44,8	60,6	72,0	55,2	39,4
Araguaína	60,4	79,8	87,6	39,6	20,2	12,4
Miracema do Tocantins	36,5	60,5	75,1	63,5	39,5	24,9
Rio Formoso	46,4	62,6	76,6	53,6	37,4	23,4
Gurupi	61,3	76,0	87,8	38,7	24,0	12,2
Porto Nacional	52,4	86,4	97,3	47,6	13,6	2,7
Jalapão	23,4	44,4	61,0	76,6	55,6	39,0
Dianópolis	32,7	65,9	71,0	67,3	34,1	29,0
Total	**46,1**	**68,9**	**84,2**	**53,9**	**31,1**	**15,8**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

De fato, durante os anos 70, a maior parte dos imigrantes dirigiu-se para as áreas rurais do território, principalmente no caso das microrregiões Bico do Papagaio, Jalapão e Dianópolis (áreas que eram utilizadas para a pecuária, cabendo à lavoura uma participação pequena). Estas microrregiões preservam estas características até pelo menos a primeira metade da década de 90, muito embora o fenômeno desse sinais de um certo arrefecimento .

Assim, o Estado de Tocantins, além de possuir ainda hoje significativa população rural (cerca de 26%) e apresentar regiões onde cerca da metade da população vive no campo, como Jalapão e Dianópolis, ainda tem no rural um dos principais locais de destino dos imigrantes que aí chegam, o que demonstra a especificidade do Estado com relação aos demais do Centro-Oeste Ampliado.

As Características da Migração

As especificidades de Tocantins, tanto em termos da sua base rural quanto em termos do destino dos seus imigrantes, refletem-se, de certa forma, na estrutura etária apresentada por estes últimos, a qual aponta nitidamente para uma composição bastante jovem e estruturada em bases familiares.

Os dados da Tabela 39 apenas confirmam essas especificidades, também expressa na pirâmide etária. O Estado segue as tendências regionais dos fluxos de imigrantes, sendo famílias nucleares o arranjo mais freqüente. A categoria "casais com filhos" só diminui na década de 90, quando aumenta a migração individual, de casal sem filhos e outros tipos de arranjo. Um dado que chama a atenção é o observado em Dianópolis, onde a migração individual cresce muito no período 91/96, fato provavelmente explicado pela atividade de garimpo existente na região.

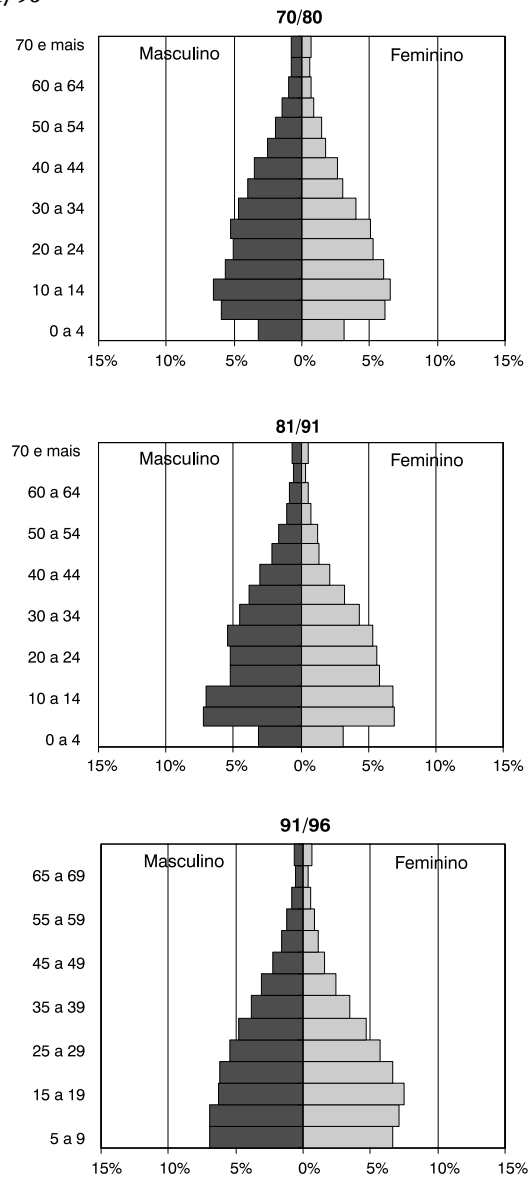
No tocante à forma de absorção dos migrantes no Estado, percebe-se que Tocantins, dentre as seis Unidades da Federação, é a que absorve mais migrantes como trabalhadores agrícolas volantes. Em contrapartida, é neste Estado que a indústria, e o "comércio e serviços" ocupam menos migrantes.

Mais significativo, contudo, é que enquanto na década de 70 os migrantes em sua maioria (40%) inseriam-se produtivamente como autônomos ou conta própria na atividade agropecuária, na década seguinte esta situação altera-se bruscamente, em favor de uma maior incorporação nas atividades terciárias em comparação com os anos 70. Novamente destaque para Dianópolis, onde se percebe um aumento significativo da categoria "autônomo ou conta própria" em outras atividades (muito provavelmente o garimpo) e no comércio e serviços. No Bico do Papagaio, na década de 80, ainda é expressivo o número de migrantes que se ocupam como trabalhadores agrícolas volantes (13%), considerando a média (bem menor) do Estado.

Não é de se estranhar que as características nitidamente rurais da migração e, sobretudo, da economia do Estado implicassem em uma situação também bastante precária em termos do nível educacional dos imigrantes segundo a Tabela 41.

Com efeito, o grau de escolaridade dos chefes migrantes de Tocantins é menor que o dos outros Estados da região. No Bico do Papagaio, por exemplo, 70% dos chefes migrantes (do período 70/80) não possuíam instrução alguma; em Jalapão este número – não menos expressivo – cai para 60%. Deve-se observar, entretanto, que a primeira microrregião, mesmo tendo uma significativa redução ao longo dos anos, mantém-se ainda como a que possui maior percentagem de chefes de família sem instrução, enquanto que para as outras microrregiões a tendência, ao longo do período 70/96, é de uma certa melhoria.

Gráfico 11
Pirâmide Etária dos Imigrantes Interestaduais
Estado de Tocantins
70/80, 81/91 e 91/96



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 39
Chefes de Famílias Imigrantes Interestaduais segundo Tipo por Microrregiões
Estado de Tocantins
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Individual			Casal sem Filhos			Casal com Filhos			Estendida		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Bico do Papagaio	4,7	4,0	13,7	16,9	10,3	15,7	39,0	53,8	32,8	17,7	11,5	9,9
Araguaína	7,8	6,2	16,1	13,5	8,7	14,8	39,0	51,2	27,2	20,3	11,5	13,0
Miracema do Tocantins	7,0	7,6	17,6	13,9	9,8	16,7	44,9	57,7	29,2	18,9	9,7	9,9
Rio Formoso	11,1	10,3	16,2	11,8	10,2	15,4	44,3	58,0	33,0	15,7	8,5	10,9
Gurupi	9,1	8,3	17,9	11,5	11,3	15,7	41,9	49,2	27,3	19,1	10,0	11,2
Porto Nacional	14,3	10,4	14,1	12,7	12,4	17,7	30,5	47,2	27,0	23,6	12,0	11,1
Jalapão	7,4	5,5	18,3	18,5	7,6	12,8	34,2	65,3	32,4	17,6	8,0	11,2
Dianópolis	17,2	9,7	31,9	14,1	9,4	15,1	36,7	56,3	22,7	17,0	9,9	8,3
Total UF	**8,2**	**7,6**	**16,5**	**13,9**	**10,2**	**16,2**	**40,4**	**52,7**	**28,2**	**19,0**	**10,7**	**11,0**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	Chefe com Filhos			Outros			Total		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Bico do Papagaio	9,2	9,5	7,6	12,5	11,0	20,2	3.748	6.501	2.688
Araguaína	7,3	11,3	6,3	12,0	11,0	22,6	6.574	10.773	4.398
Miracema do Tocantins	6,5	7,2	5,5	8,9	8,0	21,1	3.924	5.420	2.068
Rio Formoso	5,1	4,6	6,9	12,0	8,4	17,6	1.774	4.372	2.005
Gurupi	5,3	9,9	5,7	13,1	11,3	22,2	2.382	5.977	2.611
Porto Nacional	5,2	7,3	5,8	13,7	10,7	24,3	840	6.877	8.414
Jalapão	8,6	10,0	7,3	13,7	3,7	17,9	336	763	491
Dianópolis	4,9	7,2	4,3	10,0	7,5	17,7	1.011	2.690	1.488
Total UF	**6,9**	**8,8**	**6,1**	**11,6**	**10,0**	**21,9**	**20.589**	**43.373**	**24.163**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 40
Chefes de Família Imigrantes Interestaduais Economicamente Ativos segundo Inserção Produtiva
Estado de Tocantins
70/80 e 81/91

Microrregião		Bico do Papagaio		Araguaína		Miracema do Tocantins		Rio Formoso		Gurupi	
Inserção Produtiva		**70/80**	**81/91**	**70/80**	**81/91**	**70/80**	**81/91**	**70/80**	**81/91**	**70/80**	**81/91**
Trabalhador Agrícola Volante		4,9	13,2	7,9	6,6	8,6	9,2	2,5	7,7	3,4	2,8
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,0	4,4	0,1	2,1	1,0	3,4	2,2	4,2	1,3	3,2
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		3,8	3,9	1,7	3,4	8,6	4,1	2,7	1,5	1,7	1,1
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	1,0	-	2,4	-	0,3	-	0,6	-	1,2
Empregado	Agricultura	1,5	0,2	3,9	0,5	4,8	1,7	11,2	7,7	8,2	3,8
	Pecuária	1,5	2,5	7,0	8,5	5,7	4,1	14,0	10,1	6,3	6,9
	Outros Agropecuários	0,5	0,4	0,3	0,0	0,0	0,1	0,4	0,5	0,2	0,0
	Indústria	2,1	2,0	7,5	9,6	3,0	5,5	6,5	16,0	13,0	11,6
	Comércio e Serviços	3,7	11,5	13,0	25,5	7,2	25,7	10,8	16,3	15,0	31,0
	Outros (mal definidos)	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	0,6	0,3	0,7
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		69,3	44,7	30,3	8,1	39,6	16,4	27,0	14,0	21,9	5,9
Autônomo ou Conta Própria Outros		11,7	13,2	23,2	26,0	13,3	19,8	16,8	14,2	20,6	15,6
Empregador		1,0	0,9	4,9	6,7	7,9	9,4	5,8	6,5	8,2	16,1
Sem Remuneração		0,1	2,0	0,2	0,6	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2
Total		**4.817**	**2.363**	**7.348**	**4.774**	**4.020**	**2.676**	**2.053**	**2.216**	**2.591**	**3.000**

(continua)

(continuação)

Microrregião		Porto Nacional		Jalapão		Dianópolis		Total UF	
Inserção Produtiva		**70/80**	**81/91**	**70/80**	**81/91**	**70/80**	**81/91**	**70/80**	**81/91**
Trabalhador Agrícola Volante		2,9	2,7	9,2	5,3	2,7	2,4	6,0	6,1
Parceiro ou Meeiro Empregado		6,2	2,0	9,2	4,3	1,4	6,4	1,0	3,1
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		6,3	0,8	1,8	5,6	2,8	9,8	3,6	2,8
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	1,8	-	0,0	-	0,6	-	1,4
Empregado	Agricultura	6,0	1,1	1,3	10,9	5,1	1,7	4,8	2,2
	Pecuária	3,2	0,8	2,5	9,3	5,0	2,2	5,9	5,1
	Outros Agropecuários	0,0	0,2	1,0	0,0	0,2	0,3	0,3	0,2
	Indústria	13,1	14,0	1,0	2,7	4,7	3,1	6,0	9,7
	Comércio e Serviços	12,8	31,7	6,9	15,7	8,0	22,6	9,7	24,9
	Outros (mal definidos)	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,6	0,1	0,3
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		25,5	5,0	52,4	27,5	54,2	15,9	40,3	13,5
Autônomo ou Conta Própria Outros		20,0	26,3	13,5	16,5	12,5	27,2	17,4	21,1
Empregador		3,4	13,3	1,3	2,1	3,3	6,4	4,8	9,1
Sem Remuneração		0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,8	0,1	0,5
Total		**819**	**4.998**	**393**	**375**	**1.392**	**1.188**	**23.433**	**21.590**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

* Os dados para a categoria "Trabalhador Doméstico" não são possíveis de serem obtidos para o período 70/80, em função desta ter sido incorporada apenas no Censo Demográfico de 1991

Tabela 41
Chefes de Família Migrantes segundo Escolaridade, por Microrregiões
Estado de Tocantins
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Sem Instrução			Primário Incompleto			Ginásio Incompleto			2º Grau Incompleto		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Bico do Papagaio	68,1	52,6	32,6	19,2	23,0	29,0	9,0	15,2	18,8	1,3	3,5	7,5
Araguaína	51,5	27,6	21,7	22,5	19,4	22,8	18,2	26,4	24,9	3,2	11,1	11,5
Miracema do Tocantins	51,4	23,9	17,3	25,0	21,5	23,1	18,8	25,1	27,0	2,5	11,4	11,4
Rio Formoso	42,4	24,4	15,2	27,9	16,8	22,0	20,2	27,8	28,1	4,2	14,0	12,7
Gurupi	32,7	15,5	10,1	24,9	17,1	17,5	26,2	28,7	25,7	7,3	13,9	16,6
Porto Nacional	48,1	12,9	8,5	19,6	18,6	16,5	18,7	33,1	28,6	4,0	13,9	15,5
Jalapão	58,9	24,8	21,7	24,8	19,0	30,3	8,5	33,3	27,4	3,9	8,7	9,2
Dianópolis	44,2	23,3	19,6	28,5	23,8	22,1	19,2	29,3	25,0	2,1	8,4	12,6
Total UF	**51,6**	**26,2**	**16,0**	**23,3**	**19,8**	**20,8**	**17,4**	**26,4**	**26,1**	**3,2**	**10,9**	**13,1**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	2º Grau Completo ou mais			Alfabetização de Adultos			Não determinado		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Bico do Papagaio	0,9	4,8	10,0	1,4	0,8	1,9	-	-	0,3
Araguaína	4,3	14,7	17,4	0,3	0,8	1,2	-	-	0,5
Miracema do Tocantins	2,2	17,9	19,8	0,1	0,3	1,3	-	-	0,1
Rio Formoso	4,4	16,9	20,6	0,8	0,0	0,6	-	-	0,6
Gurupi	8,5	24,0	28,5	0,4	0,9	0,8	-	-	0,8
Porto Nacional	8,9	21,2	29,6	0,7	0,3	0,7	-	-	0,6
Jalapão	3,5	14,1	10,4	0,4	0,0	0,8	-	-	0,2
Dianópolis	5,3	14,6	18,8	0,6	0,6	0,8	-	-	1,0
Total UF	**4,0**	**16,1**	**22,4**	**0,6**	**0,6**	**1,0**	**-**	**-**	**0,5**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Como seria de se esperar, Gurupi e Porto Nacional, as duas mais importantes regiões em termos de estrutura e dinâmica urbanas do Estado, são as microrregiões que recebem chefes migrantes com maior nível de instrução ao longo das décadas estudadas.

Características da Atividade Agropecuária

A base agropecuária da economia e da inserção da população de Tocantins fica ainda mais visível ao se considerar os dados mais recentes do Censo Agropecuário, e de acordo com estes a concentração fundiária tão presente no

Centro-Oeste também se verifica em Tocantins (Tabela 42). Contudo, pode-se ressaltar que neste último, as propriedades que compõem os grupos de áreas de 100 a 1000 representam 5% dos estabelecimentos agropecuários, percentual um pouco maior que o de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (3% e 2%, respectivamente).

Tabela 42
Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total e Utilização de Terras (Hectare)
Estado de Tocantins
95/96

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Lavouras			Pastagens	
	Permanentes	Temporárias	Temporárias em Descanso	Naturais	Plantadas
Menos de 10 ha	2,1	1,5	0,2	0,0	0,1
10 a menos de 100 ha	24,7	16,0	11,6	3,7	5,9
100 a menos de 1000 ha	48,6	36,0	44,0	39,2	35,3
1000 a menos de 10000 ha	22,7	27,4	40,5	48,5	47,8
10.000 a menos de 100.000 ha	1,9	19,2	3,7	8,5	9,5
100.000 ha e mais	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4
Total (ha)	**22.528**	**244.700**	**358.936**	**5.800.950**	**5.277.206**

(continua)

(continuação)

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Matas e Florestas		Produtivas não utilizadas	Terras inaproveitáveis	Total
	Naturais	Plantadas			
Menos de 10 ha	0,0	1,9	0,1	0,1	0,1
10 a menos de 100 ha	4,7	22,4	6,7	6,8	5,3
100 a menos de 1000 ha	34,9	44,1	42,0	39,5	37,5
1000 a menos de 10000 ha	46,8	31,5	45,4	42,1	46,9
10.000 a menos de 100.000 ha	10,9	0,0	5,8	11,0	9,2
100.000 ha e mais	2,6	0,0	0,0	0,4	0,9
Total (ha)	**3.035.928**	**78**	**1.304.090**	**721.301**	**16.765.716**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996.

Como se nota, já nos anos 90, a maior parte do pessoal ocupado no setor rural trabalhava na pecuária, mostrando o caminho – talvez infeliz para a população rural – que a região segue em termos de sua estrutura fundiária e produtiva. Contudo, as alternativas para essa situação, que poderia comprometer a "sobrevida" da população e dos migrantes direcionados para as zonas rurais, parecem estar presentes em microrregiões como o Bico do Papagaio ou Jalapão, que ainda possuem boa parte das pessoas ocupadas em atividades agrícolas.

Tabela 43
Pessoal ocupado em Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica (Pessoas)
Estado de Tocantins
95/96

Grupo de Atividade Econômica	Microrregião				
	Araguaína	Bico do Papagaio	Dianópolis	Gurupi	Jalapão
Lavoura temporária	10,9	21,5	12,6	7,1	16,7
Horticultura e produtos de viveiro	0,4	0,2	0,1	0,2	0,1
Lavoura permanente	2,2	2,8	1,7	0,9	3,3
Pecuária	71,4	45,9	63,7	76,4	49,6
Produção mista (lavoura e pecuária)	14,2	18,9	19,9	13,8	29,3
Silvicultura e exploração florestal	0,9	9,2	1,9	1,3	1,0
Pesca e aquicultura	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0
Produção de carvão vegetal	0,1	1,4	0,0	0,0	0,0
Total	**26.107**	**31.554**	**31.584**	**17.344**	**21.744**

(continua)

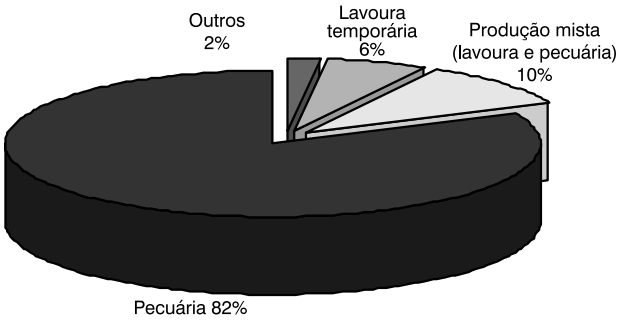
(continuação)

Grupo de Atividade Econômica	Microrregião			
	Miracema do Tocantins	Porto Nacional	Rio Formoso	TOTAL
Lavoura temporária	9,1	12,8	11,4	13,1
Horticultura e produtos de viveiro	0,1	0,9	0,3	0,3
Lavoura permanente	2,2	3,9	1,4	2,3
Pecuária	69,9	60,6	72,9	63,1
Produção mista (lavoura e pecuária)	17,0	20,2	13,0	18,3
Silvicultura e exploração florestal	1,7	1,4	0,9	2,6
Pesca e aquicultura	0,1	0,1	0,0	0,1
Produção de carvão vegetal	0,0	0,1	0,0	0,2
Total	**29.510**	**15.348**	**21.030**	**194.221**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996.

O peso da pecuária como atividade em Tocantins fica mais explícito ao se observar o gráfico abaixo. Em 1995/96, mais de 82% da área dos estabelecimentos dedicados à agropecuária eram voltados exclusivamente à pecuária. Percebe-se, contudo, que para o norte do Estado esse percentual é menor em favor da agricultura. Na microrregião do Bico do Papagaio as áreas utilizadas na lavoura atingem 6%, enquanto a média do Estado fica em torno de 3,5%. Isso tende a reforçar a idéia de que ainda existem no Estado, sobretudo no extremo norte, áreas com possibilidade de absorção e/ou retenção da população ligada à atividade agrícola.

Gráfico 12
Área dos Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica
Estado de Tocantins
95/96



Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/1996.

Assim, poder-se-ia pensar que Tocantins, além de um Estado jovem e ainda com algum "fôlego" para a atração migratória, estaria caminhando para uma situação parecida aos demais Estados analisados, no sentido de uma progressiva redução das condições de retenção e/ou atração demográfica, ao menos no que diz respeito aos migrantes ligados às atividades agrícolas. No entanto parece ainda haver tempo de se repensar as estratégias de desenvolvimento de maneira a beneficiar a significativa parcela da população que ainda hoje vive ou depende do meio rural, ao contrário do ocorrido no restante do Centro-Oeste.

Na verdade, embora os dados do Censo 2000 revelem um expressivo crescimento da microrregião de Porto Nacional e, particularmente, de Palmas na década, basta observar os dados mais recentes e compará-los com a primeira metade dos anos 90 para se constatar que o ímpeto de crescimento próprio da instalação do Estado e sua capital – particularmente no que diz respeito à construção civil – parece ter, há muito tempo, alcançado o seu ápice. Situação difícil de admitir, como se pôde notar em visita à região, pois esta é uma hipótese pouco simpática aos olhos dos governantes da região.

II.5. Rondônia

Os primeiros povoamentos na região surgiram no século XVIII motivados pela descoberta de ouro em Cuiabá. Até o final do século XIX a região ficou 'abandonada', quando se inicia o primeiro ciclo da borracha (1850-1910). Neste período, a base da economia é a borracha e a castanha-do-pará.

De 1850 até 1950 a base econômica da região era o extrativismo (látex, cascalho, cacau, etc.). Esta dinâmica não proporcionou adensamentos populacionais significativos, exceto nas áreas marginais das ferrovias e rios e nas áreas próximas à picada aberta por Rondon.

Durante a 2ª Grande Guerra, tentou-se a reativação da atividade da borracha com vistas a auxiliar as forças aliadas. Este impulso favoreceu uma nova onda de migrantes oriunda, mais uma vez, principalmente do Nordeste. Nesta fase, segundo Sydenstricker (1992), houve um revigoramento da exploração da borracha e surgem as experiências de colonização, através das colônias agrícolas. O fluxo de migrantes era composto basicamente de nordestinos. Segundo o autor, a intenção de criação destas colônias era a de "promover uma ocupação mais estável e garantir o abastecimento de produtos agrícolas para as cidades de Porto Velho e Guajará Mirim" (Sydenstricker, 1992: 15).

Essas colônias ficavam em sua maioria ao redor de Porto Velho e seus resultados ficaram muito abaixo dos esperados. Apenas em 1943 cria-se o Território Federal de Guaporé, o qual hoje se chama de Rondônia.

Na segunda metade do século XX, a produção dos seringais de cultivo na Ásia paralisa o processo de povoamento e atividade econômica da região. Ainda segundo Sydenstricker, em 1952 acontece a descoberta de cassiterita na região, e durante a década de 60 intensifica-se sua exploração, suplantando a borracha na formação da renda interna. Essa nova dinâmica trouxe novos migrantes e permitiu um novo arranjo econômico para a população local.

Em 1950, a população de Rondônia era de 36.935 habitantes, número que sobe para 70.783 em 1960. As mudanças na economia regional que fomentaram essa migração elevada e o desenvolvimento da agricultura foram impulsionadas justamente pela implantação de colônias agrícolas por parte do governo de Rondônia, visando conter o êxodo rural, em conjunto com a descoberta da cassiterita, que surge como uma alternativa à borracha.

A natureza do fluxo migratório que se dirigiu à região nesse período é tipicamente a de "frente camponesa" nos moldes descritos por Martins (1997), ou seja, não ocorreu uma ocupação capitalista da terra, não a transformaram em mercadoria.

Durante o período extrativista (até os anos 60), tem-se a ferrovia Madeira-Mamoré como eixo de ocupação migratória. Já nos meados dos 60, momento da agropecuária, surge a rodovia BR-364 (Cuiabá – Porto Velho) que funciona como eixo. De acordo com Teixeira:

> O início dos anos 70 coincide, portanto, com a derrocada da empresa extrativista, não obstante os seringueiros pudessem explorar por conta própria seringais que haviam sido abandonados. Serão eles, portanto, que os colonos encontrarão em seus postos de trabalho, e com eles, ou contra eles deverão articular seus interesses *(Teixeira, 1996: 321)*.

Com o golpe militar em 1964 adotam-se um conjunto de medidas visando à integração da região à economia nacional, a chamada "Operação Amazônia". A expansão e integração dos focos isolados de sua economia, e a articulação destes com o resto do país constituem-se formas de povoar a região. Esse povoamento dar-se-ia pela planificação das correntes que historicamente vinham do Nordeste e do Centro-Sul. Cabe ressaltar que na década de 60 não houve medidas concretas que viabilizassem esses fluxos, sendo todos eles de caráter espontâneo.

Neste período, segundo Silva, o processo de colonização ficou tão desorganizado e fora de controle que a migração, antes incentivada, passou a ser desaconselhada pelo governo:

> Assim, todo o aparelho organizacional instalado para dirigir a colonização, passou a ser por ela conduzido. Ao invés dos órgãos efetuarem o trabalho de vanguarda nas áreas a serem ocupadas (mediação e demarcação dos lotes, estradas, postos de saúde, etc.), iam a reboque dos migrantes, tentando desenvolver ações para mitigar os efeitos negativos de uma ocupação desordenada do espaço *(Silva, 1984: 02)*.

Em 1970 recomeçam os fluxos de migração com o início do Programa de Integração Nacional (PIN), que vai marcar uma ação realmente efetiva do Estado em relação à ocupação da área:

> ... ao mesmo tempo em que procurar-se-ia expandir o processo de colonização na Amazônia, via transferência ou indução da população estruturalmente excedente do Nordeste e Centro-Sul, tinha-se também o cuidado de estimular e apoiar a iniciativa privada, capitalista, concedendo-lhe uma série de iniciativas fiscais e financeiras, além, obviamente, da oferta de terra a preços irrisórios. Terras estas que vieram a ser apropriadas, na grande maioria, por grandes empresas capitalistas com fins especulativos ou como reserva de valor *(Lopes, 1983: 19)*.

Neste período é proibida a lavra manual de cassiterita e o controle passa para grupos econômicos nacionais e estrangeiros. É o momento em que a colonização oficial ganha força e imprime uma nova configuração à ocupação de Rondônia. De acordo com Sydenstricker, a política de assentamento do INCRA, que conduziu a colonização oficial nos anos 60, foi constituída de pequenas propriedades para migrantes descapitalizados, com a produção baseada na mão de obra familiar, pois é a família que operacionaliza a produção e viabilizava a fixação.

Para este autor, esse modelo de colonização promovido pelo INCRA não conseguiu sequer no seu início responder às demandas (principalmente por terras) que o contingente migratório impunha. Tanto que em 1978, segundo o próprio INCRA, haviam sido assentadas 16.482 famílias, sendo que mais de 30 mil famílias aguardavam lotes. O fluxo de migrantes só começa a decair em 87. Esse grande fluxo migratório resultou em invasões, já que a legislação de terra legitimava a posse a partir de benfeitorias, principalmente derrubadas.

Maso (1990) destaca que os projetos de colonização realizados entre os anos 70 e 76 não foram suficientes para absorver o imenso contingente de famílias migrantes que chegaram e continuavam chegando. Neste sentido, a autora fala da "ocupação espontânea da terra" feita por posseiros que ocupavam as margens da rodovia.

Em 1976 entravam no território cerca de 900 famílias por mês, causando uma pressão tão grande dos migrantes sobre a terra que o INCRA teve que recorrer a novos projetos de colonização e novas formas de assentamento em lotes menores e com menor investimento estatal (Maso, 1990).

Um dos fatores que justifica esta pressão sobre a terra foi a decisão do governo, em 1973, de "fechar" a colonização pública ao longo da Transamazônica. Assim, Rondônia tornou-se uma das poucas alternativas e uma das únicas áreas de atração rural da década de 70. A propaganda ufanista do governo, fazendo criar o mito da "abundância, fertilidade e disponibilidade de terras", favoreceu o incremento da migração.

Em 1981 o território passou a Estado, com o objetivo de centralizar o poder e elaborar um plano que obedecesse aos critérios de racionalidade econômica. Criava-se o programa POLONOROESTE, com financiamento do Banco Mundial (34%) e Governo Brasileiro (66%), com os seguintes objetivos:

1. Pavimentar a BR-364 – trecho Cuiabá-Porto Velho;
2. Absorver população economicamente marginalizada em outras regiões;
3. Lograr o aumento da produção e renda da população;

4. Favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento inter e intra-regional;

5. Crescimento da produção em harmonia com preservação do sistema ecológico, respeitando e protegendo as comunidades indígenas.

Todavia, o estoque de terras férteis foi insuficiente para os assentamentos previstos, e a melhoria na infra-estrutura regional, somada à valorização da terra e à migração crescente, contribuiu para a ocupação indiscriminada do Estado, agravando o quadro social e ambiental da região.

O Censo Agropecuário de 85 mostra que os projetos de colonização permitiram uma desconcentração fundiária, mas os grandes estabelecimentos ainda retinham grandes estoques de terra[39] . Neste período, a ocupação do Estado era crítica, e o momento era de muita pressão para que a questão ambiental não fosse esquecida. Criam-se órgãos públicos ambientais e acontece a formalização da primeira versão do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado.

Em 1984 interrompe-se o Polonoroeste. Nas palavras de Sydenstricker: "fim de um modelo de colonização calcado em grandes projetos com investimentos expressivos em infra-estrutura e rede de apoio e serviços" (Sydenstricker, 1992:30). Segundo Martine (1994), esse momento, de fato, significou um verdadeiro ponto de inflexão para o processo de ocupação do Estado que, no entanto, mesmo em menor ritmo, continuou com a criação de novas formas de assentamento. A incapacidade de atender às demandas continuou, e os limites administrativos e institucionais também, pois apesar da diminuição do fluxo da migração, as demandas não atendidas anteriormente geraram outras.

As migrações, que tinham sido estancadas a partir dos 80 e alcançado o pico entre 84 e 86, revigoraram-se com o aumento da migração vinda de São Paulo. Dentre os migrantes que Rondônia recebe, Teixeira (1996) faz uma distinção entre "migração de busca" e "migração fugida". Para o autor, a migração de busca estaria representada por aqueles que vão buscar terra para si próprios e para seus descendentes, na maioria, migrantes vindos do Sul e Sudeste. Além deles, há a "migração fugida", os migrantes do Nordeste que foram expulsos pela seca, cujo objetivo é a sobrevivência. Cumpre lembrar que estas duas formas de migração ficaram muito bem configuradas nos dados analisados neste estudo.

Ainda para Teixeira, a maioria dos migrantes de Rondônia se encaixa no chamado "perfil pioneiro": capaz de transformar a natureza em civilização,

[39] Sydenstricker acredita que "a concentração de terras de boa qualidade acabou ficando nas grandes propriedades e a ocupação das terras piores com os pequenos agricultores", p. 29.

baseada na tradição dos imigrantes europeus herdada pelos colonos. É importante lembrar os impactos que esse tipo de cultura traz ao meio-ambiente: os projetos de colonização transformaram radicalmente o meio ecológico. Neste contexto ficou muito difícil para índios e seringueiros manterem suas formas de vida tradicionais. Na realidade, os empreendimentos criados pela colonização – grandes desmatamentos – têm impedido isso.

Como se percebe na Tabela 44, o incrível crescimento experimentado por Rondônia até, pelo menos, o final dos anos 80, ocorreu em quase todas as suas microrregiões, embora algumas como Ariquemes, Cacoal e Colorado do Oeste tenham apresentado comportamento ainda mais expressivo. Já nos anos 90, uma abrupta redução do incremento demográfico se registra em várias microrregiões, com exceção de Ariquemes, Porto Velho, Alvorada do Oeste e Guajará-Mirim, que ainda mantêm crescimento significativo superior a 3%.

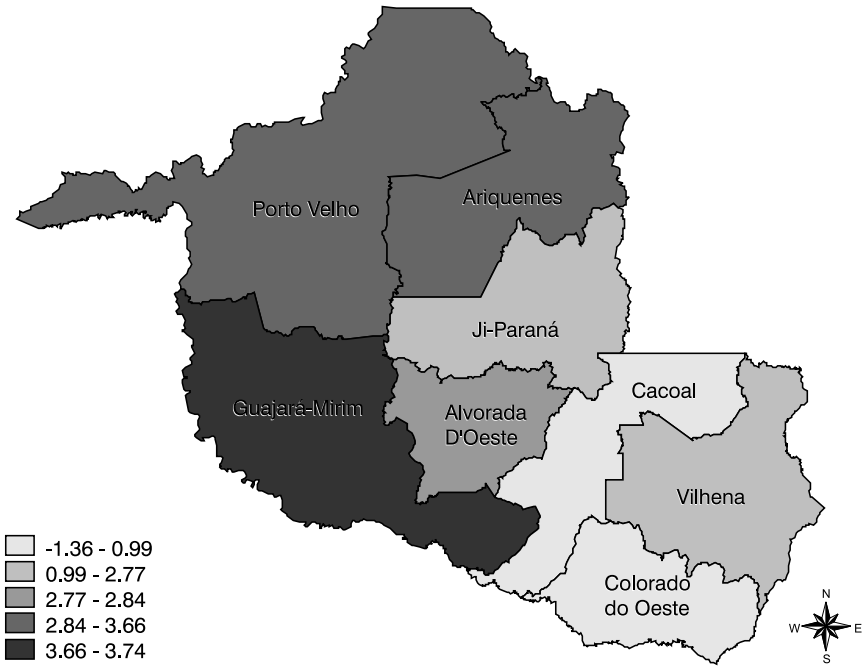
Não obstante, merece destaque especial a microrregião de Ji-Paraná, cujo crescimento menor não reflete a importância demográfica assumida no Estado, abrigando, depois de Porto Velho, o maior contingente demográfico registrado pelo Censo 2000. Quanto às taxas de crescimento para os anos 90 destaca-se Guajará-Mirim, seguida pelas microrregiões de Porto Velho e Ariquemes (Mapa 9).

Tabela 44
População e Taxa de Crescimento Demográfico por Microrregiões
Estado de Rondônia
1970, 1980, 1991 e 2000

Microrregião	População Total				Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1.970	1.980	1.991	2.000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Alvorada d´Oeste	3.479	11.732	56.283	72.391	12,93	15,32	2,84
Ariquemes	6.028	32.725	100.398	138.696	18,43	10,73	3,66
Cacoal	16.967	80.355	206.055	225.110	16,83	8,94	0,99
Colorado do Oeste	4.609	25.022	68.664	60.685	18,43	9,61	-1,36
Guajará-Mirim	18.526	23.833	42.635	59.306	2,55	5,43	3,74
Ji-Paraná	24.468	132.840	275.117	303.277	18,43	6,84	1,09
Porto Velho	28.586	138.945	293.714	405.779	17,13	7,04	3,66
Vilhena	8.402	45.617	88.008	112.548	18,43	6,16	2,77
Total UF	**111.064**	**491.069**	**1.130.874**	**1.377.792**	**16,03**	**7,88**	**2,22**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Mapa 9
Taxas Médias Anuais de Crescimento segundo Microrregiões
Estado de Rondônia
1991/2000



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Assim como no caso do Estado de Mato Grosso, Rondônia também apresenta algumas características migratórias típicas das áreas de fronteiras, sendo uma delas a maior dispersão espacial da imigração inter ou intra-estadual. Mais uma vez, a microrregião de Ji-Paraná tem papel diferenciado, posto que detinha, nas duas décadas analisadas, os maiores volumes de imigração interestadual, o que de certa forma não causa surpresa, dada a sua localização fronteiriça ao Estado do Mato Grosso.

Refletindo a situação de grande pólo de atração migratória de Rondônia, todas as microrregiões apresentam IEM elevados tanto na década de 70 quanto na década seguinte, com uma redução significativa nos anos subseqüentes.

Tabela 45
Imigração e Emigração por Microrregiões
Estado de Rondônia
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Migração Interestadual					Migração Intra-estadual		
	Imigrantes			Emigrantes		Imigrantes		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	70/80	81/91	91/96
Mun. não decl. e mal def.	-	-	-	12,4	7,3	-	-	-
Porto Velho	11,3	24,7	31,1	46,6	25,1	14,3	16,7	21,6
Guajará-Mirim	1,2	1,0	2,9	6,2	1,4	4,9	4,3	5,0
Ariquemes	11,8	10,1	14,5	3,1	7,9	36,6	13,7	15,3
Ji-Paraná	32,5	23,5	17,9	12,8	21,3	12,4	12,9	18,5
Alvorada D'Oeste*	-	4,0	4,6	-	2,0	-	21,5	12,4
Cacoal	20,0	22,0	15,0	5,6	17,9	13,1	15,1	13,8
Vilhena	23,2	8,5	8,9	13,3	11,7	18,6	12,4	10,0
Colorado do Oeste*	-	6,3	5,0	-	5,4	-	3,5	3,3
Total	**285.494**	**411.795**	**66.415**	**20.988**	**157.951**	**29.546**	**142.282**	**75.696**

(continua)

(continuação)

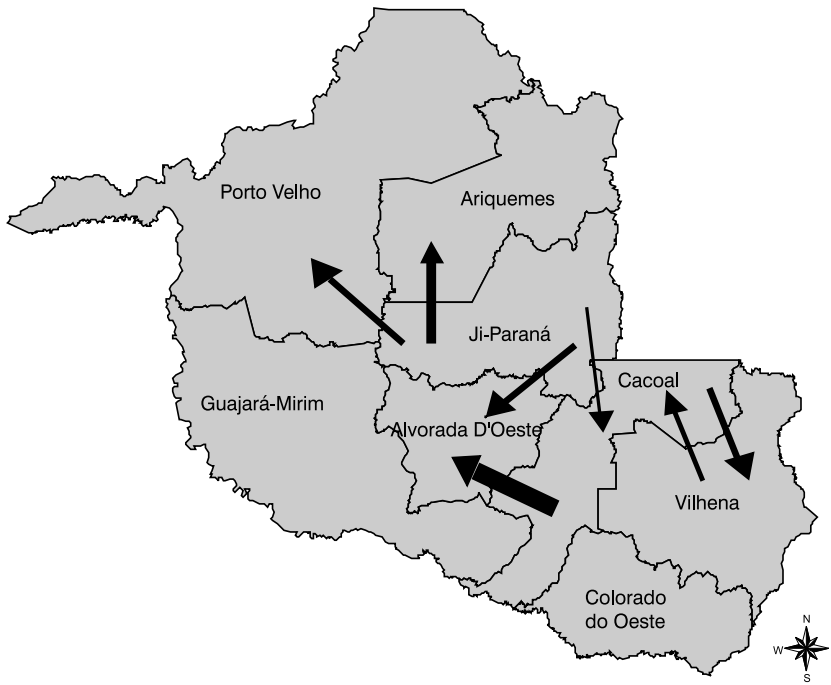
Microrregiões	Migração Intra-estadual		Índice de Eficácia Migratória			
	Emigrantes		Interestadual		Intra-estadual	
	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Mun. não decl. e mal def.	23,5	18,2	-	-	-	-
Porto Velho	10,7	5,5	0,5	0,4	0,1	0,5
Guajará-Mirim	6,0	3,8	0,4	0,3	-0,1	0,1
Ariquemes	3,5	4,4	1,0	0,5	0,8	0,5
Ji-Paraná	33,5	23,7	0,9	0,5	-0,5	-0,3
Alvorada D'Oeste*	-	3,5	-	0,7	-	0,7
Cacoal	14,6	26,2	1,0	0,5	-0,1	-0,3
Vilhena	8,3	8,1	0,9	0,3	0,4	0,2
Colorado do Oeste*	-	6,7	-	0,5	-	-0,3
Total	**29.546**	**142.282**	**0,9**	**0,4**	**0,0**	**0,0**

* Estas microrregiões não existiam na década de 70, sendo Alvorada D'Oeste desmembrada de Ji-Paraná e Colorado do Oeste desmembrada de Vilhena.
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Do ponto de vista da migração intra-estadual, o que mais chama a atenção é seu forte incremento nos anos 80 que, em conjunto com a redução da

imigração interestadual, sugere que a dinâmica das microrregiões começou, ao contrário do passado, a ser pautada também pela redistribuição interna da população. Nesse sentido, merecem destaque as áreas de Porto Velho, Alvorada do Oeste e Cacoal (Mapa 10). Tais tendências mostram, ao menos, dois possíveis processos: por um lado, o aumento da concentração urbana na capital do Estado e, por outro lado, a abertura de novas áreas de ocupação em detrimento das áreas mais tradicionais, representadas pelas microrregiões de Ji-Paraná e Vilhena, por exemplo.

Mapa 10
Principais Fluxos de Migração Intra-estadual segundo Microrregiões
Estado de Rondônia
1980/1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 46
Migrantes Interestaduais segundo Área de Destino: Urbana e Rural, por Microrregiões Estado de Rondônia
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Porto Velho	78,0	77,6	71,2	22,0	22,4	28,8
Guajará-Mirim	54,8	72,2	80,0	45,2	27,8	20,0
Ariquemes	38,9	48,3	46,5	61,1	51,7	53,5
Alvorada d'Oeste	-	47,5	33,9	-	52,5	66,1
Ji-Paraná	31,3	24,4	65,5	68,7	75,6	34,5
Cacoal	20,7	48,5	61,3	79,3	51,5	38,7
Vilhena	38,2	66,3	79,3	61,8	33,7	20,7
Colorado do Oeste	-	48,2	61,7	-	51,8	38,3
Total UF	**37,3**	**55,2**	**63,9**	**62,7**	**44,8**	**36,1**

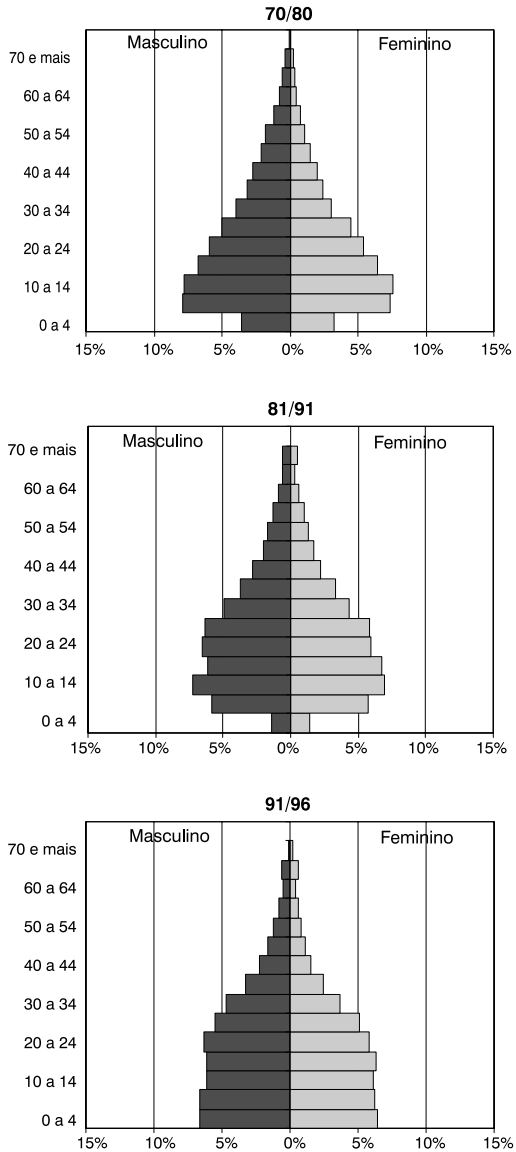
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Dadas suas características de ocupação e colonização, é evidente que os efeitos do chamado processo de modernização da agricultura dos anos 70 não foram sentidos por Rondônia, pois ainda apresentava nesse período 63% do fluxo de imigrantes com destino rural. No entanto, na década de 80, parece iniciar-se a reversão deste processo, uma vez que a imigração com destino rural acaba respondendo por menos da metade dos movimentos recebidos pelo Estado. Na primeira metade dos anos 90, o êxodo rural dá definitivamente os seus sinais: 64% dos migrantes já seguem para áreas urbanas, muitos dos quais provavelmente direcionados para Porto Velho. Vale lembrar que nessa última microrregião a tendência da migração urbana já se fazia presente desde a década de 70.

As Características da Migração

Sendo Rondônia o melhor exemplo de área de ocupação e expansão da fronteira agrícola, e considerando-se as políticas explícitas desencadeadas para o fomento da migração para este Estado, é fácil imaginar que a imigração familiar deveria predominar nessa área, como fica muito claro na observação da pirâmide etária dos migrantes interestaduais, onde predominam crianças e adultos jovens.

Gráficos 13
Pirâmide Etária dos Migrantes
Estado de Rondônia
70/80, 81/91 e 91/96



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tabela 47
Famílias de Chefes Migrantes Interestaduais segundo Tipo por Microrregiões
Estado de Rondônia
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Individual			Casal sem Filhos			Casal com Filhos			Estendida		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Porto Velho	22,9	12,4	19,9	8,6	11,5	16,0	41,1	44,7	23,8	12,0	10,6	10,5
Guajará-Mirim	10,9	13,9	26,0	8,0	8,7	16,7	58,1	55,5	25,7	12,3	5,7	9,1
Ariquemes	9,6	7,2	11,6	9,6	11,0	16,3	61,9	58,3	43,8	10,3	8,4	9,7
Alvorada d'Oeste	-	6,5	16,5	-	10,7	17,3	-	60,3	34,4	-	8,4	9,6
Ji-Paraná	4,9	5,7	13,1	10,4	10,9	19,7	65,8	66,2	43,1	9,6	9,0	8,9
Cacoal	4,1	4,5	15,7	11,2	11,3	18,6	67,6	64,0	36,4	9,4	8,0	9,0
Vilhena	5,4	8,5	16,4	9,5	11,8	18,0	66,9	57,9	30,4	9,9	7,1	9,8
Colorado do Oeste	-	3,8	16,5	-	12,6	18,9	-	63,2	36,0	-	6,8	8,9
Total UF	**8,1**	**7,8**	**16,9**	**9,9**	**11,3**	**17,2**	**62,3**	**57,2**	**32,5**	**10,1**	**8,7**	**9,8**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	Chefe com Filhos			Outros			Total		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Porto Velho	6,0	8,7	5,7	9,4	12,0	24,1	9.622	30.042	6.011
Guajará-Mirim	4,4	8,4	3,8	6,3	8,0	18,6	1.124	2.045	634
Ariquemes	3,8	6,0	5,1	4,7	9,1	13,5	9.649	13.035	2.633
Alvorada d'Oeste	-	7,3	5,9	-	6,8	16,3	-	25.863	3.450
Ji-Paraná	5,2	4,3	4,6	4,1	4,0	10,6	21.117	7.058	856
Cacoal	4,3	5,8	5,5	3,4	6,3	14,8	12.749	25.138	2.946
Vilhena	3,9	7,2	6,4	4,2	7,4	19,0	15.329	11.119	1.785
Colorado do Oeste	-	7,8	6,5	-	5,7	13,3	-	6.730	960
Total UF	**4,7**	**7,0**	**5,6**	**4,9**	**8,1**	**18,0**	**69.590**	**121.030**	**19.275**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Com base nos dados do Censo Demográfico, pode-se constatar que os fluxos para Rondônia eram nitidamente de caráter familiar: nos anos 70, 62% das famílias dos chefes imigrantes eram do tipo nuclear, ou seja, cônjuge e filhos. Cumpre notar que, embora os dados censitários não deixem dúvida quando ao caráter familiar da ocupação de Rondônia, não necessariamente a migração de toda a família era feita de maneira simultânea, uma vez que, em geral, os chefes e, em certos casos, seus filhos homens, se antecipavam na chegada de maneira a preparar o ambiente para a chegada do resto da família (Sydenstricker, 1992). Esta tendência mantém-se na década seguinte, porém com menor intensidade.

Tabela 48
Chefes de Família Imigrantes Interestaduais Economicamente Ativos segundo Inserção Produtiva
Estado de Rondônia
70/80 e 81/91

Microrregião		Porto Velho		Guajará-Mirim		Ariquemes		Alvorada d'Oeste		Ji-Paraná		Cacoal		Vilhena		Colorado do Oeste		Total UF	
Inserção Produtiva		70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91	70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		0,7	1,2	2,2	0,0	8,1	3,2	-	2,8	2,9	2,0	2,1	2,7	3,0	3,4	-	5,6	3,2	2,5
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,0	3,4	0,4	1,7	0,6	4,4	-	3,1	0,6	1,2	0,2	3,1	0,8	1,3	-	2,1	0,5	3,0
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		0,7	2,1	0,0	7,6	1,1	7,3	-	6,7	2,3	8,2	3,7	10,3	2,4	2,5	-	7,3	2,2	6,1
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	2,9	-	0,5	-	2,1	-	1,3	-	0,1	-	1,1	-	1,7	-	0,9	-	1,7
Empregado	Agricultura	0,7	0,1	3,2	0,0	6,8	1,9	-	0,3	3,9	0,1	1,7	0,2	3,4	0,9	-	0,8	3,3	0,5
	Pecuária	1,0	0,4	2,4	0,0	0,5	1,8	-	1,7	0,8	0,6	0,6	0,8	1,7	3,0	-	1,2	1,0	1,2
	Outros Agropecuários	0,5	0,1	1,2	2,7	0,4	0,5	-	0,5	0,7	0,2	0,0	0,5	0,5	2,4	-	0,0	0,4	0,6
	Indústria	20,1	11,5	5,1	8,1	6,0	12,4	-	7,8	5,0	3,1	3,3	8,8	8,6	9,4	-	6,7	7,7	9,3
	Comércio e Serviços	35,3	42,2	29,1	33,2	8,5	18,7	-	22,6	9,6	13,4	6,1	19,3	9,3	32,0	-	17,2	12,6	26,5
	Outros (mal definidos)	1,5	0,5	0,0	1,0	0,2	0,3	-	0,1	0,7	-	0,1	0,0	0,2	0,2	-	0,0	0,5	0,2
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		7,6	6,1	39,4	16,4	48,6	23,1	-	30,7	57,7	58,3	70,9	34,6	53,7	20,5	-	39,2	50,9	25,5
Autônomo ou Conta Própria Outros		29,2	24,9	16,0	19,3	9,5	14,6	-	16,1	10,7	8,1	8,7	13,6	12,0	15,7	-	13,5	13,1	17,0
Empregador		2,4	4,0	0,7	8,4	8,6	9,0	-	5,2	3,3	3,5	2,3	3,9	4,0	6,5	-	4,2	3,8	5,1
Sem Remuneração		0,3	0,5	0,4	1,1	1,1	0,7	-	1,1	1,7	1,0	0,3	0,9	0,5	0,5	-	1,3	0,9	0,8
Total		**9.163**	**27.162**	**1.028**	**1.872**	**9.137**	**12.175**	**-**	**23.088**	**19.682**	**6.498**	**12.565**	**23.258**	**14.610**	**10.101**	**-**	**5.819**	**66.185**	**109.973**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

* Os dados para a categoria "Trabalhador Doméstico" não são possíveis de serem obtidos para o período 70/80, em função desta ter sido incorporada apenas no Censo Demográfico de 1991.

No início dos anos 90 pode-se perceber que se altera este perfil: a migração familiar perde peso relativo, e aumenta significativamente a migração individual. Nesse sentido, é importante observar que a redução da migração no Estado, acompanhada pelo ganho relativo de Porto Velho como área de imigração, certamente ajuda a entender tal modificação. Trata-se, na verdade, de um resultado do processo de "esfriamento" da ocupação de Rondônia muito mais que uma mudança efetiva do perfil de seus migrantes.

Esse processo também fica explícito quando se analisam os dados sobre inserção produtiva dos migrantes que chegaram ao Estado. De acordo com a tabela abaixo, a redução do ímpeto migratório de Rondônia dá-se obviamente em paralelo com a brusca redução da participação de migrantes na categoria "autônomo ou conta própria na agropecuária". Essa redução foi registrada em todas as microrregiões com exceção de Porto Velho, onde a forma de inserção dos migrantes é baseada predominantemente no setor secundário e terciário.

Excetuando-se Porto Velho, metade dos imigrantes se ocuparam como autônomos/conta própria na agropecuária em 1970; em Cacoal esse valor chegava a 71%, provavelmente pela proximidade com o Mato Grosso, onde a atividade predominante é a pecuária. Estes dados deixam clara a forma de ocupação de Rondônia, propiciada pelas políticas de colonização: agricultura familiar em pequenas e médias propriedades formadas por trabalhadores agrícolas e pequenos produtores descapitalizados e expulsos do Paraná, do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, em menor medida, dos sempre prejudicados nordestinos. Deixam claro também que a redução da migração muda significativamente o perfil do migrante que, mais urbano, passa a se inserir em maior medida nas atividades próprias daquelas áreas.

No caso de Rondônia repete-se uma constante no Centro-Oeste: o tipo de ocupação experimentada acaba por implicar em uma migração de pessoas de mais baixa qualificação e, portanto, com menor nível de escolaridade. Seguindo a tendência da Região, em 1970, 40% dos chefes de família migrantes não tinham instrução alguma, 29% tinham primário incompleto e 21% o ginásio incompleto. Destacam-se as microrregiões de Cacoal e Ji-Paraná, cujos percentuais foram ainda mais elevados, uma vez que entre os "sem instrução" e com "primário incompleto" tinha-se mais de 75% dos chefes de família migrantes. As microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim foram as únicas que não seguiram a tendência geral do Estado, apresentando um crescimento da escolaridade destes migrantes ao longo das décadas, coerente com o crescimento da migração individual dos empregadores e trabalhadores no comércio e indústria nessas áreas.

Tabela 49
Chefes de Família Migrantes segundo Escolaridade, por Microrregiões
Estado de Rondônia
70/80, 81/91 e 91/96

Microrregiões	Sem Instrução			Primário Incompleto			Ginásio Incompleto			2º Grau Incompleto		
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Porto Velho	23,4	14,3	12,4	24,6	13,7	15,4	26,8	31,6	28,4	8,8	15,5	13,5
Guajará-Mirim	27,9	15,6	10,1	24,1	17,2	17,3	27,8	22,2	25,5	5,2	12,6	14,8
Ariquemes	42,7	23,6	12,9	30,2	23,8	30,9	19,8	33,5	35,4	3,0	8,9	10,4
Alvorada d'Oeste	-	27,1	15,7	-	23,3	22,9	-	30,3	34,2	-	7,9	11,5
Ji-Paraná	48,0	32,0	22,8	28,5	25,2	28,3	17,9	31,3	33,6	2,5	7,1	6,8
Cacoal	45,6	26,8	16,3	32,4	25,9	23,3	17,8	31,2	34,4	2,2	7,8	11,2
Vilhena	37,6	17,7	11,5	33,0	22,1	20,1	23,0	35,5	35,0	3,0	10,3	12,8
Colorado do Oeste	-	26,1	17,3	-	25,5	24,5	-	34,5	34,2	-	5,6	11,3
Total UF	**40,8**	**22,6**	**14,2**	**29,8**	**21,5**	**21,6**	**20,7**	**31,8**	**32,4**	**3,5**	**10,0**	**11,9**

(continua)

(continuação)

Microrregiões	2º Grau Completo ou mais			Alfabetização de Adultos		Menos de 1 ano	Não determinado		Ignorado
	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96	70/80	81/91	91/96
Porto Velho	15,9	24,3	28,3	0,6	0,4	0,7	-	0,2	1,2
Guajará-Mirim	13,7	32,1	28,2	1,2	0,3	0,5	-	0,0	3,6
Ariquemes	3,7	8,6	8,2	0,7	1,6	0,7	-	0,0	1,5
Alvorada d'Oeste	-	10,3	14,2	-	0,9	0,6	-	0,2	0,8
Ji-Paraná	2,3	4,1	6,5	0,8	0,3	1,3	-	0,0	0,7
Cacoal	1,9	7,9	12,6	0,2	0,4	1,1	-	0,1	1,2
Vilhena	2,7	13,4	18,4	0,8	0,9	1,0	-	0,1	1,1
Colorado do Oeste	-	7,3	11,0	-	0,3	1,0	-	0,6	0,7
Total UF	**4,6**	**13,2**	**17,9**	**0,6**	**0,7**	**0,8**	**-**	**0,2**	**1,2**

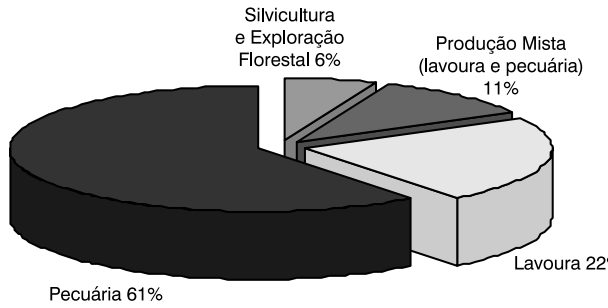
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Características da Atividade Agropecuária

Para Rondônia, mais que para qualquer outro Estado, a avaliação de sua estrutura e ocupação econômica é peça chave para se entender o intenso processo migratório do qual foi protagonista. Com efeito, a colonização levada a cabo no Estado o fez assumir características muito peculiares, particularmente no que se refere ao tipo de produção e à propriedade fundiária.

Assim, o gráfico abaixo mostra que não obstante a pecuária mais uma vez tenha ganhado terreno, ainda nos anos 90, era muito significativa a atividade ligada à agricultura e extrativismo.

Gráfico 14
Área dos Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica
Estado de Rondônia
95/96



Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/96.

Este perfil dos estabelecimentos agropecuários de Rondônia acaba por implicar em um fato muito peculiar: trata-se de uma área no Centro-Oeste Ampliado onde as pequenas e médias propriedades têm participação um pouco mais expressiva. Conforme os dados levantados em 1995/96, estas representam 1% do total, o que é significativo quando nos outros Estados esse valor é praticamente zero. Além disso, as áreas de tamanho relativamente "médio" que vão de 10 a 100 hectares são um quinto dos estabelecimentos agrários, depois deste, o estado que apresenta maior percentual neste caso é Goiás com apenas 8,8% de propriedades neste grupo de área A tabela abaixo mostra como em Rondônia as matas e florestas naturais ainda possuem grande importância, ocupando parte significativa de seu território (57,3%). Outro uso da terra mais evidente é a pastagem plantada (30%).

Tabela 50
Área dos Estabelecimentos por Grupos de Área Total e Utilização de Terras (Hectare)
Estado de Rondônia
95/96

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Lavouras			Pastagens	
	Permanentes	Temporárias	Temporárias em Descanso	Naturais	Plantadas
Menos de 10 ha	15,8	10,3	2,0	0,4	0,6
10 a menos de 100 ha	58,6	57,2	51,5	17,6	25,2
100 a menos de 1000 ha	23,8	24,1	38,8	28,4	42,8
1000 a menos de 10000 ha	1,8	7,3	6,5	16,8	24,3
10.000 a menos de 100.000 ha	0,0	1,0	0,9	36,8	7,1
100.000 ha e mais	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0
Total (ha)	**254.334**	**177.974**	**69.220**	**343.369**	**2.578.700**

(continua)

(continuação)

Grupos de Área	Utilização de Terras				
	Matas e Florestas		Produtivas não utilizadas	Terras inaproveitáveis	Total
	Naturais	Plantadas			
Menos de 10 ha	0,1	0,3	0,8	2,5	1,0
10 a menos de 100 ha	14,5	27,0	21,2	25,6	20,5
100 a menos de 1000 ha	26,3	33,8	27,4	27,0	31,2
1000 a menos de 10000 ha	22,3	10,6	13,6	17,0	21,3
10.000 a menos de 100.000 ha	24,5	28,4	37,0	27,8	19,0
100.000 ha e mais	12,3	0,0	0,1	0,1	7,1
Total (ha)	**5.090.420**	**41.040**	**236.626**	**98.704**	**8.890.386**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/96. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Percebe-se ainda pelo gráfico abaixo que a atividade pecuária parece ser muito mais intensa nas regiões do leste do Estado, justamente aquelas de ocupação mais antiga e vizinhas a Mato Grosso, onde o gado também é a atividade privilegiada. No entanto, percebe-se a existência ainda de regiões como Guajará-Mirim ou Alvorada do Oeste onde a atividade agrícola é muito expressiva, fato que chama a atenção na medida em que nessas áreas o crescimento demográfico e, em conseqüência, a migração, foram significativos nos anos 90.

Finalmente, os dados sobre o pessoal ocupado na agropecuária corrobora a importância da atividade agrícola – particularmente a permanente e extrativista – no Estado, especialmente em algumas de suas microrregiões, como Alvorada do Oeste, Ariquemes e Cacoal. Porém, estas vêm sendo ameaçadas pela pecuária, como já ocorre na microrregião de Ji-Paraná.

Tabela 51
Pessoal ocupado em Estabelecimentos Agropecuários segundo Grupos de Atividade Econômica (Pessoas)
Estado de Rondônia
95/96

Grupos de Atividade Econômica	Microrregião				
	Alvorada D'Oeste	Ariquemes	Cacoal	Colorado do Oeste	Guajará-Mirim
Lavoura temporária	19,8	17,2	27,2	20,5	38,2
Horticultura e produtos de viveiro	0,3	0,7	0,7	1,0	0,9
Lavoura permanente	34,4	38,4	25,6	3,6	8,7
Pecuária	20,9	24,6	25,2	45,8	27,5
Produção mista (lavoura e pecuária)	22,4	15,4	19,9	27,6	14,5
Silvicultura e exploração florestal	2,2	3,7	1,4	1,3	10,0
Pesca e aquicultura	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Produção de carvão vegetal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	**36.417**	**38.532**	**70.801**	**24.905**	**5.863**

(continua)

(continuação)

Grupos de Atividade Econômica	Microrregião			
	Ji-Paraná	Porto Velho	Vilhena	TOTAL
Lavoura temporária	13,1	36,9	25,5	21,3
Horticultura e produtos de viveiro	0,7	2,1	1,9	0,8
Lavoura permanente	13,4	9,5	9,0	20,5
Pecuária	48,2	28,3	42,1	34,1
Produção mista (lavoura e pecuária)	23,4	12,4	19,5	20,6
Silvicultura e exploração florestal	1,1	4,5	1,8	2,1
Pesca e aquicultura	0,0	6,2	0,1	0,5
Produção de carvão vegetal	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	**89.008**	**24.317**	**14.680**	**304.523**

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/96. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Fica claro, portanto, que Rondônia, como exemplo de uma área de colonização, e conseqüentemente de forte atração migratória, forjou tais características baseada na absorção dos migrantes não somente nas atividades agropecuárias, mas na alocação da população nas áreas rurais. O desaparecimento dos incentivos e projetos governamentais para a continuidade desse processo e o avanço da pecuária parecem pôr em xeque um dos mais interessantes e, talvez, bem sucedidos programas de assentamento de população rural no país. Sua continuidade dependerá, muito provavelmente, do poder de resistência do

pequeno e médio proprietário e também da existência de atividades sustentáveis e economicamente viáveis para a região. Nesse sentido, a introdução do café e a possibilidade de seu escoamento via Porto Velho aparece como uma das esperanças regionais.

II.6. Distrito Federal

A decisão de construir a Capital Federal no "coração" do Brasil estava profundamente ligada à idéia de integração nacional e desenvolvimento de uma região que até então apresentava uma economia bastante incipiente – lembremo-nos de que Brasília foi inaugurada em 1960. A construção de rodovias e o pesado investimento estatal em infra-estrutura trouxeram dinamismo ao centro do país e agilizaram o processo de urbanização de uma grande área sob influência da nova capital.

O Estado era o grande proprietário de terras, o que caracteriza de maneira especial o Distrito Federal em comparação a outras cidades. De acordo com Caiado (2000), a configuração espacial estabelecida por um Plano Piloto deu origem a uma profunda elitização da ocupação no DF, empurrando para a periferia – as cidades satélites, ou o entorno – os migrantes que trabalharam na sua construção e também os funcionários públicos sem acesso às caras terras do solo planejado. Esta situação foi agravada na década de 80 com a diminuição da oferta de empregos públicos, dado o fim do processo de instalação dos órgãos governamentais da nova capital federal. Nos anos 90, a ocupação dessa periferia já se mostra irreversível e há então a confirmação de um fenômeno particular, posto o caráter residencial desses municípios limítrofes.

O Distrito Federal, juntamente com Goiânia, representa um dos principais centros urbanos do Centro-Oeste. Contudo, se no caso de Goiânia, sua consolidação como centro regional está, em boa parte, ligada ao processo de modernização da economia que vem sendo gerado sobretudo pela intensificação da agroindústria na região, no DF a função para a qual foi planejado o torna um caso bastante particular no Centro-Oeste, particularmente no que se refere aos processos econômicos e de ocupação demográfica. De fato, ao lado de Mato Grosso, o DF tem apresentado os mais elevados incrementos populacionais quando comparado aos Estados da região analisada. Entretanto, como se verá, as características dessa migração são claras em apontar um conjunto de condicionantes muito distintos daqueles já observados neste estudo.

Além disso, é importante notar que, ao contrário dos Estados, o DF é, para efeitos do Censo Demográfico, ao mesmo tempo um município e uma

Unidade da Federação, infelizmente impossibilitando qualquer análise do comportamento interno, mesmo que, como se sabe, dentro dessa área existam grandes aglomerações urbanas representadas pelas chamadas "cidades satélites". De toda maneira, considera-se importante nesta parte do trabalho apresentar e analisar as características da migração que dão um caráter todo especial ao Distrito Federal (Ruas, 1997).

Como se mostrou anteriormente, na década de 70 o Distrito Federal aparece como centro de grande atratividade imigratória, principalmente de migrantes vindos de Minas Gerais e Goiás. Contudo, os anos 80 são marcados por um aumento vertiginoso da emigração. A imigração diminui sensivelmente, o que fez com que o IEM ficasse próximo de zero, refletindo, mais que uma redução significativa do potencial atrativo do DF, um forte aumento da circulação de pessoas, como já demonstrado, em muito condicionado pela "emigração" para o seu "entorno", que abrange o Estado de Goiás. Nos primeiros anos da década de 90 o índice aumentou um pouco, não chegando, contudo, a descaracterizar o perfil dinâmico da migração traçado anteriormente.

Assim, como bem avalia Caiado, o DF não está mais conseguindo absorver a imigração a ele destinada e está repassando esse contingente populacional à sua área de influência mais direta, à periferia metropolitana já formada, quer seja, ao seu entorno.

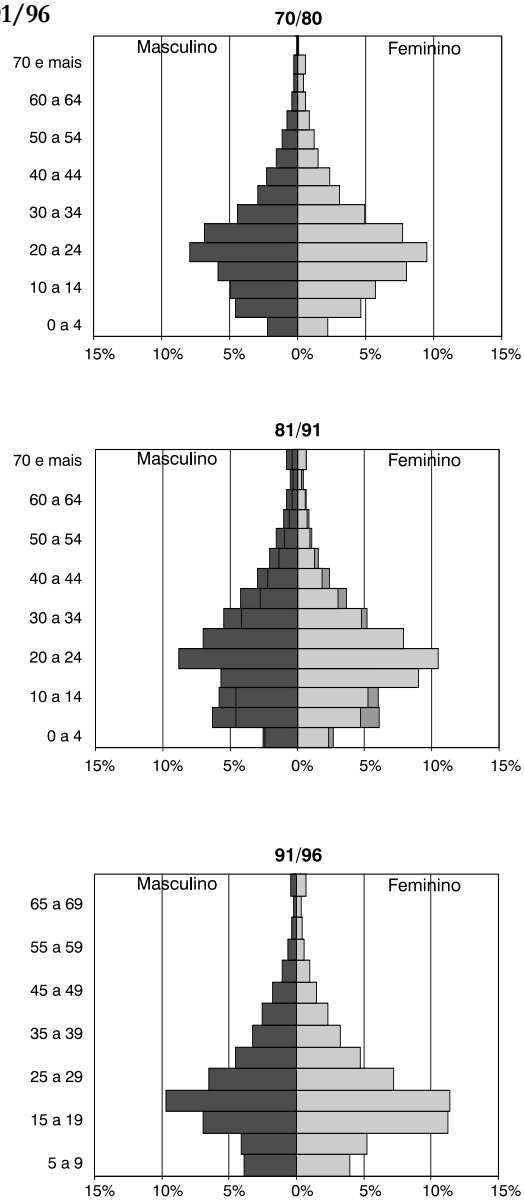
> (...) Os deslocamentos populacionais estabelecidos entre Goiás e o Distrito Federal, mais do que uma migração entre UFs, representam uma expansão de Brasília em direção aos municípios limítrofes *(Caiado, 2000: 6)*.

As Características da Migração

As especificidades do DF também se revelam no perfil sócio-demográfico da migração recebida, uma vez que estas refletem não apenas as formas diferenciais de inserção do indivíduo migrante nessa Unidade da Federação, mas também sua grande seletividade em termos etários e, conseqüentemente, quanto à composição familiar.

Assim, quanto à idade, percebe-se uma ruptura significativa do que se poderia considerar o "padrão" dominante da migração nos Estados do Centro Oeste. De fato, a pirâmide etária acima deixa clara a grande concentração da migração nas idades adultas jovens, ou seja, nas faixas altamente produtivas, característica própria dos grandes centros urbanos, onde a atração por pessoas sozinhas ou casais sem filhos é sempre grande.

Gráficos 15
Pirâmide Etária dos Migrantes
Distrito Federal
70/80, 81/91 e 91/96



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Tal distribuição etária deriva-se, por sua vez, de uma composição familiar também bastante diferenciada e que pouco variou entre as décadas de 70 e 80. Nesses períodos, destacam-se as participações das categorias de arranjos "individuais" e "outros" em detrimento do que normalmente se observava nos demais casos, ou seja, a "família nuclear". Todavia, merece destaque a modificação observada no período de 91/96: registra-se uma queda vertiginosa dos arranjos "casais e chefes com filhos", e um aumento impressionante – mais que o dobro – dos migrantes na categoria "outros".

Tabela 52
Família de Chefes Migrantes Interestaduais segundo Tipo
Distrito Federal
70/80, 81/91 e 91/96

Tipo de Família	70/80	81/91	91/96
Individual	14,5	12,3	17,5
Casal sem Filhos	8,8	11,0	13,2
Casal com Filhos	38,0	40,3	14,6
Estendida	16,9	9,6	13,6
Chefe com Filhos	8,4	11,5	3,3
Outros	13,3	15,4	37,7
Total	**132.198**	**92.720**	**44.298**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Vale chamar a atenção para o fato de que, embora os arranjos familiares não convencionais sempre tenham tido muita expressividade na migração para o Distrito Federal em todo o período analisado, essa modificação muito provavelmente pode ser entendida pelo processo crescente de "expansão" do DF para o seu entorno. Pode-se pensar que com o processo de "periferização" e "espraiamento" dos limites do DF (para Goiás), a migração para o DF se caracterizaria, sobretudo, pela ocupação de seus espaços centrais e, portanto, mais valorizados, por um tipo muito especial de migrante que, ao que tudo indica, migraria sozinho. Assim, o seu território parece estar sendo cada vez mais "reservado" para um grupo muito específico de migrantes, sendo que para aqueles de mais baixa renda – em geral, os que representam o grosso da migração familiar e que, de certo, já ocuparam, nas décadas anteriores, grande parte das cidades satélites – restaria ocupar o entorno de Brasília.

Muito provavelmente, mais que uma mudança do perfil da migração que busca a região do DF, esse fenômeno representaria uma simples falácia estatística

condicionada pela forma como é levantada a informação. Vale lembrar que o Entorno de Brasília (ou seja, o espaço "real" da ocupação regional) envolve duas Unidades da Federação, o que leva a caracterizar uma migração nitidamente em busca desse espaço "real" como ocorrendo em regiões distintas (ou seja, no DF e em Goiás).

Todas estas particularidades do DF também se refletem no nível de escolaridade, cuja análise revela as diferenças com as outras UFs do Centro-Oeste. Desde a década de 70, o perfil dos migrantes caracteriza-se pela maior concentração daqueles com mais alto nível de instrução, que aumentam gradativamente sua participação até os primeiros anos da década de 90.

Tabela 53
Chefes de Família Migrantes segundo Escolaridade, por Microrregiões
Distrito Federal
70/1980, 81/91 e 91/96

Escolaridade	70/80	80/91	91/96
Sem Instrução	24,1	14,3	7,9
Primário Incompleto	15,6	14,0	13,2
Ginásio Incompleto	24,4	25,8	25,0
2º Grau Incompleto	10,3	12,6	13,3
2º Grau Completo ou mais	25,0	32,8	38,9
Alfabetização de Adultos	0,7	0,4	0,8
Não determinado	-	0,1	1,1

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem de 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

A semelhança com as demais regiões metropolitanas do país estabelece-se pela formação de um núcleo concentrador de serviços e oportunidades de trabalho, e uma periferia parcialmente privada dessa infra-estrutura – habitação, saúde, transporte, segurança, etc. A principal diferença é a falta de uma diversidade de sua base econômica, ou seja, os setores primário e secundário da economia são de pouquíssima expressividade.

A intenção inicial de se criar também um pólo industrial não vingou, situação muito clara hoje, quando se percebe a condição primordial de Brasília como de centro de comércio, serviços e atividades administrativas. De fato, essas categorias são as grandes absorvedoras da mão-de-obra disponibilizada pelos migrantes: na década de 70 mais de 66% e, na década de 80, cerca de 57%.

Ainda, diferentemente do ocorrido nas demais UFs do Centro-Oeste e, como seria de se esperar, a inserção desses migrantes através de atividades econômicas rurais é ínfima, representando apenas 2% nos anos 70 e menos de 5% nos 80.

Tabela 54
Chefes de Família Migrantes segundo Inserção Produtiva, por Microrregiões
Distrito Federal
70/80 e 81/91

Inserção Produtiva		70/80	81/91
Trabalhador Agrícola Volante		0,1	1,0
Parceiro ou Meeiro Empregado		0,0	0,9
Parceiro ou Meeiro Autônomo ou conta própria		0,1	0,3
Trabalhador Doméstico (Empregado, Autônomo ou Conta Própria)*		-	7,3
Empregado	Agricultura	1,1	1,5
	Pecuária	0,5	0,7
	Outros Agropecuários	0,2	0,5
	Indústria	18,5	11,9
	Comércio e Serviços	66,3	56,5
	Outros (mal definidos)	0,2	0,3
Autônomo ou Conta Própria Agropecuária		0,6	0,4
Autônomo ou Conta Própria Outros		10,2	15,3
Empregador		2,0	3,1
Sem Remuneração		0,3	0,3
Total		**120.884**	**82.708**

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.
* Os dados para a categoria "Trabalhador Doméstico" não são possíveis de serem obtidos para o período 70/80, em função desta ter sido incorporada apenas no Censo Demográfico de 1991

Portanto, o caráter diferenciado do DF como o grande centro administrativo e político do país implicou que este se tornasse um dos grandes pólos de atração nacional, porém com grandes especificidades quanto ao tipo e composição da migração. Tais particularidades tornam-se ainda mais claras quando se considera que o território do DF, uma vez ocupado, teve sua continuidade de expansão "deslocada" para outro Estado, fato que poderia levar a avaliações empíricas equivocadas, especialmente no que se refere ao processo migratório.

Conclusões

No que se refere à migração interna, pode-se dizer que o Centro-Oeste apresenta duas grandes realidades: a primeira ligada ao processo de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas, e a segunda relativa ao crescimento de aglomerações urbanas, em geral, lideradas pelas capitais dos Estados.

Na verdade, tanto o "caminho" para a fronteira quanto o "inchamento" dos maiores centros nos anos 80 foram processos decisivos para explicar o comportamento diferencial de crescimento demográfico dos Estados do Centro-Oeste e, principalmente, de suas microrregiões.

Nesse sentido, Mato Grosso e Rondônia são casos exemplares, já que combinam áreas de alto crescimento demográfico claramente ligadas à expansão da fronteira agrícola, com aquelas onde a crescente urbanização parece estar atrelada ao processo de concentração e desenvolvimento de uma dinâmica urbana mais complexa[40]. Contudo, os dados analisados mostraram que a tendência de desaceleração da imigração para esses Estados é um fato, e está em consonância com as perspectivas de esgotamento da expansão e ocupação das fronteiras. Também as evidências empíricas foram bastante eloqüentes no sentido de indicarem a trajetória da fronteira em direção ao norte da região nos anos 80.

Em Goiás, assim como em Mato Grosso do Sul – onde a ocupação, sobretudo da fronteira, é mais consolidada –, as dinâmicas demográficas de áreas como Goiânia e Entorno de Brasília em GO, e Campo Grande no MS, seriam a outra face da moeda do processo de ocupação do Centro-Oeste. No caso de Goiás, é importante destacar que certamente o comportamento dessas microrregiões contribuiu de forma decisiva para reverter, na década de 80, o quadro de perda populacional líquida registrada por este Estado nos anos 70, reversão sugerida pelos dados aqui analisados.

As perspectivas para a presente década, apontadas pelos dados preliminares do Censo 2000, são de que o Centro-Oeste e todas as suas Unidades da Federação tenham deixado de ser áreas nitidamente de atração migratória para se tornarem regiões de alta circulação de população (ou até mesmo de expulsão), onde imigração e emigração teriam volumes consideráveis, mas sem predomínio de uma sobre outra. Para tanto, estaria contribuindo a intensificação da migração de retorno, reflexo, por um lado, da redução das oportunidades apresentadas nas

[40] Deve-se reconhecer que, embora tomados de forma separada, fica muito difícil saber até que ponto os processos de urbanização, por exemplo, de Cuiabá ou Porto Velho, não estariam também ligados ao afluxo significativo de migrantes "expulsos" da fronteira, processo que não é novo na região, como mostra Salim (1992).

fronteiras agrícolas e, por outro lado, do reduzido poder de absorção dos centros urbanos regionais que, com exceção das capitais e umas poucas cidades estrategicamente localizadas, pouco têm a oferecer ao grande "excedente rural", fruto do processo de modernização e transformação da estrutura econômica regional.

Além de estar refletindo processos concomitantes do "último suspiro" das fronteiras mais ao norte da região, e o esgotamento progressivo desse padrão de ocupação em boa parte das áreas, esse fato – a manutenção de certo níveis de imigração com aumento da emigração – estaria reforçando um aspecto dos movimentos migratórios que vem ganhando corpo e forma em todo o Brasil, qual seja: o baixo grau de estabilidade dos migrantes, que redundaria em uma maior circularidade dos movimentos migratórios.

Os dados analisados sobre características da migração, particularmente no que se refere à inserção produtiva dos migrantes e das atividades agropecuárias nos vários Estados, foram muito sugestivos com relação aos condicionantes da migração na região, ao demonstrar a grande coincidência entre os processos de redução do ímpeto migratório e de transformação produtiva, com suas conseqüências na inserção econômica dos migrantes e na concentração fundiária da região.

Em termos demográficos, as especificidades dos processos de ocupação da fronteira e dos grandes centros urbanos se materializavam na composição etária e familiar dos migrantes: enquanto a migração familiar predominava fortemente no primeiro caso, no segundo ficava muito claro o maior peso relativo de pessoas sozinhas ou de outros arranjos familiares menos tradicionais.

No que tange ao perfil socioeconômico, no caso das áreas de fronteira, nitidamente os imigrantes concentraram-se em baixos níveis de escolaridade e renda, e sua inserção produtiva, de maneira geral, dava-se via agricultura e sem vínculos empregatícios. No outro extremo, levas de migrantes melhor preparados rumaram para o Distrito Federal e Goiás, que apresentavam uma base produtiva mais diversificada e fortemente voltada às atividades do terciário, implicando em uma imigração bastante diferenciada.

Todas as análises que constam deste estudo mostraram inequivocamente que, mesmo em queda, o processo de ocupação das áreas de fronteira ainda podia ser sentido nos anos 90. Entretanto, o novo padrão de redistribuição regional está hoje fadado a ser, progressivamente, pautado muito mais pelo crescimento e consolidação dos maiores aglomerados urbanos, em especial aqueles centralizados pelas capitais regionais e, com maior intensidade ainda, em Goiânia e Distrito Federal. No caso de Tocantins, o ímpeto natural de crescimento em função de sua criação no final dos 80, embora ainda tenha se mantido durante a

década de 90, dificilmente resistirá ao arrefecimento do ritmo – no início sempre frenético – da implantação da capital Palmas. Aliás, esse Estado é onde talvez ainda hoje existam as melhores condições para se evitar a expulsão da população rural e, portanto, manter o seu processo de ocupação, ainda que estabilizado.

Deve-se, no entanto, considerar que os dados analisados sugeriram que as transformações produtivas ocorridas na região não apenas atuaram no sentido de deprimir a ocupação demográfica. Como se pôde notar, por exemplo, no caso de Mato Grosso, a emergência e crescimento de atividades como a soja tiveram impactos decisivos no crescimento populacional, em geral urbano, de certas áreas antes caracterizadas pela baixa densidade demográfica. Tampouco se pode esquecer de mencionar o papel do garimpo, embora efêmero e limitado a determinados períodos, como elemento importante para entender a ocupação de certas áreas da região.

Dessa forma, as tendências que já vinham se configurando nos anos 80 mantiveram-se nos anos 90, indicando uma nova etapa para a região. Uma vez passado o momento de ocupação mais intensa, o Centro-Oeste terá que enfrentar novos desafios, como o de manter parte de sua população que ainda resiste nas áreas de fronteiras em consolidação, principalmente viabilizando a pequena e média propriedade rural e, portanto, tentar neutralizar – o que parece muito difícil – ou contrabalançar os impactos inevitáveis de processos mais vigorosos, como o avanço da pecuária e da soja, para citar algumas, e a conseqüente concentração de terras. Também cumpre à região tentar equacionar os problemas das grandes concentrações urbanas e o próprio processo de urbanização generalizado, particularmente no que se refere a criar condições de absorver o enorme excedente gerado na zona rural.

Inegavelmente, a superação destes desafios implica em sérias dificuldades, sendo a imagem mais clara disso o grande aumento da emigração na região. Esse fenômeno relativamente recente é, em grande medida, explicado pela emigração de retorno de muitos que, atraídos pelo "canto da sereia" da disponibilidade e fartura de terras, acabaram elegendo os Estados do Centro-Oeste Ampliado para sua "aventura" migratória. O mais irônico é que esses migrantes, frutos de processos de estagnação econômica ou transformações produtivas e fundiárias em suas áreas de origem, acabam cedo ou tarde defrontando-se, no destino escolhido, com situações parecidas que os obrigam, uma vez mais, a buscarem alternativas, como que num "conto sem fim".

Tal situação mostra quão frágil e vulnerável é parte significativa da população brasileira, e quão importante é ainda a questão agrária como uma das formas de se atacar definitivamente a desigualdade social e a falta de cidadania em nosso país.

Bibliografia

BALSADI, O. V. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural goiano: 1981-1997. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (eds.). **O novo rural brasileiro:** uma análise estadual Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, v.3, 2000.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras.** Brasília: Editora UnB, 1988.

BOTELHO FILHO, F. B. Dinâmica hegemônica das ocupações rurais não-agrícolas no Distrito Federal. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (eds). **O novo rural brasileiro:** uma análise estadual Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, v.3, 2000.

BRASIL. Ministério do Interior. **Plano de desenvolvimento da Região Centro-Oeste (1987-1989).** Brasília: SUDECO, 1988.

BRITO, R. J. de (org.). A regularização fundiária como instrumento para o desenvolvimento sustentável em Mato Grosso. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, s.d.

CAIADO, M. C. S. Estrutura urbana e mobilidade intra-regional: a Região do Entorno de Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. (CD-Rom)

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (eds.). **O novo rural brasileiro:** políticas públicas. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, v. 4, 2000.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.

_____; MACHADO, C. C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, ABEP, v.9, n.1, p.22-34, jan./jul.1992.

_____. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, ABEP, v.2, n.1, p.31-73, jan./jun.1985.

CUNHA, J. M. P. Migrações no Centro-Oeste Brasileiro: as tendências e características do período de 1986-1996. In: ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 2., 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: CODEPLAN/FNUAP, 2000. (Cadernos de Demografia)

CUNHA, J. M. P. ; SILVEIRA, F. A. **Região Centro-Oeste:** o esgotamento de um processo de ocupação? Campinas: PRONEX, NEPO/UNICAMP, 1999. (mimeo)

_____. (Des) Continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no Período 1970/1991: qual o efeito da crise? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

_____. Os movimentos migratórios no Centro-Oeste na década de 80. In: ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 1., 1997, Brasília. **Anais ...** Brasília: CODEPLAN, 1997. (Cadernos de Demografia, 4)

DEDECCA, C. S. **Reorganização produtiva e estrutura de emprego no Brasil:** os anos 90. Campinas: IE-UNICAMP/Fapesp, 1999. (Relatório de Pesquisa)

EGLER, C. **Mudanças recentes no uso e na cobertura da terra no Brasil.** Campinas, 2001. (Texto apresentado no seminário: "Mudanças ambientais globais: perspectivas brasileiras") (mimeo)

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Campinas: IE-UNICAMP, 1997.

FARID, L. H. **Diagnóstico preliminar dos impactos ambientais gerados por garimpos de ouro em Alta Floresta/MT:** um estudo de caso. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992.

FERNANDES, D. M.; CAMPOS, H.; CORDEIRO, L. **Estudo da dinâmica demográfica regional recente, Região Centro-Oeste.** Campinas, 1997. (Relatório de Pesquisa)

FERREIRA, E. C.; FERNÁNDEZ, A. J. C.; SILVA, E. P. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, s.d.

FERREIRA, I. C. B. Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras.** Brasília: Editora UnB, 1988.

FIGUEIREDO, A. **A propósito do boi**. Cuiabá: Editora UFMT, 1994.

GALINDO, O.; DUARTE, R. **Infra-estrutura econômica:** um desafio à consolidação da grande fronteira do Brasil. Brasília: IPEA, mar./1998. (Trabalhos para Discussão, n.77)

GOMES, M. A. V. **Zoneamento sócio-econômico ecológico:** diagnóstico sócio-econômico ecológico do Estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2° aproximação. Cuiabá: Governo do Estado do Mato Grosso/SEPLAN/BIRD, 2000. (Situação Fundiária - Parte 2: sistematização das informações temáticas - nível compilatório)

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. de C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. **Textos NEPO 33,** Campinas, NEPO-UNICAMP, 1997.

GUIMARÃES, M. D. A. **Os colonos de Rio Claro:** estudo de uma colonização no norte do Mato Grosso. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Embrater, dez./1988.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA-IPEA/FJN. **Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil.** Recife, 1997.

JAKOB, A. A. E.; BARÊA, V. R. Mobilidade populacional intra-metropolitana de Goiânia no período 1970-1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. (CD-Rom)

JARDIM, A. P. **A influência da migração no mercado de trabalho das Capitais do Centro-Oeste.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1990. (Textos para Discussão, n.35)

KINZO, M. D. **Small producers and the state:** agriculture on the Amazon frontier. Faculty of Economic and Social Studies/University of Manchester, 1986.

LAVINAS, L. A agro-urbanização da fronteira. In: LAVINAS, L. (org.). **A urbanização da fronteira.** Rio e Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, v.1, 1986. (Série Monográfica, 5)

LEITE, S. **Assentamentos rurais:** um balanço da experiência brasileira. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: www.nead.gov.br. Acesso em: 13/12/2001.

LENA, P. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras.** Brasília: Editora UnB, 1988.

LOPES, E. S. **A colonização agrícola em Rondônia:** a relação parceleiro-agregado como manifestação de resistência à expropriação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

MATTEI, L. **A evolução do emprego agrícola no Brasil.** São Paulo: ABET, v. 4, 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho)

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n.329)

_____. **Ciclo e destino da migração para áreas de fronteira na era moderna:** uma visão geral. Brasília: Instituto SPN, 1992. (Documento de Trabalho, n.12)

_____. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: Fundação SEADE. **História e população:** estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

MARTINS, J. de S. **Fronteira:** a degradação do outro, nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MASO, M. dal. **Política de colonização e colonização da política.** 1990. 319f. Dissertação (Mestrado)-Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, R. de. **O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981–1988).** 1998. 157f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, T. C. M. de. **Agroindústria e reprodução do espaço:** o caso soja no Mato Grosso do Sul. 1994. 217f. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação.** Campinas: IE-UNICAMP, 1998.

_____, et al. Dinâmica demográfica regional recente: o caso de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa.** Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

SALIM, C. A. **Estrutura agrária e dinâmica migratória na Região Centro-Oeste, 1970-1980:** análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada. 1992. 351f. Dissertação (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SALIM, C. A. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil In: LAVINAS, L. (org.). **A urbanização da fronteira.** Rio e Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, v.1, 1986. (Série Monográfica, 5)

SAWYER, D. R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, ABEP, v.1, n.1/2, p.3-33, jan./dez.1984.

_____; PINHEIRO, S. M. A dinâmica demográfica das regiões de fronteira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1984.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Nova Economia** – Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v.7, n.1, maio/1997.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE-UNICAMP, 1996.

SILVA, J. P. da. **Jauru, colonização e campesinato:** política de colonização e sobrevivência da produção camponesa no Estado de Rondônia. 1984. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades/ Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

SILVA, O. B. **Breve história do Tocantins e de sua gente:** uma luta secular. Araguaína: Solo Editores, 1996.

SUZUKI, J. C. **De povoado a cidade:** a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996. 204p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

SYDENSTRICKER, J. M. N. **Parceleiros de machadinho**: história migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia. 1992. 200f. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TEIXEIRA, C. C. **Seringueiros e colonos:** encontros de culturas e utopias de liberdade em Rondônia. 1996. 357f. Dissertação (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VERRUCK, J. E. **O processo de industrialização da fronteira agrícola brasileira:** estrutura e dinâmica industrial no Mato Grosso do Sul. 1990. 170f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WWF - Brasil - Fundo Mundial para a Natureza. **Repercussões ambientais da expansão da soja do cerrado e seus vínculos com a liberalização do comércio e a política macroeconômica brasileira – Brasil.** s.d. (mimeo)

Este livro foi impresso pela
MPC Artes Gráficas em papel
OFF-SET 75 g/m² para o Núcleo de
Estudos de População/UNICAMP,
em setembro de 2002.